



ISSN 2317-6350

DOUTRINA MILITAR

Publicação do Exército Brasileiro | Ano 010 | Edição Nº 029 | Janeiro a Março de 2022



COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES
General de Exército Estevam Cals **Theophilo** Gaspar de Oliveira

CHEFE DO CENTRO DE DOCTRINA DO EXÉRCITO
General de Brigada **Marcelo** Pereira Lima de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL
General de Brigada **Marcelo** Pereira Lima de Carvalho
Coronel **Marcelo** Eduardo **Anacleto**
2º Tenente **Alessandro** **Luciano** da Silva

EDITOR-CHEFE
Coronel **Marcelo** Eduardo **Anacleto**

EDITOR-ADJUNTO
2º Tenente **Alessandro** **Luciano** da Silva

SUPERVISOR DE PRODUÇÃO
Coronel **Marcelo** Eduardo **Anacleto**

REDAÇÃO E REVISÃO
2º Tenente **Patrícia** **Fátima** Soares **Fernandes**
2º Tenente **Alessandro** **Luciano** da Silva
Subtenente **Erisvaldo** Gonçalves de **Oliveira**

PROJETO GRÁFICO
Cabo **Douglas** **Vitor** Pereira da Silva

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL
Cabo **Douglas** **Vitor** Pereira da Silva

IMPRESSÃO GRÁFICA
Gráfica do Exército
Al. Mal. Rondon s/nº - Setor de Garagens
Quartel-General do Exército
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901 - Brasília/DF
Fone: (61) 3415-5815
RITEX: 860-5815
www.graficadoexercito.eb.mil.br
divcmcl@graficadoexercito.eb.mil.br

TIRAGEM
200 exemplares

DISTRIBUIÇÃO
Gráfica do Exército

VERSÃO ELETRÔNICA
Portal de Doutrina do Exército: www.cdoutex.eb.mil.br
portal.cdoutex@coter.eb.mil.br
Biblioteca Digital do Exército: www.bdex.eb.mil.br

CENTRO DE DOCTRINA DO EXÉRCITO
Quartel-General do Exército – Bloco H – 3º Andar
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901
Brasília – DF
Fone: (61) 3415 6275/5014/6967
RITEX: 860 6275/5014/6967
www.cdoutex.eb.mil.br

Envie a sua proposta de artigo para:
dmtrevista@coter.eb.mil.br

Ano 010, Edição 029, 1º Trimestre de 2022

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA DO MÍSSIL TÁTICO DE CRUZEIRO
Major Dantas **4**

A INTELIGÊNCIA ETNOGRÁFICA E O EMPREGO DA EXPRESSÃO MILITAR DO PODER NACIONAL
Major Guttoski Lemos **10**

A APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO BASEADO EM CAPACIDADES NO NÍVEL TÁTICO
Tenente-Coronel Felipe Barros **18**

ASSUNTOS CIVIS CONFORME A DOCTRINA CHILENA
Tenente-Coronel Torres **28**

O PPCOT E O COMPONENTE CONCEITUAL DO PLANEJAMENTO
Coronel Velasques **40**

A MISSÃO DA IGPM NA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO EB COM AS PM/CBM
Coronel Ivar **54**

O PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DA 82nd AIRBORNE DIVISION
Major Corrêa **64**



Foto de Capa: Arquivo do CCOMSEx. Composição ilustrando o desenvolvimento do MTC para o Sistema ASTROS.
Autor: Cb Vitor Pereira.

“As ideias e conceitos contidos nos artigos publicados nesta revista refletem as opiniões de seus autores e não a concordância ou a posição oficial do Exército Brasileiro. Essa liberdade concedida aos autores permite que sejam apresentadas perspectivas novas e, por vezes, controversas, com o objetivo de estimular o debate de ideias.”

APRESENTAÇÃO

Caro leitor,

Presenciamos, no trimestre, eventos de grande significado, especialmente no cenário global de defesa. O conflito no Leste Europeu, que ora se desenrola, reforça a complexidade e incerteza que caracterizam os combates modernos, impondo ao profissional das armas o aprofundamento nos estudos da guerra. Analogamente, cabe ao Exército Brasileiro manter o foco no preparo e na prontidão da Força Terrestre, visando dar respaldo aos interesses nacionais e garantindo a soberania do Brasil.

O acompanhamento do conflito na Ucrânia tem trazido lições importantes para a evolução da Doutrina Militar Terrestre. Em que pese o momento configurar-se prematuro para uma visão mais ampla dos ensinamentos colhidos, já se pode concluir que o paradigma dos grandes conflitos, envolvendo vultosos recursos, humanos e materiais, permanece válido e atual. Nesse contexto, cresce de importância o pensamento crítico e o debate franco acerca dos temas técnico-profissionais, agregando ao processo de formulação doutrinária conceitos e experiências inovadoras.

Instigado por esse espírito, o Comando de Operações Terrestres (COTER), por meio do Centro de Doutrina do Exército (C Dou Ex), apresenta ao distinto público esta edição da Revista Doutrina Militar Terrestre. Os assuntos aqui abordados buscam manter

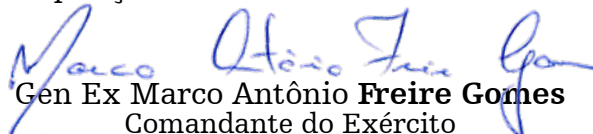
as características de ineditismo, relevância e contemporaneidade que integram a tradição da linha editorial deste periódico e certamente contribuirão com a demanda por conhecimento de nossos leitores.

Nesta edição, destacamos a importância da logística para o emprego dos vetores de apoio de fogo e uma aplicação do conceito de Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), ambas no nível tático; uma abordagem dos assuntos civis, sob a égide da doutrina chilena; um panorama da prontidão operativa, conforme o programa de preparação das tropas da lendária *82nd Airborne Division*, do Exército dos Estados Unidos. Tais assuntos, dentre outros, enriquecerão a discussão doutrinária no âmbito da aplicação do Poder Militar Terrestre.

Não poderíamos encerrar estas palavras iniciais sem materializarmos o agradecimento do COTER à imprescindível contribuição prestada pelos autores dos artigos aqui apresentados e renovarmos os votos de continuado sucesso e felicidades aos colaboradores, leitores, familiares, bem como a todos os integrantes da nossa Força Terrestre.

Uma excelente leitura a todos!

Operações! Brasil!


Gen Ex Marco Antônio **Freire Gomes**
Comandante do Exército

Então Comandante de Operações Terrestres





MAJ DANTAS

Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA DO MÍSSEL TÁTICO DE CRUZEIRO

Os conflitos bélicos estão cada vez mais diversificados. Diante disso, a profundidade do campo de batalha, a rapidez, a elevada tecnologia e a atenção aos efeitos colaterais são algumas das características presentes.

O emprego de fogos de longo alcance, com volume de fogo e de precisão, é primordial para alcançar o estado final desejado no nível e no escalão considerado. Em decorrência disso, a ideia de projeção de poder está intimamente associada ao desenvolvimento científico-tecnológico do país.

Com a evolução dos sistemas de armas, o emprego de mísseis táticos de cruzeiro (MTC) vem potencializando as opções de ações dissuasórias ou “cirúrgicas”, em oposição às diretas e às convencionais de

combate em grande escala. A história mostra que esses mísseis foram efetivamente empregados nos últimos 40 anos. Ademais, a partir dos anos de 1990, nota-se um extenso emprego desse meio em vários conflitos (WATTS, 2013).

Os mísseis de cruzeiro podem ser definidos da seguinte forma:

[...] armamentos guiados que voam, na maior parte de seu trajeto - entre o lançamento e a fase terminal de impacto - em uma trajetória horizontal e em velocidade aproximadamente constante, utilizando, na maioria dos casos, propulsão a jato na maior parte do percurso. O perfil de voo desses mísseis normalmente é muito baixo, chegando a voar a apenas cinco metros da superfície, o que, aliado a seu pequeno tamanho e velocidade, os torna muito difíceis de abater (BRASIL, 2014).

Como são usuários do espaço aéreo, os mísseis táticos de cruzeiro são amplamente empregados para surpreender, intimidar e dissuadir o adversário, buscando atingir alvos estratégicos e de alto valor. A importância do emprego do MTC é notória para o aprofundamento do combate, tendo a capacidade de estabelecer uma área de antiacesso - A2, ou realizar a negação de área - AD [1], sendo importante fator estratégico e dissuasório na geopolítica militar mundial (NEVES et al, 2021).



Fig 1 – ASTROS II MK6 lança míssil AV-TM 300. Fonte: Avibras.

ENTORNO ESTRATÉGICO

O Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2020) destaca que o Brasil visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do Mar do Caribe impõe uma crescente atenção a essa região.

Em que pese a inexistência de inimigos no entorno estratégico que viabilize a produção de armamentos de alcances elevados, o desenvolvimento de tal capacidade contribuiu para a aquisição de maior poder dissuasório. Tal assertiva encontra apoio em Brasil (2020, p.37) que afirma que “dotado de uma efetiva defesa, principalmente de uma adequada capacidade de dissuasão, o Brasil terá condições de inibir possíveis agressões a seu território e a sua população e de defender seus interesses.”

A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2020a) destaca que o Brasil deve possuir Forças Armadas que dominem tecnologias inovadoras, bem como a Estratégia Nacional de Defesa (END) ressalta que é essencial o domínio crescente e autônomo de tecnologias sensíveis, priorizando a Amazônia e o Atlântico Sul (BRASIL, 2020b).

O MÍSSIL TÁTICO DE CRUZEIRO

Coube ao Exército Brasileiro (EB), dentro do escopo da doutrina para emprego de mísseis, a implementação do Programa Estratégico ASTROS (*Artillery Saturation Rocket System*), no ano de 2012, sob a responsabilidade do Escritório de Projetos do Exército - EPEX (BRASIL, 2012).

O EPEX iniciou o programa com o objetivo de dotar o EB de meios capazes de realizar a dissuasão extrarregional, com apoio de fogo de longo alcance e de elevada precisão e letalidade. Nesse viés, o desenvolvimento do MTC para o

Sistema ASTROS, com alcance de 300 km e elevado valor tecnológico, permitirá atender aos conceitos de letalidade seletiva e de proteção.

Destaca-se que o míssil está sendo desenvolvido em parceria com a Avibras Indústria Aeroespacial S/A, indústria totalmente nacional, fomentando o crescimento da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira. Esse perfeito alinhamento com a END contribui para a independência nacional, alcançada pelo domínio de tecnologias sensíveis na área de defesa (CARVALHO et al, 2020).

O Sistema ASTROS é composto por viaturas mecanizadas com tecnologia avançada e complexa. Esses veículos possuem subsistemas que incluem radares, computadores, navegação por sistema de posicionamento global (GPS – na sigla em inglês), sistemas inerciais e de comunicação por rádio digital, estações meteorológicas e sistemas mecânicos, hidráulicos, pneumáticos e de motores a diesel (BARRETO, 2017).

Diferentemente de outros lançadores de mísseis concorrentes, o MTC do EB poderá ser lançado da mesma plataforma em que são lançados os foguetes, facilitando sobremaneira a logística do míssil, principalmente, com relação aos componentes das viaturas lançadoras.

No entanto, a incorporação do uso de mísseis provocará mudanças nas necessidades e nos procedimentos logísticos dos seus usuários, pois, diferentemente dos foguetes, que possuem carga sólida, o MTC requer abastecimentos com querosene de aviação (Q Av), óleos lubrificantes específicos e testagem de circuitos antes do lançamento. Segundo Ornelas (2019), o MTC produzido pela Avibras pode ser considerado similar a um avião, inferindo-se que o emprego dessa munição ocasionará um considerável aumento na sua complexidade logística.



Fig 2 – Míssil Tático de Cruzeiro. Fonte: (FORTE, 2021).

A LOGÍSTICA DO MTC

As operações no amplo espectro são sustentadas pela logística, que deve dispor de uma estrutura capaz de evoluir de uma situação de paz para a de guerra/conflito armado rapidamente. Dessa forma, sua organização será condicionada pela flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade - FAMES (BRASIL, 2018).

Entretanto, um elevado grau tecnológico suscita uma logística mais específica, dispondo de um complexo sistema de apoio, capaz de fornecer sustentabilidade, desde os tempos de paz. Dessa forma, foi concebido, no ano de 2018, o Centro de Logística de Mísseis e Foguetes (C Log Msl Fgt), localizado no Forte Santa Bárbara, na cidade de Formosa-GO, com o objetivo de prover a logística relativa aos componentes do Sistema ASTROS.

Em relação ao MTC, o alto custo de aquisição e sua complexidade tecnológica implicam na integração de componentes logísticos que lhe garantam a sua vida útil de maneira efetiva. Tornam-se relevantes alguns fatores, como o apoio de pessoal especializado, a documentação técnica, o ferramental específico, a estrutura adequada e a correta armazenagem (CALDAS, 2020).

O COMBUSTÍVEL

Diversos MTC utilizam o Q Av como combustível. O Q Av é utilizado em aviões e helicópteros dotados de motores a turbina ou a turboélice. Sua estabilidade térmica garante o bom desempenho das aeronaves, reduzindo o risco de congelamento ou de explosão em altas temperaturas (RUMOS, 2020).

De modo diverso do óleo diesel utilizado nas viaturas do Sistema ASTROS, verifica-se que o combustível a ser utilizado pelo MTC possui características e cuidados específicos, pois a sua contaminação poderá afetar o seu desempenho.

A estocagem do Q Av carece de atenção especial, principalmente, devido ao seu curto prazo de validade. Além dos reservatórios fixos, existem também os reservatórios móveis de combustível, as viaturas cisternas específicas para Q Av e os reservatórios flexíveis para hidrocarbonetos (RFH). A aquisição dessa capacidade de estocagem móvel irá conferir ao responsável pelo apoio logístico a flexibilidade para acondicionar e transportar o combustível de maneira prática, facilitando o seu emprego em regiões remotas e contribuindo com uma maior mobilidade e operacionalidade.

Tendo em vista o ineditismo da manipulação do Q Av pela Artilharia de Campanha, uma boa prática seria o aproveitamento da expertise da Aviação do Exército (Av Ex), tropa com maior experiência no uso de Q Av no âmbito do EB. A Av Ex possui contratos celebrados em vários aeroportos, permitindo o abastecimento de aeronaves militares em todos os estados do território. Tais contratos poderiam, futuramente, abarcar o Sistema ASTROS, possibilitando o fornecimento de Q Av para o emprego do míssil em todo o país, contribuindo com a concepção de emprego estratégico do armamento.

ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E CHECAGEM

Sabe-se que esse armamento apresentará inúmeras características que se assemelham aos foguetes do Sistema ASTROS. Dessa forma, será possível valer-se de tarefas e de atividades logísticas já desempenhadas. No caso, o empaioamento e o transporte serão parecidos, uma vez que os contêineres de lançamento são os mesmos, com a peculiaridade de um míssil ocupar o espaço de dois contêineres de foguetes (FILIPE et al, 2021).

Portanto, ao ser empregado, o MTC também poderá ser armazenado em contêineres climatizados aos moldes dos já existentes para os foguetes, possibilitando constituir um local alternativo de armazenamento, de curto a médio prazo.



Fig 3 – Contêiner climatizado. Fonte: C Log Msl Fgt.

Os contêineres climatizados facilitam o transporte dos mísseis, evitando choques e vibrações excessivas, além de manter as munições dentro das faixas recomendadas de temperatura e de umidade. Por possuírem dimensões padronizadas, têm a possibilidade de serem transportados em aeronaves de asa fixa, como o C-130 Hércules e o KC-390, contribuindo para que o míssil possa ser empregado de maneira célere em todo território nacional (FILIPE et al, 2021).

Ademais, essa munição poderá ser transportada pelo modal aquático e pelo modal rodoviário, por meio de uma viatura semirreboque de transporte não especializado ou por um veículo de transporte de contêineres (*sidelifter*).



Fig 4 – Modal rodoviário. Fonte: C Log Msl Fgt.

Nos últimos anos, os dois Grupos de Mísseis e Foguetes (GMF) foram empregados em operações ou em exercícios em todas as regiões do Brasil, demandando árduo e complexo esforço logístico, principalmente, na função logística transporte (MARIANO, 2021).

Cabe ressaltar que, com a incorporação do MTC, novas necessidades logísticas surgem, diante das peculiaridades nas tarefas de testagem, manutenção e de abastecimento do míssil, tornando imperiosa a incorporação de viaturas dedicadas para esses fins.

Portanto, como componente do sistema do MTC, observa-se a previsão de um aparato logístico de apoio com viaturas especializadas dedicadas à execução de testes, de diagnósticos e ao preparo, objetivando tornar o míssil tático disponível para o lançamento.

Não se trata de uma inovação, mas de uma necessidade incorporada, de maneira análoga, por outros congêneres mundiais, que empregam veículos com a mesma destinação, tal como o *Pressure Vent Test Vehicle Tomahawk Test Missile*, do sistema *Tomahawk* (CALDAS, 2020).



Fig 5 – Modal aquático. Fonte: C Log Msl Fgt.

A LOGÍSTICA DO MTC EM OPERAÇÕES

Em operações, o ciclo logístico do MTC envolve novos atores. Nesse sentido, as estruturas logísticas desdobradas no teatro de operações (TO), tais como a Base Logística Conjunta (Ba Log Cj), o Grupo Tarefa Logístico (GT Log), a Base Logística Terrestre (BLT) e o Destacamento Logístico (Dst Log) podem constituir elo nessa cadeia logística (BRASIL, 2018).

Devido à peculiaridade de emprego, aliada ao seu alcance de utilização e à situação tática apresentada, o fluxo de ressuprimento desse material pode se valer de todas essas estruturas logísticas ou, até mesmo, diretamente da zona de interior (ZI). Nesse contexto, o elevado alcance do MTC proporciona o desdobramento do GMF mais à retaguarda no TO ou até mesmo na ZI, durante a campanha aeroestratégica, por exemplo, possibilitando uma grande quantidade de configurações no escalonamento logístico (FILIPE et al, 2021).

É oportuno, ainda, destacar que a obtenção do suprimento do MTC está diretamente relacionada à capacidade de produção do fabricante. A Avibras responsabilizar-se-á pela entrega do quantitativo adquirido em local previamente determinado ou diretamente no C Log Msl Fgt. Essa OM, por sua vez, será a encarregada de receber, armazenar e distribuir as munições aos GMF orgânicos do Comando da Artilharia do Exército (Cmnd Art Ex).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que a evolução do combate atual ocorre de maneira rápida e tecnologicamente avassaladora, apontando para um crescente protagonismo de armamentos de longo alcance, alta precisão e com efeitos colaterais reduzidos. Dessa forma, é imperativo que a doutrina se adapte de forma rápida, acompanhando os avanços tecnológicos.

O emprego de armamentos dissuasórios, como os MTC, é uma tendência mundial. Esse poderoso meio torna-se indispensável para forças que queiram aumentar suas possibilidades de atingimento do centro de gravidade inimigo, almejando desequilibrar estrategicamente o conflito. Tal armamento atende de forma excepcional aos princípios de guerra da surpresa e da economia de forças, cumprindo a missão de maneira rápida, eficaz e com um mínimo de desgaste dos seus meios.

Complexa e árdua é a tarefa brasileira de liderar os debates e as soluções para as crises e os conflitos, principalmente, devido à instabilidade social, política e econômica existentes em seu entorno estratégico.

A diplomacia deve ser exaustivamente empregada, sem, no entanto, deixar de lado o desenvolvimento do poderio bélico.

A dissuasão extrarregional faz-se não apenas desejável, mas imperiosa. O desenvolvimento de um MTC, com capacidade de alcance de 300 km, permitirá ao Brasil obter poder dissuasório por meio de sua precisão e seu efeito destruidor.

Todavia, para obter essa complexa capacidade, há a necessidade de se ter estruturas dedicadas à sua logística, incluindo pessoal altamente especializado, viaturas específicas para o abastecimento e o preparo, além de infraestruturas para o acondicionamento e a manutenção, integrando as funções logísticas de modo a assegurar a efetividade para o seu emprego.

Nesse intuito, o programa ASTROS e o Cmnd Art Ex vêm envidando esforços e superando óbices para que os GMF possam ser empregados em todas as partes do país. Nota-se a grande flexibilidade logística exigida ao C Log Msl Fgt diante da possibilidade do emprego estratégico do MTC perto das fronteiras ou ao longo do extenso litoral brasileiro, impedindo ou negando o acesso ao nosso território ou em águas jurisdicionais.

Assim sendo, é importante reconhecer que a tecnologia desenvolvida para o MTC, fruto da parceria entre a Avibras e o EB, não somente contribui para a consolidação da END, como também reforça a capacidade de dissuasão extrarregional brasileira.

Nesse sentido, conclui-se que, pelas suas características técnicas de alcance, precisão e poder de destruição, o sistema do MTC contribuirá para a nova capacidade de dissuasão brasileira em nível extrarregional. No entanto, sua eficiência e sua eficácia estarão intimamente ligadas à condição de uma logística forte. Somente a união desses fatores poderá gerar o poder de combate adequado. A manutenção, o transporte e o suprimento são fatores essenciais para a sustentação logística necessária ao emprego do MTC, reforçando as características do acrônimo FAMES inerentes à logística militar terrestre.

Por fim, os resultados decisivos no campo de batalha somente serão atingidos com a necessária prontidão e a capacidade de emprego do poder militar, de forma gradual e proporcional à ameaça. Assim sendo, a letalidade seletiva e o alcance operativo do MTC, com o suporte logístico na medida certa, demonstram que o EB caminha alinhado com os objetivos nacionais, proporcionando a desejável dissuasão extrarregional ao país.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, J. J. D. Sistema ASTROS aumenta dissuasão estratégica de defesa. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/27551/Sistema-ASTROS-aumenta-dissuasao-estrategica-de-defesa/>>. 2017. Acesso em 20 set. 21.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. 3ª revisão. Brasília, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em 18 set. 21.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em 21 set. 21.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas MD33-M-02. 4 ed. Brasília, DF, 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. 3ª revisão. Brasília, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em 18 set. 21.
- BRASIL. Exército Brasileiro. EPEX. ASTROS 2020. Disponível em <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/astros-2020>>. Brasília, DF, 2012. Acesso em 20 set. 21.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB 10-P-01.007 Plano Estratégico do Exército 2020-2023. Brasília, DF, 2019.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha EB70-MC-10.238 Logística Militar Terrestre. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Fundamentos EB60-ME-23.009 Generalidades sobre Mísseis. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ, 2014.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha EB70-MC-10.363 Grupo de Mísseis e Foguetes. ed. Experimental. Brasília, DF, 2021.
- CALDAS, L. R. O estudo da estratégia de antiacesso e de negação de área (A2/AD), na Foz do Rio Amazonas, e suas consequências para a formulação conceitual do Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) MK2. 2020. 84 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comando e Estado-Maior, ECEME, Rio de Janeiro, 2020. Cap. 6 e 8.
- CARVALHO, A. M.; LARAIA, L. R. P. V.; GEDEEL M. B.; NOGUEIRA, M. A. R. Emprego do Míssil Tático de Cruzeiro MTC-300. Formosa, GO. CI Art Msl e Fgt. 2020.
- FILIFE, S. S.; DANTAS R. P.; VIANNA, D. R. L.; STORTI, D. G.; HONORATO, F. G. F A logística do Míssil Tático de Cruzeiro. Formosa, GO. CI Art Msl e Fgt. 2021.
- FORTE, Forças Terrestres. Foto do míssil tático de cruzeiro. Disponível em: <<https://www.forte.jor.br/wp-content/uploads/2013/09/MTC-300.jpg>>. Acesso em: 29 out. 21.
- MARIANO, I. Palestra proferida no Curso de Planejamento e Emprego de Msl Fgt. Formosa, GO. Em set. 21.
- NEVES, U. O. V. A Ilha de Estabilidade Brasileira no Atlântico Sul. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Altos Estudos Militares – ECEME, Rio de Janeiro, RJ, 2019. 49p.
- NEVES, U. O. V.; PRODÓSCIMO, C. B. N. C.; SANTOS, A. R.; TERRA, R. S. A evolução do míssil tático de cruzeiro MTC - 300: uma proposta. Formosa, GO. CI Art Msl e Fgt. 2021.
- ORNELAS, R. Q. A doutrina de emprego do ASTROS: apoio logístico ao grupo de mísseis e foguetes. Formosa, GO. CI Art Msl e Fgt. 2019.
- RUMOS, C. Querosene de aviação. [2020]. Disponível em: <https://rumospetroleo.com.br/querosene-de-aviacao>. Acesso em: 27 set. 2021.
- WATTS, B. D. The Evolution of Precision Strike. Estados Unidos da América. 2013.

NOTA

[1] Antiacesso (*anti-access* – A2) – ação destinada a retardar o desdobramento de forças inimigas em um teatro, reduzir a liberdade de manobra ou fazer com que as forças operem a distâncias maiores do local do conflito. Negação de Área (*area denial* – AD) – ação destinada a impedir operações hostis em áreas onde não se pode ou não se impedirá o acesso. A intenção é criar uma área na qual o inimigo não possa operar sem risco extremo (nota do editor).

SOBRE O AUTOR

O Major de Artilharia Robson Pinheiro Dantas é Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Foi declarado aspirante a oficial, em 2002, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É aperfeiçoado e mestre pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2010. Realizou o curso de Comando e Estado-Maior do Exército na ECEME, Planejamento de Emprego do Sistema de Mísseis e Foguetes para Oficiais, no Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes e o curso de Mestre D'Armas pela Escola de Educação Física do Exército. No exterior, integrou a equipe de Segurança da Embaixada Brasileira na República Democrática do Congo, no ano de 2013, e foi Chefe dos intérpretes no 25º Contingente da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti - MINUSTAH (dantas_art@yahoo.com.br).



MAJ GUTTOSKI LEMOS

Adjunto do Centro de Coordenação de Operações do Comando de Operações Especiais.

A INTELIGÊNCIA ETNOGRÁFICA E O EMPREGO DA EXPRESSÃO MILITAR DO PODER NACIONAL

Este artigo propõe apresentar o conceito de inteligência etnográfica como um importante componente da estratégia de emprego de forças militares em todos os níveis de planejamento. Segundo Fred Renzi (2007, p.57), a inteligência etnográfica tem sua aplicabilidade na “melhor forma de verdadeiramente conhecermos uma sociedade e, por isso mesmo, o melhor instrumento para deduzirmos as intenções de seus membros”.

A doutrina militar terrestre do Exército Brasileiro (EB) incorporou, no processo de estudo de situação, a análise do terreno humano, aprimorando o conhecimento das considerações civis, como uma fase do planejamento para o emprego de forças militares. Associado a isso, observa-se, cada vez mais, que o emprego puro e simples do poder duro (*hard power*) torna o emprego da expressão militar do Poder Nacional contraproducente, evidenciando a importância da consideração do fator humano no ambiente em que se desenvolve a operação militar.

Diante do exposto, o domínio da inteligência etnográfica é fator essencial para o sucesso de uma operação militar, para garantir o controle da narrativa do conflito, e está associada aos aspectos do poder brando, proposto por Joseph Nye.

A globalização e o avanço informacional trouxeram novos paradigmas ao homem. A permeabilidade de fronteiras, a rapidez da troca de dados, o aumento da circulação de bens, de serviços e de pessoas e o maior inter-relacionamento de culturas são apenas algumas modificações intensamente vivenciadas no século XXI.

Nesse ambiente altamente influenciado pelo desenvolvimento da tecnologia das informações, partia-se da premissa que tais efeitos permitiriam a globalização cultural nos diversos rincões do mundo, entretanto, segundo Alessandro Visacro (2012), o que se observou foi justamente o oposto, percebendo-se o “fortalecimento de identidades culturais locais em detrimento da formação de uma suposta homogeneidade cultural de âmbito planetário”.

Corroborando com essa percepção, o fato de “trabalhar com pessoas de diferentes culturas é um desafio difícil, quer para os trabalhadores, quer para as organizações, devido às barreiras culturais” (ANG, DYNE e KOH apud SOUSA et al., 2015, p.233). Nesse cenário, “a cultura e a inteligência são conceitos que estão intrinsecamente interligados, já que a conceptualização, avaliação e desenvolvimento da inteligência não podem ser compreendidos fora do seu contexto cultural” (SOUSA et al., 2015, p.233).

A inteligência etnográfica é “a informação sobre as formas nativas de associação, meios locais de organização e métodos tradicionais de mobilização” (SIMONS apud RENZI, 2007, p. 57). Essa vertente do conhecimento, também denominada como inteligência cultural, tem, cada vez mais, despertado como uma importante ferramenta para superação dos óbices culturais, no Brasil e no mundo, criando um ambiente propício para a discussão acerca de sua aplicabilidade na expressão militar do Poder Nacional [1].

A aplicação da antropologia no emprego de forças armadas ganhou evidência nos Estados Unidos da América (EUA) a partir de 2006. Isso se deu devido à “participação de antropologistas em operações de contrainsurgência, também denominada de operações de pacificação, no Iraque e no Afeganistão” (PERUGINI, 2008, p.213).

Entretanto, o uso dessa ciência para fins militares não foi uma novidade naquela ocasião. Segundo Nicola Perugini, são elencados como exemplos anteriores, o uso de antropologistas em operações de espionagem na Primeira Guerra Mundial, bem como a atuação desses profissionais no Escritório de Serviços Estratégicos durante a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, especificamente, na doutrina de emprego da Força Terrestre, o Manual de Campanha EB20-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT), considera os fatores operacionais como fundamentais para se desenvolver um entendimento completo do ambiente em que ocorrem as operações. Dentre os oito fatores, na dimensão humana está o fator social, item que descreve o ambiente cultural, religioso e étnico encontrado no teatro de operações [2]. Esse fator descreve as crenças, os valores, os costumes e os comportamentos dos membros da sociedade.

Ainda nesse manual, são ressaltados os fatores da decisão, esses que “permitem ao comandante e seu estado-maior [3] abordarem os aspectos relevantes que alteram o resultado das operações e aprimorar a consciência situacional” (BRASIL, 2020, p.3-10). Na observação desse parâmetro, o fator de decisão denominado como considerações civis está intimamente ligado a influência da cultura e das atividades da população local sobre o teatro de operações e a condução das operações sobre essas populações (BRASIL, 2020, p.3-11).

Compreende-se, portanto, a importância da inteligência etnográfica/cultural como ferramenta para a correta compreensão do ambiente de atuação de tropas, servindo como catalisador do esforço de trabalho.

O propósito deste artigo é apresentar o entendimento do conceito de inteligência etnográfica/cultural, por meio de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, com o uso de uma revisão bibliográfica sobre o tema, concluindo sobre a importância e a aplicabilidade para a doutrina de emprego da Força Terrestre brasileira.

INTELIGÊNCIA ETNOGRÁFICA E SUAS DIMENSÕES

Inteligência etnográfica é a informação sobre as formas nativas de associação, meios locais de organização ou métodos tradicionais de mobilização e a coleta e processamento de informações sobre laços construídos por conexões familiares, relações tribais, educação religiosa e outras formas de associação cotidiana (SIMONS e TUCKER apud CHHOEUNG, 2009, p.1).

Segundo Visacro (2012), a importância da inteligência etnográfica está associada ao correto entendimento das peculiaridades do ambiente social em que transcorre o conflito armado, apoiando o processo de tomada de decisão nos diversos níveis.

Earley e Ang (2003) apresentam o entendimento de inteligência cultural como sendo a “capacidade de adaptação eficaz em diferentes ambientes culturais” (EARLEY e ANG apud SOUSA et al., 2015, p.233).

É um conjunto de capacidades e de competências que permite interpretar comportamentos e situações que não são familiares, bem como identificar comportamentos que são universais a toda a humanidade, comportamentos que são culturais e comportamentos que são idiossincráticos a um determinado indivíduo numa situação específica (DYNE, ANG E LIVERMORE apud SOUSA et al., 2015, p.233).

“ Segundo Visacro (2012), a importância da inteligência etnográfica está associada ao correto entendimento das peculiaridades do ambiente social em que transcorre o conflito armado, apoiando o processo de tomada de decisão nos diversos níveis. ”

Segundo Cátia Sousa (2015), a inteligência cultural compreende quatro dimensões, assim definidas: a metacognitiva, a cognitiva, a motivacional e a comportamental.

➤ A dimensão metacognitiva corresponde à conscientização e sensibilização cultural durante a interação com diferentes culturas (SOUSA et al., 2015, p.233). Essa dimensão contribui para o entendimento da cultura local, por meio do pensamento crítico sobre os hábitos e as crenças.

➤ A dimensão cognitiva “refere-se ao conhecimento cultural de normas, comportamentos, práticas e convenções em diferentes culturas, obtido por meio da experiência e educação” (SOUSA et al., 2015, p.233). Essa dimensão, segundo Cátia Sousa, trata do entendimento das normas econômicas, sociais e do regramento jurídico local, assim como os valores culturais.

➤ A dimensão motivacional é “a capacidade de direcionar a atenção e a energia em relação a diferenças culturais, ou seja, é uma forma de autoeficiência e motivação intrínseca em situações interculturais” (DYNE et al. apud SOUSA et al., 2015, p.233). A aplicação da dimensão motivacional, no “constructo da inteligência cultural” (SOUSA et al., 2015, p.233), poderá auxiliar na “gestão de stress

provocada por contextos multiculturais no trabalho, dotando os indivíduos de confiança para ultrapassar obstáculos” (SOUSA et al., 2015, p.233).

➤ A dimensão comportamental “refere-se à capacidade para exprimir, verbal e não verbalmente, comportamentos apropriados quando da interação com pessoas de diferentes culturas” (DYNE et al. apud SOUSA et al., 2015, p.233-234). Essa dimensão permite ao indivíduo demonstrar, por meio de linguagens, comportamentos e atitudes, que consegue interagir socialmente com outras culturas, auxiliando na busca de empatia.

Pode-se inferir que “indivíduos que possuem uma inteligência cultural mais elevada, em situação interculturais, são mais eficientes na tomada de decisões e têm uma maior probabilidade de se adaptar às situações caracterizadas pela diversidade cultural” (SOUSA et al., 2015, p.234). Segundo Cátia Sousa, pesquisas apontam que a dimensão metacognitiva elevada está associada a melhor capacidade de atuação do indivíduo, assim como a dimensão comportamental elevada é diretamente ligada ao melhor desempenho de pessoas em locais culturalmente diversos.

Ademais, “a inteligência cultural, tornou-se uma aptidão e uma competência fundamental em um mundo social em constante mobilidade” (SOUSA et al., 2015, p.234), decorrendo assim, sua aplicabilidade para o emprego da expressão militar do Poder Nacional.

O PODER RELACIONAL E O *SOFT POWER* OU PODER BRANDO

Em seus estudos, Nye distinguiu três aspectos do poder relacional, conforme a Tabela 1, quais sejam: o comando da mudança, o controle das agendas e o estabelecimento das preferências. Assim, “a capacidade para controlar pessoas para mudar seu comportamento contra suas preferências iniciais é uma dimensão importante do poder relacional, mas não a única” (NYE, 2012, p. 32).

ASPECTOS DO PODER RELACIONAL	
PRIMEIRA FACE	A usa ameaças ou recompensas para mudar o comportamento de B contra as preferências e estratégias iniciais deste. B sabe disso e sente o efeito do poder de A.
SEGUNDA FACE	A controla a agenda das ações de uma maneira que limita as escolhas de estratégias de B. B pode ou não saber disso e estar consciente do poder de A.
TERCEIRA FACE	A ajuda a criar e moldar as crenças, percepções e preferências básicas de B. É improvável que B tenha consciência disso ou entenda o efeito do poder de A.

Tabela 1 - Fonte: NYE (2012).

Diante disso, a primeira face do poder ou o comando da mudança, “concentra-se na capacidade de conseguir que os outros ajam de maneira contrária às suas preferências e estratégias iniciais” (NYE, 2012, p.33). Nesse aspecto, percebe-se a coerção influenciando a escolha em uma decisão.

O controle das agendas é outra faceta do poder relacional. Ela se materializa quando ideias e instituições são utilizadas para ajustar as agendas de terceiros, de forma que estejam congruentes aos temas e interesses considerados importantes. Assim, busca-se redefinir as preferências dos outros e “manter as questões fora da mesa de negociação” (NYE, 2012, p.34) para influenciar a tomada de decisão.

O estabelecimento de preferências aborda a terceira face do poder relacional. Posto isso, o autor propõe uma modelagem das preferências iniciais, e não somente a situação, com o intuito que se “faça mudar a sua estratégia para obter suas preferências” (NYE, 2012, p. 35).

O termo *soft power*, ou poder brando, foi apresentado por Nye, em seu livro *Soft power: the means to success in world politics*. “O poder brando é influência” (NYE, 2012, p.44). Para tal, o autor adota o ajuste da agenda quando consentido

pelo alvo, atração positiva e a persuasão. Segundo Nye (2012), o *soft power* permite exercer influência sobre outros, por meios cooptativos, para atingir os resultados propostos.

Segundo Nye (2012), os recursos do poder brando preferencialmente incluem fatores intangíveis, como ideias, valores, cultura, patriotismo e moral, que afetam a capacidade militar para lutar e vencer.

O poder brando está baseado em “três recursos básicos: sua cultura (em locais onde ela é atrativa), seus valores políticos (quando ele os cumpre interna e externamente) e suas políticas externas (quando os outros as veem como legítimas e possuindo autoridade moral)” (NYE, 2012, p.119). Diante disso, entende-se que cultura “é o padrão de comportamento sociais pela qual os grupos transmitem conhecimento e valores, e existe em múltiplos níveis” (NYE, 2012, p.119).

Assim, os termos “poder” e “cultura” estão, cada vez mais, relacionados entre si. Essa visão é compartilhada pelo autor Jorge Santos em seu artigo Terrorismo islâmico: um esforço para superar a modernidade?

Não é difícil constatar que a política mundial vem sendo configurada seguindo linhas culturais ainda que se pretenda econômica. Ao se tratar de cultura, nessa abordagem, cabe trazer à lembrança Joseph Nye quando afirma que existe um forte vínculo entre cultura e poder e que a existência desse vínculo é desconhecida por quase todos. (SANTOS, 2009, p.132).

A EXPLORAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ETNOGRÁFICA PELAS FORÇAS ARMADAS DOS EUA

O *Human Terrain System (HTS)*, na sigla em inglês, ou Sistema do Terreno Humano, foi a forma como os EUA encontraram para superar a ausência de conhecimento do terreno humano, durante as operações, no Iraque e no Afeganistão, iniciadas em

2001. "O grupo inicial, autodenominado de preparação cultural do ambiente, começou a atuar na Província de Diyala, Iraque, durante o outono de 2005." (MCFATE e FONDACARO *apud* NORGARD, 2015, p.12).

Segundo Perugini (2008, p.216), entre os anos de 2005 e de 2006, o Pentágono, o Departamento de Estado Americano e os políticos americanos decidiram por usar conhecimento cultural como uma nova arma em operações militares de contrainsurgência.

Um membro do Congresso, Geoff Davis, recentemente destacou sua concepção da relação entre o poder brando e o exército em operações de contrainsurgência: Operações interagências eficazes devem ser baseadas no princípio de que a aplicação de ações não-militares, ou poder brando, devem ser efetivamente integradas com poder militar.

Nesse sentido, o *Human Terrain System* foi executado por meio das equipes de terreno humano, ou *Human Terrain Team* [4]. Essas equipes eram destinadas a produzirem conhecimento afeto à inteligência etnográfica em sua área de atuação. Dessa maneira, "Sistema do Terreno Humano foi um programa de ciência social provendo informação não-letal em ambiente cinético" (NORGARD, 2015, p. 14).

Ainda segundo Stephen Norgard, a diferença entre as equipes de terreno humano para o pessoal treinado em inteligência humana (*trained human intelligence*), foi na forma de reunir, de analisar e de apresentar a informação, que tinham roupagem acadêmica, uma vez que os cientistas sociais trabalhavam diferentemente dos militares de inteligência.

Convém ressaltar que esse programa foi alvo de pesquisas que comprovaram sua efetividade, "provendo aos comandantes outra voz no processo decisório" (NORGARD, 2015, p.27). Entretanto, controvérsias no âmbito interno dos EUA, como o questionamento da Associação de Antropologia Americana quanto à quebra do código de ética em pesquisas de antropologia e sociologia em combate, contribuíram para o encerramento do programa, em setembro de 2014.

Paralelamente ao programa *Human Terrain System*, o Departamento de Defesa dos EUA fomentou, a partir de 2003, a capacitação cultural no Exército e no Corpo de Fuzileiros Navais norte-americanos, "designando o *Training and Doctrine Command Culture Center* e o *Marine Corps Center for Advanced Operational Culture Learning* para empreenderem a educação cultural" (CONNABLE, 2009, p.58).

Além disso, as escolas de inteligência do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA buscaram realinhar seus cursos como forma de capacitar seus alunos na análise cultural (CONNABLE, 2009, p.58).

O desenvolvimento da inteligência etnográfica também pode ser desencadeado pelos *foreign area officers* e os oficiais de assuntos civis. Essas especialidades contribuem para "servirem como assessores político e cultural ao estados-maiores em combate" (CONNABLE, 2009, p.60). Ademais, permitem análise da população, das culturas e do desenvolvimento econômico, além de conhecimento linguístico, histórico e cultural sobre regiões particulares.

Além dessas especialidades, o Exército dos EUA possui os militares especialistas em operações psicológicas e os militares operadores de forças especiais, que recebem instrução e treinamento para a conquista do terreno humano.

A TOMADA DE DECISÃO NO EB E A INTELIGÊNCIA ETNOGRÁFICA

O EB incorporou o Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT) no seu escopo doutrinário. Esse processo "constitui o meio, segundo o qual os comandantes em todos os níveis desenvolvem uma das principais atividades da função de combate [5] comando e controle [6]: o exercício da autoridade visando ao cumprimento de uma missão". (BRASIL, 2020, p. 3-1).

O PPCOT orienta o desenvolvimento dos planejamentos conceituais e detalhados para que o comandante possa entender, visualizar e descrever o ambiente operacional. Proporciona também ao comandante, além de uma adequada tomada de decisão, dirigir, liderar e avaliar de forma contínua as operações militares (BRASIL, 2020, p. 3-1).

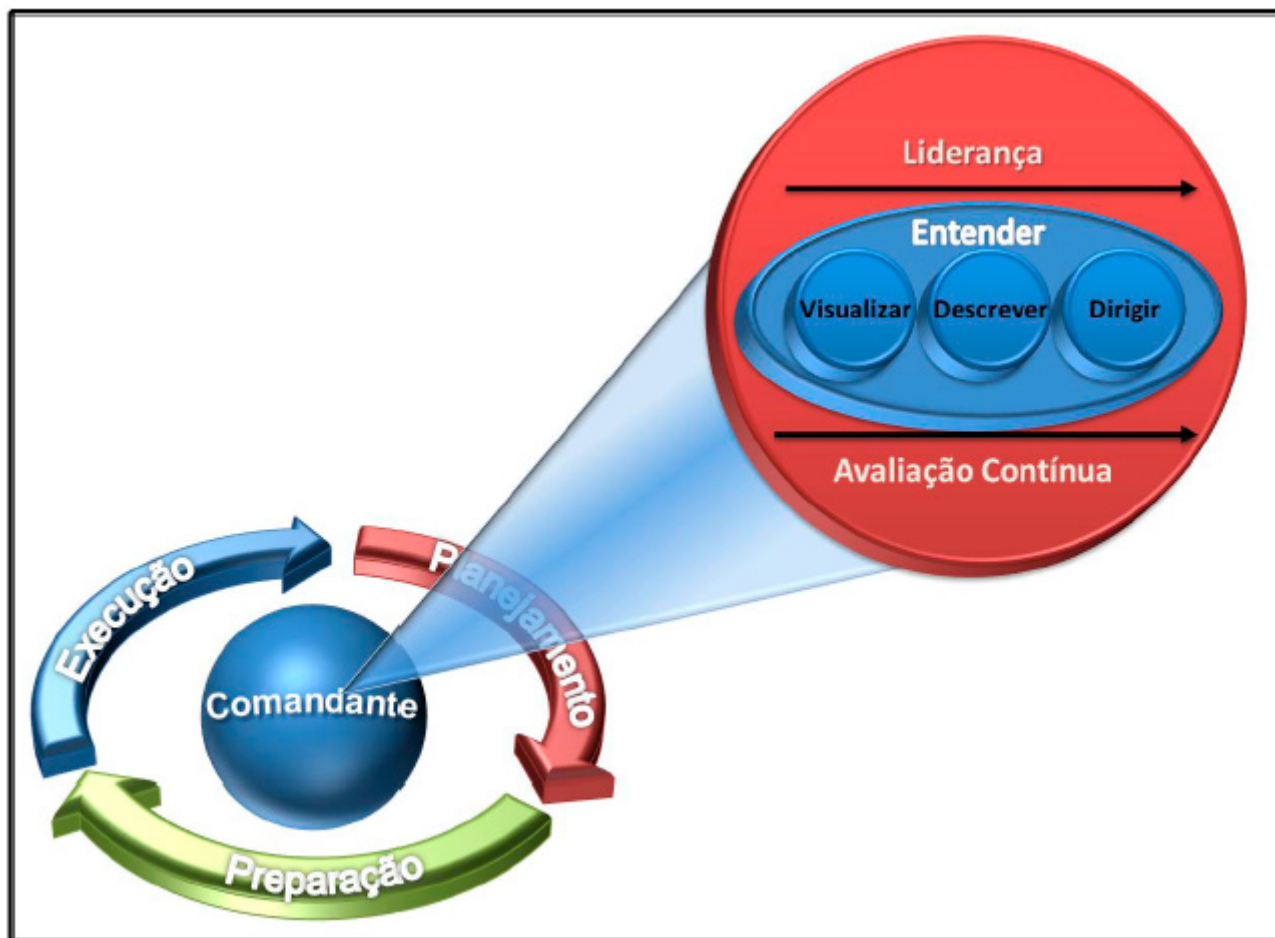


Fig 1 – O PPCOT. Fonte: BRASIL (2020).

Ressalta-se ainda que, nesse processo, a análise do ambiente engloba o conhecimento dos oito fatores operacionais: político, militar, econômico, social, informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo, e dos seis fatores de decisão: missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo e considerações civis.

Portanto, a necessidade do conhecimento cultural é materializada, pois:

as crenças, valores, normas de conduta social, costumes e tradições de uma sociedade formam um conjunto que exerce influência sobre a forma como os integrantes de uma sociedade entendem e definem parâmetros sobre o que é permitido ou não e como avaliam o que é ou não é relevante". (BRASIL, 2020, p. 3-12)

A dimensão cognitiva da inteligência cultural permite a "compreensão da cultura organizacional de órgãos governamentais e não governamentais nas operações em ambiente interagências" (BRASIL, 2020, p. 3-13). Nesse sentido, a aplicação da inteligência etnográfica mostra-se pertinente e atual no contexto nacional.

Ainda que o emprego das Forças Armadas brasileiras seja prioritariamente voltado para o território nacional, a inteligência etnográfica não perde sua primazia. "A compreensão cultural está relacionada à cultura de diferentes regiões do país (regionalismo), nos empregos da Força Terrestre em território nacional" (BRASIL, 2020, p.3-12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos armados do século XXI exigem, cada vez mais, o completo entendimento da dimensão humana, seja pela premissa da relevância do terreno humano para o desenvolvimento da persuasão e da influência (*soft power*), como também pela percepção do aumento de operações multinacionais, com o emprego de tropas de várias nacionalidades.

Considera-se pertinente o apoio da metodologia acadêmica para a maior eficiência no desenvolvimento da inteligência etnográfica. Entretanto o embate vivenciado nos EUA entre a Associação Antropológica Americana e o Pentágono, quando do emprego do *Human Terrain System*, desperta a atenção para melhorar a aplicação das ciências sociais no levantamento de informações para fins militares.

A incorporação doutrinária das considerações civis, como fator de decisão no processo decisório da Força Terrestre, denota o entendimento de sua relevância, seja no emprego das Forças Armadas no interior do país ou na atuação além das fronteiras nacionais.

Segundo pesquisa realizada por Rejane Costa, há necessidade de enfoque do corpo teórico do multiculturalismo e da educação multicultural, no sistema de educação militar, uma vez que “as Forças Armadas não consideram, nem interpretam a dinâmica e a dimensão cultural” (COSTA, 2012).

Por fim, o amadurecimento quanto ao treinamento e à educação cultural, com o desenvolvimento das diversas dimensões da inteligência cultural, é uma atividade que exige assessoramento especializado, com o suporte acadêmico e científico das ciências sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Doutrina Militar Terrestre EB20-MF-10.102**. 2. ed. Brasília, 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres, EB20-MC-10.211**. 2. ed. Brasília, 2020.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas MD35-G-01**. 5. ed. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2016.
- CHHOEUNG, Varman S; MACHIELA, Chad T. **Beyond Lawrence: Ethnographic Intelligence for USSOCOM**. 2009. Dissertação de Mestrado. Naval Postgraduate School.
- CONNABLE, Ben. **All our eggs in a broken basket: How the human terrain system is undermining sustainable military cultural competence**. Military Review. March-april 2009.
- COSTA, Rejane Pinto. **Multiculturalismo: ultrapassando o simples respeito à diversidade cultural para a compreensão do conceito acadêmico**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME, Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares, nº 25, 1º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2012.
- NORGARD, Stephen. **The Human Terrain System: History, Applicability, and Controversy**. **Henley-Putnam University**, 2015. [Acessado em 01/05/2019]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317370039_The_Human_Terrain_System_History_Applicability_and_Controversy.
- NYE, Joseph S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.
- PERUGINI, Nicola. **Anthropologists at War: Ethnographic Intelligence and**

Counter-Insurgency in Iraq and Afghanistan. International Political Anthropology. vol. 1, n. 2, 2008.

RENZI, F. **Redes: A Terra Incógnita e a Inteligência Etnográfica.** Military Review. Janeiro-Fevereiro 2007.

SANTOS, Jorge Calvário. **Terrorismo islâmico: um esforço para superar a modernidade?**

In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; ZHEBIT, Alexander (orgs.) **Neoterrorismo: reflexões e glossário.** Rio de Janeiro: Gramma, 2009. p. 119-138.

SOUSA, Cátia et al. **Evidências métricas da adaptação da escala de inteligência cultural numa amostra portuguesa.** *Psicologia Reflexão e Crítica.* Jun 2015, vol.28, n. 2, p.232-241. ISSN 01027972.

VISACRO, Alessandro. **Inteligência cultural - assunto impositivo na formação do militar moderno e fundamental no estudo de situação: uma abordagem da temática indígena na Amazônia.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME, Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares, nº 25, 1º quadrimestre 2012, BIBLIEX, Rio de Janeiro, 2012.

NOTAS

[1] A capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a vontade nacional, manifestando-se nas expressões Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científico-tecnológica (BRASIL, 2016, p.18).

[2] Parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o consequente apoio logístico.

[3] Órgão composto de pessoal militar qualificado, que tem por finalidade assessorar o comandante no exercício do comando.

[4] Uma equipe de terreno humano completa compreendia nove pessoas, consistindo no líder da equipe, dois cientistas sociais, dois pesquisadores e quatro analistas do terreno humano.

[5] São conjuntos de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, realizados por unidades das diferentes armas, quadros e serviço do Exército Brasileiro.

[6] Conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados que permitem aos comandantes o exercício da autoridade e a direção das ações. A função mescla a arte do comando com a ciência do controle. Todas as demais funções de combate são integradas por meio de atividades da função de combate Comando e Controle.

SOBRE O AUTOR

O Major de Infantaria André Cesar Guttoski Lemos é Adjunto do Centro de Coordenação de Operações do Comando de Operações Especiais (COpEsp). Foi declarado aspirante a oficial, em 2003, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Realizou os cursos de Ações de Comandos, Forças Especiais, Operações na Selva e o *Maneuver Captain's Career Course*, no Exército dos EUA. Foi instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOpEsp). Integrou o Destacamento Operacional de Paz (DOPaz), no Haiti, em 2010 (guttoskilemos.andre@eb.mil.br).



**TENENTE-CORONEL
FELIPE BARROS**

Chefe do Departamento de Pesquisa e de Pós-graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

A APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO BASEADO EM CAPACIDADES NO NÍVEL TÁTICO

O final do século XX trouxe grandes mudanças para a área de defesa ao redor do mundo, após término da Guerra Fria e o fim da bipolaridade entre os Estados Unidos da América (EUA) x União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), quando o vácuo de poder deixado pela antiga república soviética começou a ser preenchido por atores que antes passavam despercebidos. Os avanços científicos no campo das telecomunicações e da miniaturização, a globalização das economias e dos capitais, bem como a massificação dos transportes de longa distância proporcionaram uma revolução mundial em vários setores das atividades humanas, além de colocarem ao alcance de diversos outros atores capacidades de destruição que antes eram encontradas em poder de entes estatais. Assim, o crime organizado, o narcotráfico, as redes de ilícitos transnacionais, os grupos terroristas e extremistas, os *hackativistas* [1] e tantos outros grupos, tornaram-se, no alvorecer do século XXI, potenciais ameaças à segurança dos Estados.

Se antes os inimigos eram claramente definidos por uniformes, fronteiras, corpos diplomáticos e intenções expressas em declarações de lideranças políticas, essas novas ameaças apresentam características diametralmente diferentes: são difusas, com linhas de subordinação pouco claras e estruturas descentralizadas, não possuem

base geográfica fixa e operam, em alguns casos, em vários países. Seus interesses e suas motivações vão desde a tomada do poder em um país ou região até o simples ganho financeiro pela exploração de atividades criminosas. Além disso, os métodos por eles utilizados são tão diversos como suas motivações, contando com terrorismo, ataques cibernéticos e combates em áreas urbanas, utilizando-se da população civil como escudo e camuflagem. Essa nova realidade demandou diferentes métodos de gerar e de organizar o poder militar, de forma a fazer frente a todas essas novas ameaças.

Dentro desse contexto, o planejamento baseado em capacidades (PBC) surge como uma alternativa à forma de planejamento baseado em ameaças. Antes, quando os inimigos eram claramente definidos, era possível desenhar forças sob medida destinadas a lhes fazer frente. Todavia, em um mundo com inúmeras ameaças, pouco definidas e de comportamento incerto, tornou-se altamente complexo, além de economicamente inviável, construir e manter forças com o propósito específico de combatê-las.

Sendo o PBC um sistema de geração de forças desenhado para ser aplicado nos níveis político e estratégico, há que se perguntar: se o PBC também teria aplicações no nível tático. Para responder a esse questionamento, este artigo buscará levantar algumas ideias de como os conceitos e a metodologia do PBC poderiam ser traduzidos para os menores escalões, trazendo benefícios que essa metodologia se propõe a oferecer, especialmente no que se refere à racionalização do emprego dos meios à disposição dos agentes do Estado.

Nesse sentido, foram utilizados dados obtidos em pesquisas de campo relacionadas a um estudo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), que buscava comparar as capacidades

desenvolvidas nas organizações militares (OM) de corpo de tropa com aquelas efetivamente empregadas em operações reais. Os dados obtidos nessa pesquisa ajudam a compreender a forma que o PBC pode ser trabalhado com o intuito de racionalizar as atividades das OM, direcionando os esforços do comando para o desenvolvimento das capacidades que serão efetivamente empregadas em ação e evitando a alocação de recursos naquelas com pouca expectativa de emprego.

O PBC E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

As origens do PBC remontam aos meados do século XX, quando EUA e outros países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) começaram a estudar alternativas aos seus sistemas de planejamento vigentes (SILVA, 2019), mas após o fim da Guerra Fria e com o surgimento das novas ameaças é que ele passa a ganhar relevância dentro do setor de defesa. O PBC destina-se a atender à necessidade da geração de força militar por parte dos Estados em um cenário de incertezas, ambiguidades e de restrições orçamentárias. Conforme explica Corrêa (2020a, p. 32), “qualquer estrategista pode elaborar o desenvolvimento de estrutura de força calculando riscos com regras e probabilidades conhecidas; no entanto, a natureza onipresente na incerteza se dá quando nem as regras nem as probabilidades são conhecidas”. O PBC procura resolver esse dilema utilizando forças flexíveis e modulares, capazes de serem empregadas em uma grande quantidade de situações, sofrendo adaptações e adequações para fazer frente à ameaça específica contra a qual se defrontam.

Outro aspecto relevante para o PBC está ligado à questão econômica. O fim da Guerra Fria também provocou uma mudança de percepção sobre os gastos em defesa, tendo em vista o fim da ameaça soviética que assombrou o ocidente durante o século XX.

Quando as ameaças são visíveis à nação e seus interesses passam a estar comprometidos por inimigos com capacidade e intenção reais, a elaboração de propostas para o desenvolvimento de estrutura de força está sujeita a menos restrições orçamentárias e o Estado tende a promover maiores gastos em defesa. No entanto, quando as ameaças são incertas e/ou assimétricas e a nação não percebe que seus interesses podem estar comprometidos, a elaboração de propostas de desenvolvimento de estrutura de força é submetida a orçamentos reduzidos e/ou contingenciados [...] (CORRÊA, 2020a, p. 32).

Com a mudança do paradigma das ameaças, a percepção de que o nível de gastos do Estado com o setor de Defesa era excessivo passou a pesar sobre o poder político, o que provocou uma busca pela racionalização. Para esse dilema, o PBC também se mostrou uma alternativa atraente, tendo em vista que sua perspectiva holística procura reduzir custos sem sacrificar a eficiência e a prontidão operacional das Forças Armadas (SILVA, 2019).

À medida que outros países foram incorporando as ideias do PBC em seus sistemas de planejamento, vários modelos de implementação passaram a ser construídos. No ano de 2004, países como EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá, entre outros, reunidos no *The Technical Cooperation Program (TTCP)*, na sigla em inglês), lançaram uma iniciativa para unificar seus conhecimentos e seus entendimentos dessa sistemática (TTCP, 2004), dando origem ao *Guide to Capacity-Based Planning*. Essa publicação teve por finalidade apontar os princípios gerais e discutir as principais questões relacionadas ao PBC. De acordo com a definição do TTCP (2004, p. 2), o PBC é “uma abordagem sistemática para geração de força, que tem por objetivo recomendar as opções de força mais apropriadas para atender as prioridades do governo”. As opções apresentadas devem se caracterizar por atender os objetivos estratégicos, minimizar custos e riscos, bem como “atender a outros tipos de restrições”.

O modelo do *TTCP* é construído sobre quatro premissas básicas: a primeira, deve ser orientado com base em diretrizes emanadas pelos escalões mais altos do poder, a segunda, deve ter sempre em vista a forma de combater das Forças, procurando se ajustar à doutrina militar vigente, a terceira, as capacidades devem ser agrupadas em categorias, facilitando o gerenciamento do processo e, por fim, a quarta, as capacidades almejadas serão ajustadas à luz dos recursos disponíveis.

Da análise dessas características, é possível depreender, inicialmente, que o modelo do *TTCP* é do tipo *top-down*, ou seja, o planejamento estratégico emana do nível político. Esse tipo de abordagem é típico de países com tradição de um maior envolvimento das lideranças governamentais e da sociedade na formulação das políticas de defesa. Outros países que não possuem esse nível de engajamento da classe política nos temas de defesa costumam adotar o modelo *bottom-up* (CORRÊA, 2020a).

Na abordagem *top-down*, o nível político assume a responsabilidade de fornecer as premissas básicas sobre as quais o processo de obtenção de capacidades irá se pautar. Essas premissas podem ser expressas na forma de diretrizes políticas e de relatórios de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de cooperação disponíveis. Também cabe ao poder político, por meio do emprego de metodologias de estudos estratégicos, elaborar cenários prospectivos relacionados às possíveis ameaças à sua integridade, que devem ser considerados na elaboração das capacidades de defesa. Caberá ainda, ao poder político, de posse dos estudos comparativos entre as necessidades de capacidades a serem desenvolvidas e os recursos disponíveis, definir quais os riscos está disposto a correr e aqueles que considera inadmissíveis (SILVA, 2019). A Figura 1 descreve, o processo de geração de capacidades com base no modelo do *TTCP*.

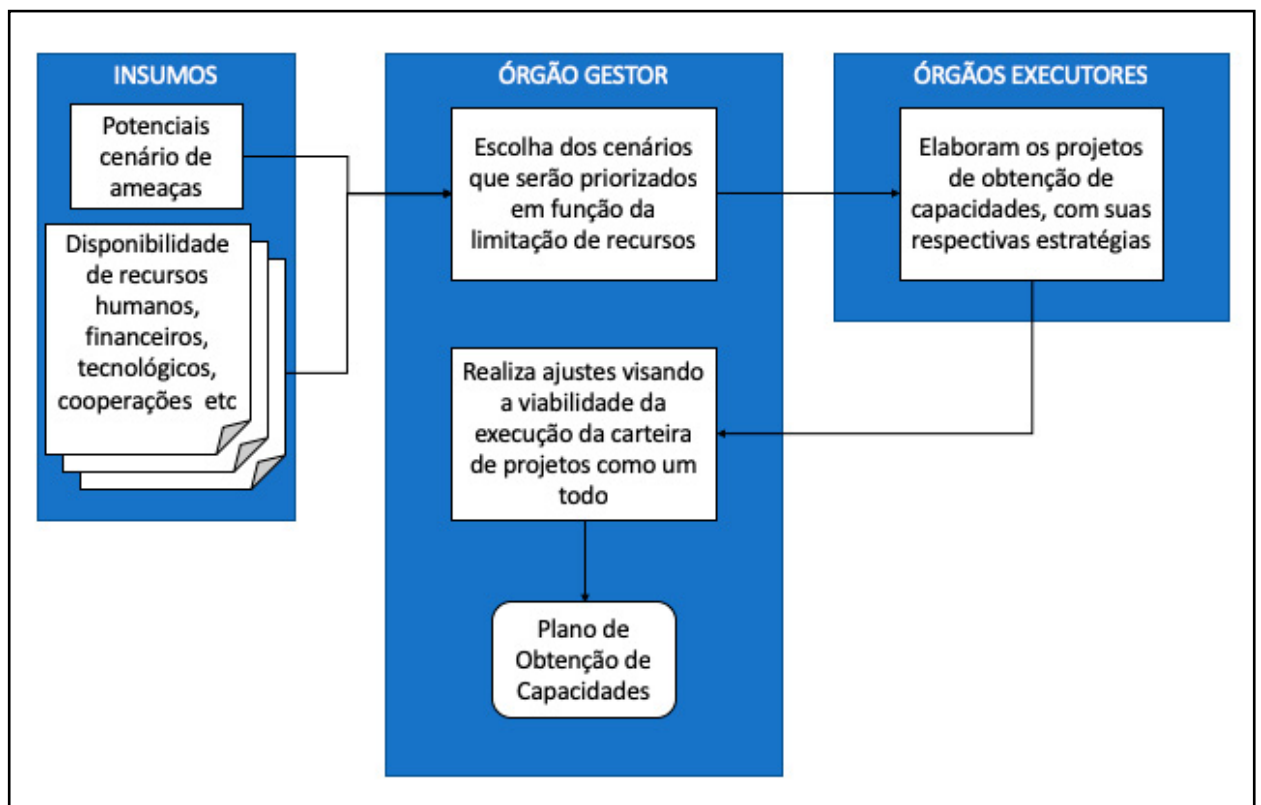


Fig 1 -Processo de geração de capacidades. Fonte: BARROS (2019, p. 44), com base em FURCOLIN et al. (2013).

Por meio dos cenários desenhados no nível político, os especialistas de defesa procuram conhecer os atores a eles associados (ameaças) bem como suas capacidades de atingir o Estado (capacidades-ameaça). A partir da compreensão dessas ameaças e das capacidades-ameaça é que derivam as capacidades que o país deve desenvolver para fazer-lhes frente (CORRÊA, 2020a; LEITE, 2011).

É importante ressaltar que um projeto de desenvolvimento de capacidades, para funcionar de forma plena, deve abranger diversas, se não todas, as expressões do poder nacional, e não somente a expressão militar. Afinal de contas, é razoável supor que seria pouco eficiente pensar em desenvolver uma capacidade de mobilidade estratégica sem a participação do Ministério da Infraestrutura ou uma capacidade de defesa de estruturas estratégicas, como as usinas hidroelétricas do país, sem o Ministério das Minas e Energia. Dessa forma, o envolvimento do nível político se faz necessário na execução do seu papel de integração e de coordenação das outras expressões do poder nacional.

Definidas as responsabilidades, as capacidades a cargo do setor de defesa (Capacidades Militares de Defesa - Cpcd Mi D), são por esse assumidas e repartidas entre as forças singulares, subdividindo-se em capacidades militares terrestre, aéreas, navais e, possivelmente, conjuntas [2]. Com base nessa repartição, as forças passam, então, a elaborar suas estratégias para o desenvolvimento dessas capacidades, seja reforçando aquelas que já possuem, seja adquirindo ou desenvolvendo as que lhes faltam (SILVA, 2019). Esses projetos de obtenção de capacidades são submetidos ao nível político, que deverá, considerando os meios à sua disposição, realizar os ajustes necessários para melhor atender às demandas. O resultado desse processo é materializado em um plano de obtenção de capacidades, que irá reger as ações que serão desenvolvidas ao longo de um horizonte temporal pré-definido, para que sejam obtidas as capacidades pretendidas.

No Brasil, o PBC foi introduzido com a publicação da Estratégia Nacional de Defesa - END (BRASIL, 2008), que indicou a intenção de “transformar as [Forças Armadas], por meio de estratégias e das capacidades operacionais desenvolvidas com visão prospectiva” (LEITE, 2011, p. 14). A partir desse marco, várias iniciativas foram tomadas, ao longo dos anos, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e pelos estados-maiores (EM) das forças singulares, para melhor compreender e adaptar essa sistemática à realidade nacional (CORRÊA, 2020a).

Dentro desse contexto, o Exército Brasileiro (EB) vem trabalhando na adequação de sua estrutura e na elaboração de produtos baseados no PBC, tendo com marco inicial a Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período de 2011-2014. A edição do Catálogo de Capacidades do Exército (BRASIL, 2015) é, talvez, o produto mais conhecido desse trabalho, mas várias outras adequações podem ser verificadas nos manuais doutrinários da Força Terrestre (F Ter), como a prescrição contida no EB20-MF-10.101 – O Exército Brasileiro, da estruturação da Força em torno de capacidades e a sua definição com base no DOAMEPI [3] (CORRÊA, 2020a) ou na sua organização em torno de estruturas caracterizadas pela flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e pela sustentabilidade - FAMES (BRASIL, 2014).

Ainda que bastante adiantado em relação às demais forças, o processo de implantação do PBC no EB carecia de orientação mais clara do escalão superior. Na falta de definições dos níveis político e estratégico, especialmente quanto ao modelo a ser adotado (*bottom-up* ou *top-down*) e à repartição das capacidades de defesa, não foi possível prosseguir no aprofundamento do processo. Essas questões foram solucionadas no final do ano de 2019, com a definição de um modelo de PBC pelo Ministério da Defesa (MD), que passou a servir de guia para as forças singulares. De acordo com Silva (2019), a metodologia brasileira é uma construção autóctone, mas é possível observar nela forte semelhança com o modelo do TTCP. A Figura 2 ilustra a metodologia nacional.

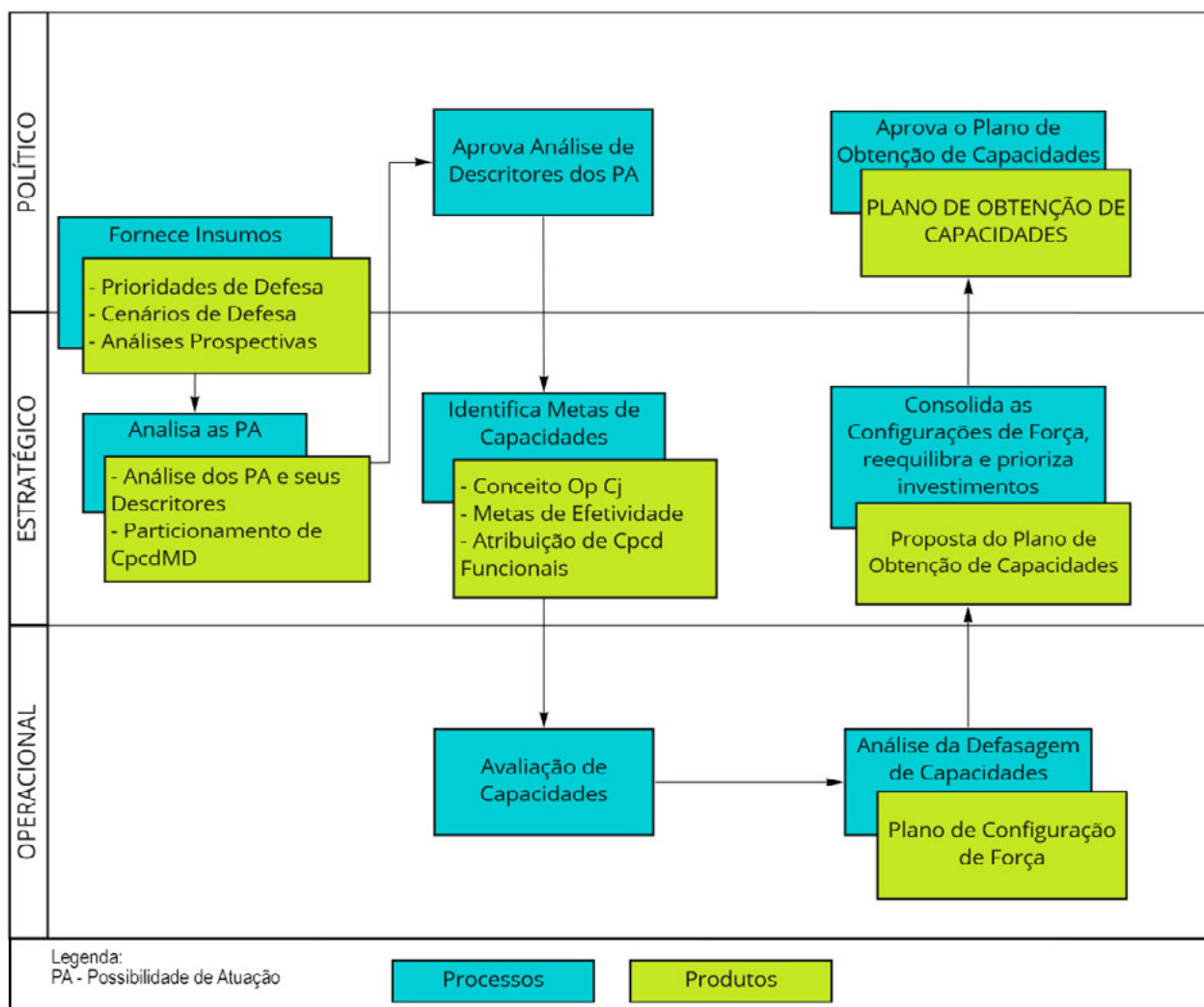


Fig 2 - Extrato da metodologia do PBC. Fonte: com base em BRASIL (2020).

O processo se inicia no nível político, responsável por fornecer insumos, como orientações, diretrizes e recursos (Silva, 2019). São exemplos desses insumos as prioridades de defesa, deduzidas da END, os cenários de defesa, os cenários militares de defesa (CMD), a análise prospectiva e tecnológica do setor de defesa e a análise prospectiva financeira e orçamentária.

A partir dessas orientações, são concebidas Prioridades de Defesa e cenários prospectivos, cujo escopo destes cenários será reduzido aos CMD. Estes são delimitados num horizonte temporal e resultarão em Possibilidades de Atuação (PA) do Poder Militar, expressas como desafios. A Concepção de Emprego das Forças Armadas (CEFA) também se caracteriza como insumo e deverá ser

observada. Com base nas Prioridades de Defesa, nos CMD, nas PA, na CEFA, nas estimativas de inteligência estratégica e prospectiva e em informações de prospecções tecnológicas e industriais do setor de defesa, dar-se-á início à fase de análise desses insumos por equipe de especialistas de diversas áreas do Ministério da Defesa (MD) e das Forças Singulares (FS). As capacidades a serem obtidas ao final do processo serão uma resposta robusta ao maior número de desafios analisados e ao mesmo tempo exequível (BRASIL, 2020, p. 4).

O estudo dos insumos recebidos resulta na elaboração de diversos produtos, dentre eles o Catálogo de Particionamento das Cpcd Mi D e do Relatório Final de Análise das PA e seus Descritores. Este último servirá de base para a identificação das metas de capacidades, ou seja, aquilo que deve ser

atingido pelas FS, de forma conjunta, a fim de se contrapor aos desafios identificados nas PA. Essas metas, após aprovadas pelo nível político, são enviadas para as FS, na forma de conceitos operacionais conjuntos e de metas de efetividade. Outro produto relevante dessa fase é a atribuição de capacidades funcionais, por meio da qual cada FS toma conhecimento das capacidades que terá que desenvolver (BRASIL, 2020, p. 18–23).

Com base nas capacidades funcionais que lhes foram atribuídas e à luz da sua situação presente, as FS realizam um processo de avaliação das suas capacidades, classificando-as quanto à sua proficiência e suficiência, em capacidades existentes, deficientes, inexistentes e excedentes. Isso lhes possibilitará identificar as capacidades que lhes faltam e planejar soluções de força, construídas com base nos fatores do DOAMEPI, para preencher os hiatos encontrados. Cabe ressaltar, ainda, que as capacidades identificadas como excedentes também devem ser definidas e consideradas na análise. Esse processo resulta na elaboração de um plano de configuração de forças que conterà as possíveis soluções de força, materiais ou não, de cada uma das FS (BRASIL, 2020, p. 24–27).

Os Planos de Configuração de Forças são remetidos ao MD, que irá, então, validá-los e consolidá-los. Nesse processo, são identificados interesses comuns, conflitos entre os projetos e as necessidades de priorização. Essa consolidação passa ainda por uma etapa de análise de disponibilidade de recursos, onde as demandas serão harmonizadas com as possibilidades orçamentárias em um horizonte de longo prazo. O resultado desse trabalho será submetido ao nível político para análise e para aprovação, dando origem ao Plano de Obtenção de Capacidades (BRASIL, 2020, p. 27–31).

A definição de um modelo de PBC pelo MD, possibilita às FS a darem continuidade aos seus processos de implantação da sistemática, agora de posse das diretrizes emanadas pelo escalão superior para balizar suas ações. Como consequência direta

disso, o Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) publicou, em abril de 2020, Diretriz para a Implantação e Execução do PBC (EB20-D-03.041), com a finalidade de orientar os trabalhos de implantação do PBC na F Ter, em consonância com as orientações do MD e alinhado ao pensamento de emprego conjunto das Forças Armadas, bem como integrá-lo ao Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx). Alinhado com essa diretriz, o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) desenvolveu, no ano de 2020, um projeto interdisciplinar focado no estudo da integração do PBC ao SIPLEx, visando subsidiar o EME nessa tarefa.

CAPACIDADES DESENVOLVIDAS E CAPACIDADES DEMANDADAS

Observando os modelos apresentados, percebe-se que os conceitos do PBC se aplicam aos níveis político e estratégico. Entretanto, esses mesmos princípios podem ser aplicados ao nível tático, de forma a facilitar a compreensão das suas missões e permitir uma maior racionalização de meios e esforços no preparo da tropa. Entre 2017 e 2018, foi desenvolvida uma pesquisa no âmbito do PPGCM/ECEME, buscando analisar as interações ocorridas entre o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) e as tropas empregadas em operações na situação de não-guerra. Dentro desse contexto, também procurou-se analisar se as capacidades desenvolvidas nas OM estavam alinhadas com as capacidades que eram efetivamente demandadas da tropa nas operações reais.

Para atingir esse objetivo, foram realizadas entrevistas com militares divididos em dois grupos: comandantes de OM de engenharia de combate, nível unidade e subunidade; e comandantes de OM de engenharia empregadas em operações na situação de não-guerra, como a Companhia de Engenharia de Força de Paz/Haiti (Cia E F Paz/Haiti) e as OM de engenharia, empregadas nas operações de pacificação do Complexo da Maré e nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Essas entrevistas foram realizadas de acordo com os protocolos de entrevista aberta propostos por McCracken [4] e, posteriormente, submetidas

a um processo de análise de conteúdo. Os resultados encontrados foram divididos em duas categorias:

- as capacidades relacionadas às operações de não-guerra que são normalmente desenvolvidas nas OM de engenharia de combate durante o ano de instrução, denominada de Capacidades Desenvolvidas; e
- as capacidades que foram demandadas das tropas de engenharia durante as operações de não-guerra, denominadas de Capacidades Demandadas.

A cada capacidade mencionada foi atribuída uma pontuação por meio de um fator multiplicador para traduzir a relevância expressa pelo entrevistado. Ao final do processo, as pontuações das capacidades expressas por cada entrevistado foram somadas, de forma a permitir a elaboração de uma tabela de relevância para cada uma das categorias. Os resultados encontrados podem ser visualizados na Tabela 1, que reúne as principais Capacidades Desenvolvidas e Demandadas:

Observando a Tabela 1, é possível perceber uma similaridade nas capacidades mais relevantes. Nas posições 1 e 2 de ambas as colunas, apesar de estarem em posições invertidas, encontram-se as mesmas capacidades com pontuações próximas. Isso indica que há um alinhamento entre as

capacidades mais demandadas e desenvolvidas. Entretanto, na terceira posição, já é possível observar um afastamento entre as duas colunas. A terceira capacidade mais desenvolvida nas OM de engenharia de corpo de tropa (realizar operações tipo polícia, como posto de bloqueio e controle de estradas - PBCE, posto de segurança estático – PSE, e Controle de Distúrbios), não aparece como relevante entre as capacidades demandadas em operações reais [5]. O mesmo acontece, no outro polo, com a capacidade “proteger contra artefatos improvisados” aparecendo na terceira posição das capacidades mais demandadas, mas não figurando entre as capacidades desenvolvidas.

Esse desalinhamento expõe um fato digno de reflexão: estamos desenvolvendo, em nossas OM, capacidades que não nos serão demandadas em combate e deixando de desenvolver outras que podem nos ser requeridas? Esse caso pontual, identificado em um universo de amostra específico (capacidades das OM de engenharia de combate voltadas para as operações de não-guerra) estaria se replicando em OM de outras naturezas e em outras situações? São perguntas que carecem de um estudo mais amplo para serem respondidas. Ressalta-se que os efeitos observados, no entanto, são passíveis de serem abordados por meio da aplicação dos princípios do PBC no nível tático, de forma a minimizá-los ou até mesmo eliminá-los.

Nº	Capacidades Desenvolvidas		Capacidades Demandadas	
	Descrição	Total	Descrição	Total
1	Apoiar a mobilidade e a contramobilidade das tropas	11	Construir abrigos e outras instalações para tropas	13
2	Construir abrigos e outras instalações para tropas	8	Apoiar a mobilidade e a contramobilidade das tropas	12
3	Realizar operações tipo polícia (GLO)	5	Proteger contra artefatos improvisados	4
4	Realizar destruições ou atividades que exijam o emprego de explosivos	3	Realizar obras horizontais de infraestrutura na área de operações	3
5	Realizar a manutenção do material de engenharia	2	Realizar a manutenção do material de engenharia	2
6	Realizar a produção d'água tratada (nível estratégico)	2	Apoiar no vasculhamento de áreas com equipamento especializado	2

Tabela 1 - Principais capacidades desenvolvidas e demandadas. Fonte: BARROS (2019).

O EMPREGO DO PBC NO NÍVEL TÁTICO

Até o momento, pudemos visualizar como o PBC se desenvolve, desde o nível político até o nível operacional, ou seja, a forma com que são definidas as Capacidades Funcionais demandadas de cada força singular. Tomando conhecimento das capacidades que deverá desenvolver, o EB, então, detalha as Capacidades Funcionais que lhe foram atribuídas em Capacidades Operativas (CO). As CO são atribuídas às forças empregadas em razão das ameaças que elas estejam enfrentando (BRASIL, 2019, p. 2–9).

A F Ter, instrumento de ação do EB, é constituída com base em módulos dotados de capacidades completas, ou seja, capacidades contempladas por todos os fatores do DOAMEPI, de acordo com a Doutrina Militar Terrestre - DMT (BRASIL, 2019, p. 4–1). Apesar de não estar explícito na DMT, dividiremos esses módulos em dois tipos – básicos e especializados. A DMT prevê que os módulos básicos deverão ser constituídos em cima de estruturas organizacionais pre-existent, a saber:

- os grandes comandos (qualquer comando privativo de oficial general, como as brigadas, as divisões e os corpos de exército); e
- as OM nível unidade e subunidade.

Esses módulos deverão ser configurados de forma a atender ao maior número de alternativas de emprego, ou seja, possuir o maior número de capacidades possível.

Além disso, devem estar em condições de receber outros módulos especializados, que lhe permitam incorporar CO que não possuem *a priori*, mas que serão necessárias para o enfrentamento de uma ameaça específica. Para tanto, devem possuir as características de FAMES.

Da compreensão dessa forma de estruturação preconizada na DMT, é possível depreender que o trajeto da implementação do PBC no EB passa pelo realinhamento das CO, atualmente detalhadas no EB20-C-07.001 Catálogo de Capacidades do Exército com a nova versão das Capacidades Funcionais que lhe foram atribuídas, fruto da atual metodologia adotada pelo MD. Superada essa fase, a F Ter deverá se deparar com uma tarefa de grande complexidade: definir quais capacidades serão desenvolvidas nos seus

módulos básicos de emprego e quais serão desenvolvidas por módulos especializados.

Como dito, é desejável que os módulos básicos de emprego conttenham o máximo possível de capacidades. Em uma situação ideal, onde os recursos fossem ilimitados, todos os módulos básicos existentes seriam dotados com todas as CO requeridas da F Ter. Entretanto, em uma situação real, isso se configura em algo economicamente inviável, dada que cada capacidade requer meios, pessoal capacitado, infraestrutura e outros fatores que possuem um custo.

É nesse momento que o lado da racionalização de recursos do PBC se expressa, demandando uma comparação daquilo que é desejado com aquilo que é possível, assim F Ter precisará então fazer escolhas. As capacidades que não puderem ser atribuídas aos módulos básicos serão, *a priori*, aquelas que teriam aplicação contra uma menor quantidade de ameaças ou que requeiram meios e pessoal tão especializados que inviabilizem sua disseminação pelos módulos básicos. Dessa forma, seu desenvolvimento ficaria a cargo de um ou mais centros de excelência, como o Centro de Defesa Cibernética (CDCIBER), o Batalhão de Operações Psicológicas (B Op Psc) ou a Brigada de Aviação do Exército (Bda Av Ex). Esses centros deverão ficar em condições de preparar destacamentos capazes de ser incorporados pelos módulos básicos de emprego, quando acionados, para dotar-lhes com as capacidades específicas.

Se por um lado o PBC demanda a realização de escolhas, por outro, pode trazer efeitos benéficos para as atividades de preparo das OM da F Ter. Conforme fica perceptível na DMT, será necessário o detalhamento das capacidades para todos os escalões da F Ter até o nível OM. Esse movimento, por si mesmo, já conta com o potencial de trazer diversos benefícios para o nível tático, tendo em vista que será uma oportunidade de repensar o papel das armas, quadros e serviços à luz dos modelos mais atuais da doutrina militar. Diante disso, perguntas como “deve a engenharia dedicar-se ao preparo de suas tropas para atuar em operações tipo polícia quando, nos últimos 20 anos de emprego operacional, o emprego da arma nesse tipo de ação foi mínima” deverão surgir e ser analisadas. Capacidades que hoje se encontram contestadas, como a de “realizar a destruição de engenhos falhados” (BARROS, 2019, p. 106), podem ser estudadas e definidas

à luz da experiência e das soluções desenvolvidas por nossas próprias tropas.

A grande gama de conhecimentos táticos adquiridos nas últimas duas décadas de emprego operacional nos torna capazes de responder a questões como essas, não mais à luz dos modelos de outros países, mas de acordo com a forma com que o próprio EB as tem conduzido. Para tanto, é fundamental um esforço por parte da F Ter em divulgar, estimular e criar condições favoráveis para o uso de ferramentas de aprendizado organizacional, como a Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas (SADLA). Essa ferramenta, parte integrante do SIDOMT, tem sido utilizada por diversos países para absorver as experiências profissionais de suas tropas e transformá-las em inovações doutrinárias.

Esse detalhamento permitirá ainda uma maior compreensão, por parte dos comandantes, de quais capacidades sua OM deverá desenvolver. Isso terá reflexo direto em todos os fatores do DOAMEPI sob sua administração e permitirá um direcionamento muito mais eficaz da sua ação de comando para o desenvolvimento de capacidades que lhe serão efetivamente demandadas, sem desvio de foco para outras que não lhe serão.

Para ilustrar melhor essa questão, suponhamos que, em seu estudo, o EB entenda que a capacidade de realizar missões de mergulho deverá ficar a cargo dos Corpos de Exército. Dessa forma, somente um batalhão de engenharia de combate por comando militar de área receberia a atribuição de desenvolver essa capacidade e a essa unidade seriam direcionados todos os esforços em termos de pessoal, material e infraestrutura para viabilizar a sua aquisição. Ao mesmo tempo, outros comandantes de OM de engenharia de combate daquela área poderão realocar os seus esforços não mais na aquisição de material de mergulho e capacitação de pessoal nessa atividade, direcionando esses meios para outras capacidades que necessitem adquirir ou manter. Da mesma forma, os comandantes de brigadas terão ciência de que, em caso de emprego real em que haja a demanda da capacidade de mergulho, essa deverá ser requerida ao comando militar de área ao qual esteja subordinado para que lhe seja adicionada. Essa maior clareza de entendimento das limitações das missões de cada OM será outra aplicação direta do princípio de racionalização proveniente do PBC no nível tático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PBC tem sido adotado por diversos países ao redor do mundo, como EUA, Chile e Alemanha (CORRÊA, 2019, 2020b), em seus processos de transformação. Os desafios que o setor de defesa vem enfrentando, desde o início do século XXI, demandaram mudanças na forma de se pensar o processo de geração do poder militar, de forma a torná-lo apto a responder à enorme gama de atores que ameaçam a soberania dos Estados, sem perder de vista as limitações impostas pelos orçamentos e pelas percepções da sociedade. Dentro desse quadro, o PBC se apresenta como uma metodologia que emprega ferramentas gerenciais consagradas para solucionar o dilema de fazer mais com menos recursos.

Apesar de sua vocação para emprego nos níveis político e estratégico, os reflexos do PBC no nível tático tendem a se fazer sentir à medida que seu processo de implantação for avançando, motivo pelo qual os militares de todos os níveis devem estar em condições de compreender seus princípios fundamentais. Essa compreensão lhes permitirá contribuir com essa implantação, seja pelo aproveitamento de suas experiências profissionais, seja pela aplicação adequada dos meios à sua disposição para a construção das capacidades que lhes sejam demandadas.

O processo de implantação do PBC também é uma grande oportunidade para que a F Ter aprofunde a implementação do seu sistema corporativo de inovações doutrinárias. Apesar da instrução regulamentadora da SADLA se encontrar em sua 3ª edição, a sistemática ainda possui um longo caminho a percorrer até ser amplamente conhecida e utilizada pela F Ter. Além disso, outros fatores da cultura organizacional do EB têm dificultado sua maior efetividade, fato já reconhecido no Processo de Transformação do Exército e que é alvo de atenção do Vetor de Transformação Educação e Cultura. A disseminação de uma cultura de inovação e a implementação de um sistema corporativo de inovações doutrinárias eficaz são condições indispensáveis para o alcance do objetivo de levar o EB ao patamar de uma força da era da informação [6].

REFERÊNCIAS

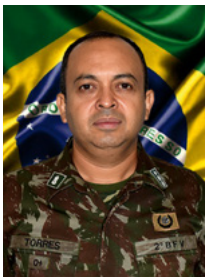
- BARROS, F. A. Inovações Doutrinárias no Exército Brasileiro: Análise das Interações entre o SIDOMT e as Tropas Empregadas em Operações de Não-Guerra. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ, 2019.
- BATISTA JUNIOR, E. DE S.; PEREIRA, C. R.; HENRIQUES, H. DE O. Relação entre facções criminosas e crimes cibernéticos. Disponível em: <<http://ompv.eceme.eb.mil.br/defesa-cibernetica/guerra-cibernetica/405-fac-cr>>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre. 1. ed. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB20-C-07.001 Catálogo de Capacidades do Exército. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB20-MF-10.102 Manual de Fundamentos - Doutrina Militar Terrestre. 2. ed. Brasília, DF, 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Guia do Planejamento Baseado em Capacidades (Minuta). Brasília, DF, 2020, no prelo.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto no 6.703/08. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF, 18 dez. 2008.
- CORRÊA, F. DAS G. Transformação da Defesa e Planejamento Baseado em Capacidade: o caso das Forças Armadas chilenas. *Análise Estratégica*, v. 13, n. 3, p. 2525-457, 2019.
- CORRÊA, F. DAS G. Planejamento Baseado em Capacidades e Transformação da Defesa: desafios e oportunidades do Exército Brasileiro. *Centro de Estudos Estratégicos do Exército*, v. 8, n. 1, 2020a.
- CORRÊA, F. DAS G. Planejamento Baseado em Capacidade e Transformação da Defesa do Bundeswehr. *Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Análise Estratégica*, v. 15, n. 1, p. 35-50, 14 fev. 2020b.
- SILVA, C. D. Planejamento Baseado em Capacidades e suas perspectivas para o Exército Brasileiro. *Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Artigos Estratégicos*, v. 7, n. 2, p. 21-29, 2019.
- FURCOLIN, F. et al. Planejamento baseado em capacidades operacionais: da defesa à segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 7, n. 2, 1 ago. 2013.
- LEITE, M. D. A. Planejamento estratégico das forças armadas baseado em capacidades: reflexos para o Exército Brasileiro. *Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares*, n. 24, dez. 2011.
- MCCRACKEN, G. *The Long Interview*. 12. ed. Newbury Park: Sage, 1997.
- PERI, E. M. Diretriz Geral do Comandante do Exército para o Período de 20011-2014. Exército Brasileiro. Brasília, DF, 1 jan. 2011. Disponível em: <http://www.sef.eb.mil.br/sef/images/docs/Diretriz_CmtEx_2011_14.pdf>.
- THE TECHNICAL COÖPERATION PROGRAM. Guide to Capability-Based Planning. Alexandria, VA: Joint Systems and Analysis Group, 2004. Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?view&did=461818>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

NOTAS

- [1] *Hackativistas, hacktivistas ou ciberativistas* (2021) são pessoas que se utilizam de tecnologias digitais como ferramenta para comunicação, informação e mobilização para o enfrentamento político, social e cultural (BATISTA JUNIOR; PEREIRA; HENRIQUES, 2021).
- [2] Esse será o caso somente se a doutrina militar do país tiver condição de desenvolver operações conjuntas e se o Estado compreender que a realização desse modelo é viável.
- [3] DOAMEPI: acrônimo para doutrina, organização (e processos), adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura. O Guia do PBC do MD, altera esse acrônimo para DOPEMAII, acrescentado mais um "I" para interoperabilidade. Para fins deste artigo, manteremos a forma clássica adotada nos manuais do EB.
- [4] McCracken é autor do livro *The Long Interview*, obra metodológica de referência para execução de entrevistas abertas. A referência ao autor e à obra foi incluída na versão anexa, corrigida, do original.
- [5] A capacidade "Realizar Operações Tipo Polícia (GLO)" foi citada por somente um dos comandantes de tropas empregadas em não-guerra e ainda como sendo algo muito pouco relevante.
- [6] Para maior aprofundamento nesses temas, recomenda-se a leitura de "Inovações Doutrinárias no Exército Brasileiro: Análise das Interações entre o SIDOMT e as Tropas Empregadas em Operações de Não-Guerra", disponível em <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5619> e "Os elementos de análise da cultura de inovação no setor de Defesa e seu modelo tridimensional", disponível em <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/582>.

SOBRE O AUTOR

O Tenente-Coronel de Engenharia Felipe Araújo Barros é Chefe Departamento de Pesquisa e de Pós-graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), é também pesquisador do Instituto Meira Mattos (IMM) nas áreas de inovações doutrinárias e cultura organizacional. Foi declarado aspirante a oficial, em 2001, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Realizou o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2010, e o curso de Comando e Estado-Maior na ECEME em 2019. É doutorando em ciências militares pelo PPGCM/IMM, da ECEME. Integrou o 16º Contingente da Cia E F Paz/Haiti, e foi oficial de operações de engenharia da *United Nations Interim Security Force for Abyei (UNSIFA)*. Comandou a 3ª Cia E Cmb Mec, em 2016 e 2017, sediada em Dom Pedrito-RS (felipebarros.araujo@eb.mil.br).



TENENTE-CORONEL TORRES

Comandante do 2º Batalhão
Ferroviário - Batalhão Mauá.

ASSUNTOS CIVIS CONFORME A DOCTRINA CHILENA

Os Assuntos civis são uma área que a cada dia cresce de relevância no âmbito das operações, em face dos cenários recorrentes de emprego dos meios militares, sobretudo nas últimas décadas, não apenas no Brasil como também no exterior. No Chile, nação amiga sul-americana, quando se fala em assuntos civis, consideram-se todas as atividades que relacionam o emprego de tropas em sincronia com o emprego dos meios civis e que envolvem militares, autoridades e população presentes em um teatro de operações (TO). Especificamente, sob a doutrina chilena, os assuntos civis envolvem a administração territorial no contexto de uma operação militar, de uma comoção interna ou de uma calamidade pública.

Conforme o Manual de Operações do Exército chileno, *RDO-20001*, Regulamento de Operações, de 2012, os assuntos civis integram a Função de Combate *Apoyo al Combate*, como se pode inferir no artigo 389:

compreende a execução das atividades destinadas a sustentar, logística e administrativamente, as forças empregadas e a apoiar o comandante em assuntos civis e administração territorial para manter a capacidade de combate da força.

Como parte do processo de atualização da doutrina institucional chilena, em 2010, o Exército do Chile incorporou assuntos civis e administração territorial (*ACAT*, na sigla em espanhol) às "*funciones primaria del mando*" [1], com o objetivo

de minimizar qualquer interferência civil nas operações militares; permitir a sobrevivência da população presente em uma área de operações (A Op) em condições dignas; e gerar mudanças mínimas na organização e na estrutura dos órgãos de apoio à população.

É pertinente frisar que, distintas do conceito de funções de combate, mas derivadas delas, entende-se como funções primárias a estrutura montada para desenvolver as atividades em campanha e que conformam as células de pessoal, inteligência, operações, logística, comando e controle, além de assuntos civis e administração territorial.

Conforme o Manual *RDP 20002* (2013, p.13), regulamento chileno que trata do tema, *ACAT* é o conjunto de atividades realizadas por um comandante (Cmt) e que se referem às relações entre forças militares, autoridades civis e a população, dentro de uma área do próprio território ou dentro de uma área ocupada ou liberada fora dos limites políticos internacionais. Constitui a função primária do comando, exercido pelo Cmt dentro do território que lhe é atribuído por uma autoridade superior.

Dessa forma, a função *ACAT* é exercida dentro de uma área do território nacional ou ocupado tanto em tempo de paz quanto em tempo de guerra, isto é, durante os períodos de normalidade constitucional e também durante os períodos de exceção.

ACAT em território ocupado é um tema mais complexo porque seu comando será exercido pelo Cmt do território que foi designado pela autoridade superior e que, em função disso, deve interagir com os setores institucionais e governamentais do país ocupado, que, às vezes, não estarão dispostos a colaborar com esse Cmt.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é entender essa função primária *ACAT*, assim como analisar que papel ela exerce no contexto de uma campanha, diferenciando as atividades que ocorrem em seu próprio território e aquelas realizadas em território

ocupado, com base nas complexidades que o Cmt enfrentará. O tema também abordará o nível de desenvolvimento em que o Exército chileno está nos termos de doutrina *ACAT* e de organização militar para executar essa função.

Para este estudo foi empregado um método descritivo, com a pretensão de descrever a função *ACAT* e apresentar eventuais peculiaridades no desenvolvimento de suas ações durante as operações militares. Para tanto, foram usados como base os seguintes questionamentos: (1) que características e empregos possui a função primária *ACAT*? (2) quais as modalidades e respectivas formas de emprego dos meios *ACAT*? (3) quais missões, princípios e objetivos a função primária de mando *ACAT* desempenha no contexto de uma campanha? (4) quais são as complexidades que a função *ACAT* apresenta nas atividades que desenvolve em seu próprio território e território ocupado? (5) que unidades *ACAT* são empregadas no contexto de uma operação militar?

ACAT: CARACTERÍSTICAS E EMPREGO DA FUNÇÃO

As atividades de *ACAT* são desenvolvidas por meio de funções específicas, baseadas em políticas e em princípios que norteiam a sua execução. Tais atividades podem ser realizadas em tempo de paz e em estado de exceção. Assim, podemos inferir que, sob a doutrina chilena, a *ACAT* seria sinônimo da atividade de assuntos civis praticada na doutrina brasileira, que engloba assuntos de governo e a cooperação civil-militar (CIMIC).

Nesse sentido, um primeiro emprego da função *ACAT* está associado à administração geral do próprio território dentro dos limites legais especificados, bem como de território ou área geográfica além fronteiras, durante as operações militares; um segundo emprego será representado pelas atividades destinadas a determinar e a controlar a disponibilidade de recursos para uso civil e militar, ativando essa função

nos períodos de normalidade constitucional, bem como nos estados de exceção; e a terceira atuação dessa função diz respeito às atividades idealizadas para satisfazer as necessidades únicas da ocupação militar e que têm um impacto na melhoria das condições de vida da população. É uma função específica para ser ativada somente no estado de *Asemblea* [2] decretado para oferecer certo grau de segurança e proteção à população civil, tendo por base o Direito Internacional Humanitário, de acordo com o *RDP-20002* (2012, p. 33). Cabe reforçar que essas atividades, assim como a função de administração geral, serão ativadas tanto em tempo de paz quanto em tempo de guerra.

É pertinente mencionar que a função *ACAT* está presente em todos os níveis de condução. No nível tático, as unidades *ACAT*, que são eventualmente incorporadas a uma brigada (Bda) ou a uma divisão de exército (DE) para cumprir determinada missão de assuntos civis, executarão funções de assessoria e apoio necessários para a manobra tática; por sua vez, no nível estratégico, contribuirão na direção e controle do planejamento das respectivas Bda ou DE, presentes no TO ou na A Op. Entretanto, no nível operacional, a função será executada de maneira integral, atribuindo unidades *ACAT* de valor companhia à composição de meios das unidades do teatro de operações (UTO), de valor DE ou Bda que fizer parte, segundo o *RDP-20002* (2012, p. 20).

A doutrina chilena enfatiza que o planejamento de *ACAT* é um processo contínuo, no qual dados estatísticos são mantidos atualizados desde o período de paz, com o objetivo de prever em tempo e em espaço o apoio em *ACAT* necessário. Assim como as principais doutrinas estrangeiras sobre o tema, o principal órgão de assessoramento do Cmt da Bda ou DE será o *D9* (assuntos civis e administração territorial), que aconselha e propõe o planejamento necessário para a manobra operacional, conforme o *RDP-20002* (2012, p. 20).

SITUAÇÕES DE EMPREGO DA FUNÇÃO ACAT

Cabe reforçar que a função ACAT é exercida em todo momento, conforme a normativa legal vigente, tanto em estado de normalidade como o de exceção constitucional.

No estado de normalidade constitucional, a atuação da força militar ocorre mediante solicitação e é direcionada à cooperação com a autoridade governamental local. Também pode ocorrer em emergências e catástrofes naturais, porém, sem a decretação do estado de exceção pelo governo federal; pode também, ser desenvolvida em apoio à população presente na sua área de atuação, no contexto de ações cívico-sociais programadas pela instituição e utilizada como oportunidade de adestramento das tropas.

Durante esses exercícios militares, as tropas contam com a cooperação das autoridades e com a população civil, como forma de aliviar os encargos inerentes às forças militares. É importante frisar que nas situações de normalidade, a legislação chilena é aplicada sem comprometimento do ordenamento jurídico existente, assim aproveita a organização administrativa e o sistema de defesa civil nacional.

Por sua vez, o estado de exceção constitucional é aquele em que os direitos e as garantias constitucionais podem ter seu exercício afetado, desde que haja algum motivo que justifique a adoção dessa medida pelas autoridades constituídas. Os casos que ensejam a decretação de estados de exceção são os de guerra externa ou interna, de sítio, de emergência e de calamidade pública. Nesses casos, o Presidente da República emite um decreto supremo, dando atribuições ao comando militar para que desempenhe suas ações em coordenação com as autoridades civis presente no

TO ou na A Op. Quando não há decreto supremo, as forças militares não podem exercer atribuições na sua plenitude, desempenhando as tarefas de assuntos civis e administração territorial de forma limitada.

A função ACAT desenvolverá suas atividades em território ocupado apenas no contexto de um conflito externo. Nesse caso, obedece às atribuições estabelecidas pelo estado de *Asemblea*. Normalmente, sob esse cenário, não encontra apoio de autoridades e da população civil, o que torna importante a implementação de medidas para angariar apoio a seu trabalho. Nesse contexto, os encarregados por zonas ou áreas de atuação se baseiam no decreto supremo para ter controle sobre as autoridades governamentais, habitantes locais, economia da zona ocupada, sempre observando a legislação internacional, no que diz respeito aos direitos humanos, ao direito internacional dos conflitos armados (DICA) e às leis do país ocupado.

MODALIDADES DE EMPREGO: ACAT EM TERRITÓRIO NACIONAL

As atividades ACAT em território próprio diminuem consideravelmente, dado que não é necessário fazer mudanças nas estruturas do governo ou na administração pública, uma vez que existe um plano de proteção civil que está sendo direcionado para o emprego em caso de catástrofe, permitindo assim, estabelecer uma coordenação com os diversos órgãos de governo destinados para tal fim, como é o caso da *Oficina Nacional de Emergencia del Ministerio del Interior* (ONEMI, na sigla em espanhol). De forma mais pragmática, a função ACAT, nessas condições, foca mais na parte de assuntos civis, menos na parte de administração territorial.

No exercício da função ACAT em território nacional durante uma campanha, o Cmt operacional deve

considerar dois aspectos fundamentais: minimizar a interferência nas operações militares e permitir que a população civil sobreviva com dignidade de acordo com o *RDP-20002* (2012, p. 16). É baseado nesses dois aspectos que o departamento *ACAT* de um teatro de operações conjuntas (*D9*), ficará encarregado do planejamento e da organização das operações em coordenação com as autoridades civis, a fim de garantir o funcionamento das instituições, das indústrias, dos serviços públicos, do comércio, das organizações civis e a proteção da população. Para executar o exposto, o Cmt operacional terá em sua composição de meios, organizações militares *ACAT*, com a principal tarefa de proteger as pessoas, assegurando o desenvolvimento normal de suas atividades.

Desse modo, e em conformidade com o *RDP-20002* (2012, p. 16), o qual descreve os objetivos da função *ACAT*, infere-se que em seu próprio território os maiores desafios no exercício desses trabalhos serão garantir o suprimento e a proteção da população civil, segundo *RDP-20002* (2012, p. 31).

Há de se considerar que a doutrina chilena tem se preocupado com a função *ACAT* em tempo de paz, no contexto de atenção a emergências ou em situação de catástrofe. Entretanto, nos casos de conflito externo, o Cmt operacional deve se basear nas normativas para tempos de paz, para estabelecer as medidas necessárias que correspondem a um cenário de crises.

Seguem as particularidades da atividade *ACAT* em território nacional, conforme o Manual *RDP 20002*:

➤ executado durante os períodos de normalidade constitucional, mediante a solicitação e a cooperação com a autoridade pública local, em situações de emergência ou catástrofe, em que não tenha sido decretado estado de exceção,

na execução de ação cívica programada pela instituição e em atividades atinentes às forças militares, no âmbito das guarnições de exército.

➤ executado durante a vigência dos estados de exceção constitucional de catástrofe, emergência e estado de sítio, atua com as atribuições e as responsabilidades conferidas pela Constituição Política da República e a Lei nº 18.415, de 12 de junho de 1985 (Lei Orgânica dos Estados de Exceção):

✓ durante sua execução, geralmente conta com a cooperação das autoridades e da população civil, o que alivia as tarefas do comando e das tropas.

✓ a legislação nacional é aplicada, a organização administrativa e o sistema nacional de proteção civil são utilizados, o que facilita a transferência das responsabilidades administrativas das autoridades militares para as civis, quando essas funções estiverem sob a responsabilidade das unidades das Forças Armadas ou do chefe da defesa civil. As autoridades administrativas continuarão a desempenhar suas funções e a exercer suas funções ordinárias, sem prejuízo da subordinação à autoridade militar nos assuntos de apoio à população.

✓ não obstante, diante do exposto, os Cmt das unidades das Forças Armadas de áreas em estado de exceção terão os poderes previstos no artigo nº 9 da Lei nº 18.415 e serão aquelas que, exclusivamente, por decreto supremo, sejam as delegadas pelo Presidente da República.

✓ o nível de atividade nas diversas funções que envolvem *ACAT*, em território nacional, reduz-se consideravelmente em relação à situação de *ACAT*, em território adversário ocupado, considerando que são destinados principalmente à manutenção da ordem pública e à normalização da vida da população civil.

“ Ao longo da montagem da abordagem operativa, dois aspectos devem ser constantemente revisitados: as capacidades com as quais o Cmt e o EM podem contar ou que possam ser requisitadas aos escalões superiores e os fatores da decisão. ”

MODALIDADES DE EMPREGO: ACAT EM TERRITÓRIO OCUPADO

A função *ACAT* em território ocupado adquire elementos fundamentais para o sucesso de suas ações: fatores como missão, maior ou menor instabilidade da situação, atitude da população, nível de destruição de cidades, localidades e serviços públicos, bem como a interferência que deslocados ou refugiados podem causar ao desenvolvimento da campanha, de acordo com o *RDP-20002* (2012, p. 40).

O artigo 42 do Capítulo IV de Haia de 1907, relativo às leis e aos costumes da guerra terrestre, declara: “um território é considerado ocupado quando de fato é colocado sob a autoridade do exército inimigo”, obrigando o Cmt daquela unidade em território ocupado a cumprir as disposições da Convenção de Genebra (1949, Cap IV. Art 60), exigir mais meios, sejam materiais ou pessoais, para cumprir as disposições do referido acordo.

Considerando o descrito, pressupõe-se que no desenvolvimento de uma operação em solo ocupado, as principais dificuldades ocorrem pelos seguintes motivos:

➤ o Cmt que executa essas funções deve exercer controle sobre as autoridades governamentais, sobre os habitantes de

uma zona ocupada, bem como sobre a economia da área, respeitando as leis daquele país e os direitos da população civil;

➤ será normal que o Cmt não encontre apoio nas autoridades ou na população civil, devendo, por isso, procurar formas de atrair apoiadores ou, pelo menos, de cooperação na função exercida; e

➤ sem prejuízo do fato das tropas desempenharem as suas tarefas específicas em condições excepcionais, poderão assumir funções ou obras destinadas a normalizar a vida da população da área em que estão em operações.

Para entender a importância da função *ACAT* em território ocupado, para o planejamento das operações no nível operacional, podemos mencionar a compreensão da atividade sob a ótica do Exército norte-americano (2018, p. I-7 e I-9). No nível tático, a unidade de assuntos civis tem a missão específica de monitorar e assistir as vítimas civis, aliviando o sofrimento humano, garantindo que as operações não interfiram na vida da população civil. Por isso, a tarefa desenvolvida incluirá, alimentação à população, atenção médica às famílias, fornecimento de água purificada, dentre outras, ajudando a gerar uma visão diferente em relação às tropas, contribuindo, com isso, a criar um ambiente de cooperação ou, pelo menos, de menor animosidade às operações.

No ano de 2003, durante a Guerra do Iraque, os Estados Unidos da América formaram uma coalizão militar, da qual a Espanha fez parte. Um exemplo que pode ser considerado para entender a importância da função *ACAT* em território ocupado é fornecido pelas lições aprendidas do Exército espanhol, o objetivo não era o de cobrir com a presença de tropas todo o território definido para realizar a operação [3], e sim o de obter apoio da sociedade iraquiana à coalizão para derrotar a insurgência. Esse aspecto, do ponto de vista

prático, mostrou-se um erro, uma vez que a coalizão não tinha forças suficientes para ocupar o território e controlá-lo, situação que deveria ter sido prevista antes do início das operações. Porém, considerando o aspecto conceitual, estava alinhado com os princípios norteadores das ações de assuntos civis.

Ante o exposto, exemplifica o quão importante e necessário é ter meios e pessoal que desempenhem a função ACAT, sobretudo quando isso será feito em território ocupado, além dos meios logísticos necessários para esse fim. Também, demonstra bem o parâmetro utilizado pela doutrina chilena com respeito às ações de assuntos civis em território ocupado.

MISSÕES E OBJETIVOS PRINCIPAIS

As principais missões da função ACAT no contexto de uma operação militar dizem respeito a atender às necessidades das forças, bem como da população civil presente no TO ou A Op. Assim, pode-se elencar, de forma geral, as ações focadas pelas forças militares chilenas como necessárias no âmbito de assuntos civis:

- identificar e coordenar as necessidades de recursos para a população civil, atividades que envolvem principalmente as células de pessoal (E1) e de logística (E4);

- cooperar na solução de situações de catástrofes e de atenção a emergências, cooperando ou coordenando o emprego das capacidades pela área afetada, militares com os meios de organismos civis e das autoridades de governo responsáveis

- assessorar o Cmt e suas tropas sobre o cumprimento de convênios e do DICA, fator de extrema relevância para a manutenção da legalidade e legitimidade da atuação das tropas em operações;

- trabalhar em estreita coordenação com as autoridades civis, de forma a atuar permanentemente na preparação da transferência dos assuntos civis e da

administração territorial aos organismos correspondentes tão logo a situação militar permita;

- coordenar a ajuda humanitária e a entrega de recursos de organizações governamentais e não governamentais que cheguem à zona de operações;

- atender a população civil que tenha sido afetada pelas operações militares ou pelas situações de emergências, entregando-lhe o apoio material necessário ou mesmo extraíndo-a da zona impactada;

- complementar o esforço de inteligência nos níveis da condução militar correspondente; e

- cooperar com o desenvolvimento das operações, evitando ou diminuindo a interferência da população civil.

É pertinente reforçar que o trabalho de cooperar para a solução de catástrofes e de emergências, em tempo de paz, é feito em estrita coordenação com os organismos e entidades de governo, sem que os Cmt militares se apropriem das funções públicas inerentes às autoridades constituídas.

Tais aspectos buscam alcançar os principais objetivos no desenrolar de uma campanha militar que são eliminar ao máximo a interferência civil nas operações militares, permitir que os civis sobrevivam em condições dignas e garantir que as estruturas de governo sofram as mínimas mudanças possíveis.

NÍVEIS DE ATUAÇÃO DE ACAT NO CHILE

Como se observa no Manual RDP 20002 (2012), a doutrina militar chilena não considera, para efeito de níveis de atuação da função primária ACAT, o conceito de “âmbitos estratégicos, operacional e tático”, senão a atual organização administrativa do país, quais sejam: os níveis nacional, regional, provincial e comunal.

No nível nacional, há a participação dos ministérios, dos serviços públicos e do setor privado. É nesse nível que residem os mais altos escalões da concepção do *ACAT*, uma vez que nesse âmbito são produzidos os documentos que estabelecem os parâmetros iniciais para o desenvolvimento dos assuntos atinentes aos assuntos civis e à administração territorial em caso de guerra externa (plano de guerra), de guerra interna, séria comoção interna ou de grave perturbação da ordem pública ou sérios danos à segurança nacional (Plano de segurança interior), e de calamidade pública (Plano Nacional de Proteção Civil). Esses planos estabelecem as medidas a serem adotadas pelos ministérios nos casos de estado de exceção ou eventual necessidade.

No nível regional, conforme preceitua o citado Manual *RDP 20002*, a atividade *ACAT* envolve a participação de intendências (correspondentes aos estados), secretarias ministeriais regionais, serviços públicos regionais e setor privado. O administrador regional, com sua secretaria de planejamento regional, coordena as atividades dos diferentes secretários regionais, de acordo com as instruções que cada um recebeu de seus respectivos ministérios. Uma vez decretado o estado de exceção constitucional, a autoridade militar designada cumpre suas funções no âmbito das atribuições delegadas, conferidas por lei e em coordenação com as autoridades regionais, materializando o exercício de *ACAT* na região.

Por sua vez, no nível provincial, *ACAT* envolve a participação de governos, secretarias provinciais, serviços públicos provinciais e do setor privado. Nesse nível, a função *ACAT* se torna ainda mais importante, tanto no seu planejamento quanto na sua execução, uma vez que é nas províncias que o efeito das operações e as repercussões resultantes são mais impactantes. A autoridade militar presente na área de atuação deve coordenar as

diferentes atividades com as autoridades regionais, emitir disposições ao nível provincial e desenvolver as ações de assuntos civis conforme as capacidades de suas unidades *ACAT*, com o apoio de organizações estaduais e voluntárias, existentes na área, de modo a permitir uma ação conjunta efetiva. Essa coordenação entre o governador provincial e os Cmt das unidades militares que atuam na área é feita pelo Cmt da Bda ou da DE que abrange a nível ministério operacional.

Por fim, no nível comunal a função *ACAT* envolve a participação de municípios, setor privado e comunidade organizada. É nesse nível em que o exercício de *ACAT* alcança sua maior aplicabilidade, já que são as comunas que sofrem o efeito mais direto das operações e serão os prefeitos, com seus meios municipais e organizações comunitárias, os primeiros a solicitar a execução das atividades do *ACAT*, o que requer um uso adequado das associações de bairros e organizações comunitárias em geral, cooperativas e outras dessa natureza, a fim de atender adequadamente às necessidades que se apresentem.

UNIDADES *ACAT*

As unidades *ACAT* são de conformação eventual, normalmente organizadas em momentos de crises e dotadas de meios especializados existentes da própria grande unidade (GU) a que apoiará. Em tempo de paz, as funções *ACAT* são executadas por unidades das armas e serviços presentes na área afetada, sejam companhias, batalhões ou mesmo uma GU, mobilizadas mediante instrumentos legais declarados, não apenas frente a um estado de exceção, assim como mediante eventual necessidade de emprego de meios militares para a solução de uma demanda real.

A estrutura das unidades *ACAT* é normalmente composta de uma companhia de polícia militar, uma companhia *ACAT* e um pelotão administrativo, conforme apresentada na Figura 1:

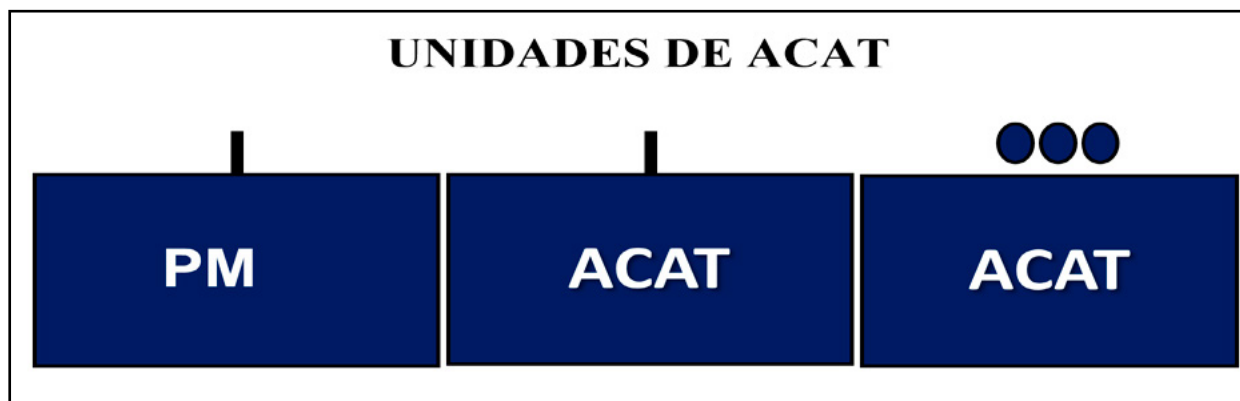


Fig 1 – Unidade de ACAT. Fonte: com base no Manual RDP-20002 (2012, p. 23).

Campos de Reunião de Civis (*CIVC*, na sigla em inglês) e Pontos de Reunião de Civis e Refugiados (*CIVCC/CIVCP*, na sigla em inglês) são tipos de instalações de *ACAT* normalmente desdobradas, quando em campanha.

Os *CIVC* são montados em cidades, utilizando instalações permanentes, e, por isso, necessitam de maiores recursos para seu funcionamento. São administrados por unidades *ACAT* e custodiados pela polícia militar. Por sua vez, os *CIVCC/CIVCP* são estruturas temporárias, de curto prazo, e usados como meios de auxílio em caso de emergências e em operações de natureza essencialmente militar. Quando em

campanha, são montados nas vias de acesso de fácil identificação, observando-se os aspectos de segurança frente aos fogos inimigos, com a finalidade de reunir os deslocados, bem como a separação de civis e de prisioneiros de guerra. Da mesma forma que os *CIVC* contam com a polícia militar para sua segurança.

As atividades dos pelotões de administração geral e de proteção à população civil se desenvolvem em terreno nacional e em terreno ocupado, conforme Manual RDP-20002 (2012). A Figura 2 mostra a organização padrão de uma companhia *ACAT* e a Figura 3 mostra a organização padrão de uma companhia de polícia militar.

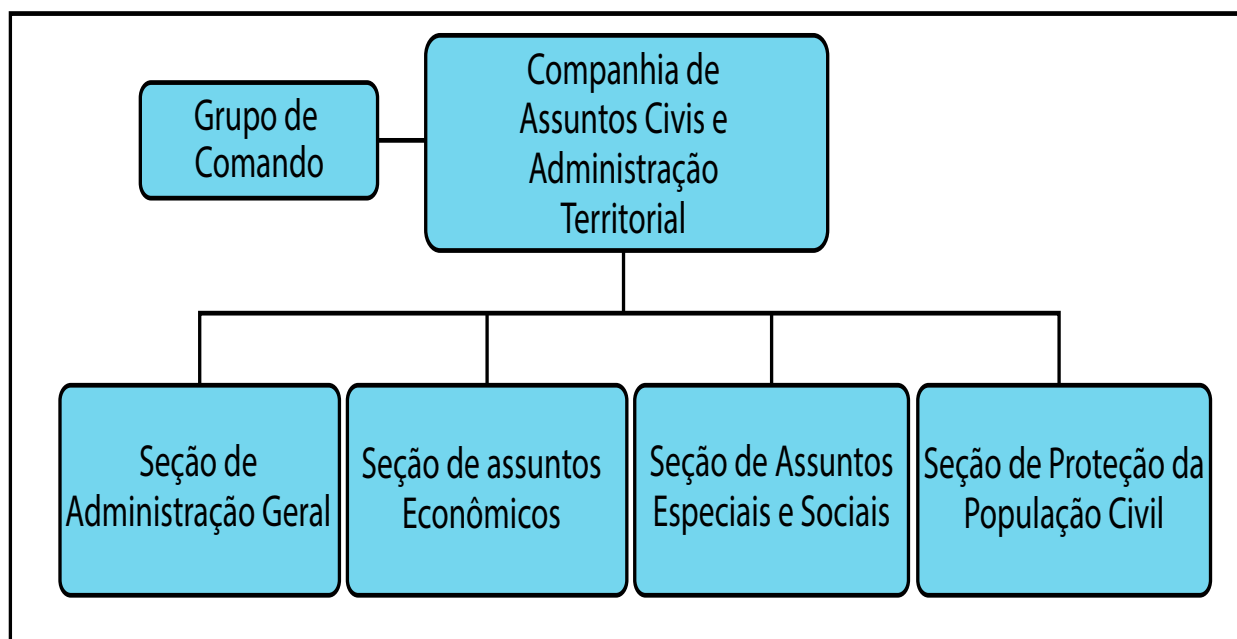


Fig 2 - Organograma de uma companhia ACAT. Fonte: Manual MDP-40003 (2013, p. 16).

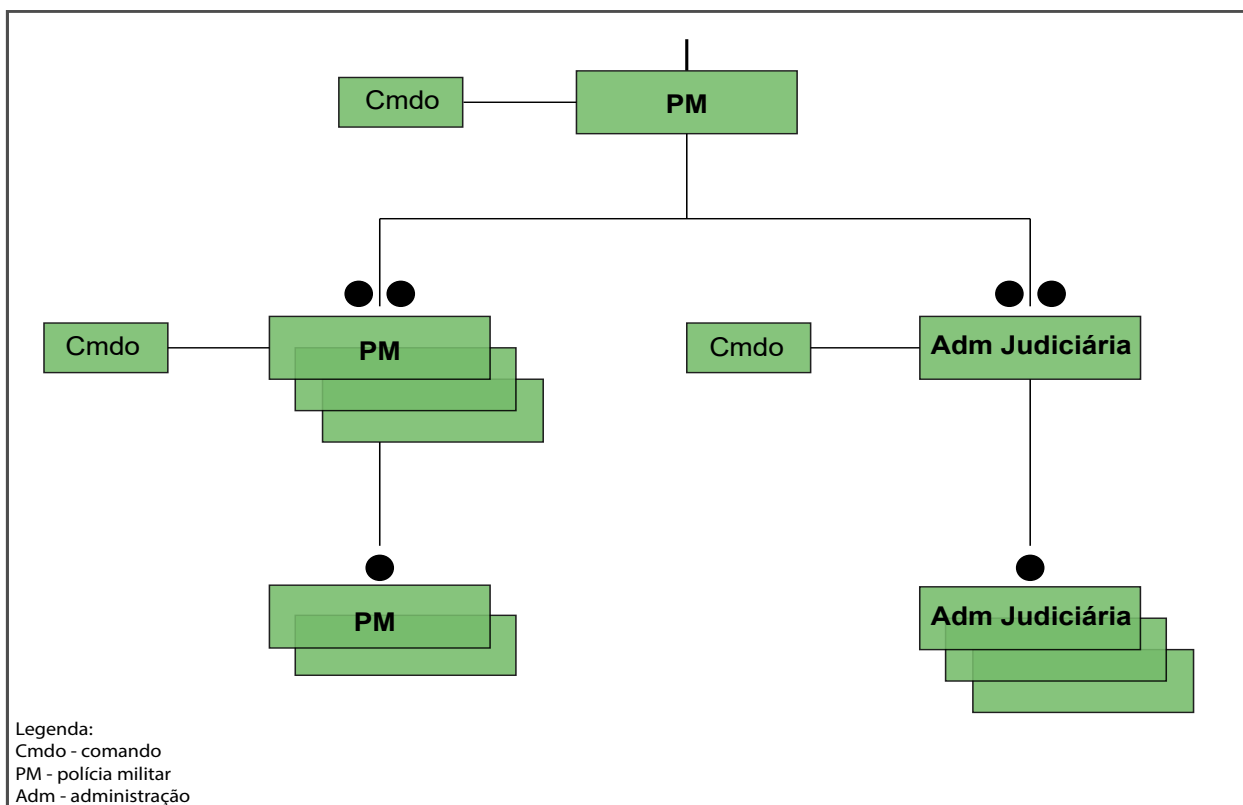


Fig 3 - Organograma de uma companhia de polícia militar. Fonte: Manual MDP-40006 (2013, p. 56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela abordagem feita do tema assuntos civis na doutrina chilena, centrada na função *ACAT*, pode-se observar que as atividades que se referem aos assuntos civis e à administração territorial podem ser consideradas tanto no contexto de operações militares em território nacional e em território ocupado como podem ser executadas em tempo de paz ou em estado de exceção. Essas possibilidades de emprego fazem com que a aplicação da função *ACAT* seja complexa, uma vez que seu uso será sempre uma situação de incerteza, que poderá afetar o desenvolvimento normal da vida da população civil. Sob algumas circunstâncias, a população local nem sempre será cooperativa com as medidas que devem ser tomadas pelo Cmt operacional.

Depois de estudar a função do *ACAT* em território nacional, fica evidente que a doutrina chilena menciona a aplicação

dessa função em operações de não guerra, de forma breve e sob um estado de exceção legalmente configurado. Assim, como em território ocupado, sob circunstâncias complexas e com o emprego de uma doutrina ainda em desenvolvimento, o Cmt operacional emprega *ACAT* sob os mesmos requisitos utilizados no contexto de operações em território próprio.

Quanto à sua execução em território ocupado, pode-se concluir que o Cmt operacional executará as atividades de assuntos civis com ou sem a predisposição da população civil local e suas autoridades. Por isso, deve ser extremamente cuidadoso a fim de impactar o mínimo possível a normalidade da vida da população civil e cumprir os diferentes protocolos da Convenção de Genebra, buscando obter apoio a sua presença na área de atuação, por meio de ações de caráter humanitário junto à população civil.

É pertinente concluir também que, derivada das informações coletadas, a doutrina institucional chilena se baseia nos manuais de campanha *RDP-20002* e *MDO 20901*, além das experiências de países que participaram recentemente de conflitos. É relevante salientar que, recentemente, no Chile, foi estabelecida uma doutrina conjunta que orienta a execução da função *ACAT*, baseada no estudo comparado de sua própria doutrina institucional e da doutrina estrangeira, majoritariamente a estadunidense e a espanhola.

Portanto, sobre a doutrina chilena, pode-se inferir a respeito da função primária *ACAT*, que nos níveis tático e operacional, assuntos civis e administração territorial encontram-se dentro da função *Apoyo al Combat*, suas atividades são planejadas em apoio às operações militares e se assemelham consideravelmente às atividades de assuntos civis ou CIMIC, da mesma forma à desenvolvida nas diversas forças armadas estrangeiras, incluindo o Brasil.

REFERÊNCIAS

- CHILE. Ejército de Chile. División Doctrina. **El Ejército y la Fuerza Terrestre DD 10001**. ed. 2012.
- CHILE. Ejército de Chile. División Doctrina. **Reglamento Operaciones RDO 20001**. I, 89. ed. 2012.
- CHILE. Ejército de Chile. División Doctrina. **Reglamento Apoyo Administrativo RDP 20001**. Cap I - VII. ed. 2012.
- CHILE. Ejército de Chile. División Doctrina. **Reglamento Asuntos Civiles y Administración Territorial RDP 20002**. p. 9 - 87. ed. 2013.
- CHILE. Ejército de Chile. División Doctrina. **Reglamento de Planificación RDPL 20001**. p. 49 - 50. ed. 2012.
- CHILE. Ejército de Chile. División Doctrina. **Reglamento Compañía de Asuntos Civiles y Administración Territorial MDP 40003**. p. 16 - 19. ed. 2013.
- CHILE. Ejército de Chile. División Doctrina. **Reglamento Operaciones Militares distintas a la Guerra en territorio nacional MDO 20901**. ed. 2011.
- JOINT STAFF. **Civil-Military Operations**. I - 1, I - 18.
- JP 3-57, Civil-Military Operations, 9 July 2018 I-7; I-9.
- ROJAS, Hugo Lo Presti. **Apreciación de las funciones de apoyo al combate. ¿Paralelas o integradas?** Revista de Educación del Ejército de Chile Nº 38. ISSN 0717-6376. 2011.
- SUIÇA. **Convenção de Genebra**. Ano 1949.

NOTAS

- [1] As funções primárias de mando são: pessoal, inteligência, operações, logística, assuntos civis e administração territorial, comando e controle, dentro do contexto do processo de planejamento militar (PPM).
- [2] Estado de *Asemblea* é uma das hipóteses de estado de Exceção, decretado no caso de guerra externa.
- [3] Documentos de *Análisis de IEEE* (2010). *Lecciones identificadas en el conflicto de Irak*.

SOBRE O AUTOR

O Tenente-Coronel de Engenharia Sérgio Róger Arrais Torres, à época da confecção deste artigo, era o Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto à Divisão de Doutrina do Exército chileno (DIVDOC). Atualmente, é o Comandante do 2º Batalhão Ferroviário, Batalhão Mauá, em Araguari-MG. Foi declarado aspirante a oficial, em 1998, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Realizou o curso de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 2016. É bacharel em Direito pelo Instituto Camilo Filho (ICF). É pós-graduado em ciências militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e pela ECEME, ciências sociais e em políticas públicas pela Pontifícia Universidade Católica do Chile e em gestão pública pela Universidade Adolfo Ibáñez. Foi Instrutor da AMAN e da Academia de Guerra do Chile (torres.sergio@eb.mil.br).

Produção Doutrinária



<http://www.cdoutex.eb.mil.br>

do C Dout Ex

Uma década falando de Doutrina

O sucesso da Revista Doutrina Militar depende muito de você! Compartilhe conosco a sua opinião, escreva um artigo!

2012-2022



<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/issue/archive>
dmtrevista@coter.eb.mil.br - (61) 3415-6275 Ritex 860
QGEx Bloco H 3º Piso, SMU - Brasília, DF, 70655-775



CORONEL VELASQUES

Chefe da Seção de Inteligência do
Comando Militar do Sul.

O PPCOT E O COMPONENTE CONCEITUAL DO PLANEJAMENTO

O presente artigo tem a finalidade de desmistificar o componente conceitual do planejamento, constante do Manual de Campanha EB70-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT), recentemente introduzido nas operações que a Força Terrestre toma parte ou conduz, em complemento ao exame de situação, tradicionalmente realizado pelos estados-maiores (EM) em todos os níveis. Diante disso, por planejamento, presume-se a concepção de uma forma eficiente de se fazer as coisas, com vistas a conquistar determinados patamares que tenham a capacidade de beneficiar a si mesmo ou aos seus.

Sabe-se que o conceito de guerra deixou de ter hora marcada e de ser um assunto puramente militar, para espalhar efeitos do conflito para outras áreas da atividade humana, que passaram a ser palco de disputas entre povos, países e corporações, conforme nos mostram Qiao Liang e Wang Xiangsui, em “A Guerra Além dos Limites”. Assim, vivemos hoje a guerra econômica, a guerra cultural, a guerra cibernética, a guerra da informação e outras tantas atividades que tomaram emprestadas para o seu dia a dia ideias milenares sobre o embate de forças.

Em face do aumento exponencial da tecnologia da informação e da complexidade dos ambientes operacionais onde possa ser necessária algum tipo de operação militar, percebeu-se que apenas o consagrado método de planejamento do exame de situação, atualmente nomeado como componente detalhado do planejamento, não seria capaz de abordar todos os aspectos necessários para

um planejamento militar eficiente e eficaz nos conflitos atuais.

O cenário atual tem sido classificado como: volátil, incerto, complexo e ambíguo (*VUCA*, na sigla em inglês, *volatility, uncertainty, complexity e ambiguity*), e os conflitos modernos mesclam diversos atores em situações de guerra e de não guerra, em áreas urbanas e densamente humanizadas, demandando operações militares no amplo espectro, com forças que sejam extremamente adaptáveis a diferentes tipos de atitudes, desde ofensivas ou defensivas, passando por cooperação e por coordenação com agências, missões de paz, prevenção de conflitos, gerenciamento de crises, inclusive institucionais e humanitárias, dentre outras.

Se antes a vitória militar significava “conquistar o terreno e destruir o inimigo”, hoje, fazer apenas isso pode não ser o suficiente para vencer. De outra forma, como explicar a morte de mais de 4.000 soldados americanos depois do discurso “*Mission Accomplished*” do Presidente norte-americano George W. Bush sobre a Guerra do Iraque, em 1º de maio de 2003, em comparação com os 139 mortos e 542 feridos desde o início da campanha, em outubro de 2002?

O conflito no Vietnã [1], ocorrido entre 1964 e 1975, já havia evidenciado que há outros fatores para definir o sucesso ou fracasso de uma campanha, que não apenas os puramente militares. O tão alardeado “corações e mentes”, citado até hoje foi muito pouco empregado pelos norte-americanos naquela ocasião.

Sobre a ofensiva do Tet de 1968, em entrevista a um veterano americano da Guerra do Vietnã, o Brigadeiro-General aposentado Bay Kao, in Online Magazine, assim se referiu:

percebemos que também vencemos em sua frente doméstica. A campanha do Tet quebrou o moral do público americano. Nossa primeira tarefa na guerra contra os EUA foi ganhar experiência. Nossa segunda tarefa foi desenvolver táticas levando em consideração sua mobilidade e equipamentos técnicos, e a tarefa final foi cansá-lo e esgotá-lo em batalhas. Nós éramos pacientes. Estávamos prontos para uma guerra longa e prolongada.

E você não. Estudamos suas táticas, interceptamos mensagens de rádio. Os americanos conversavam muito no rádio. Demais. Isso nos deu muita inteligência valiosa [...]. Sempre soubemos seus planos. Você mesmo nos informou. Seus helicópteros apareceram primeiro. Depois atacamos aeronaves e, finalmente, soldados. Nosso objetivo não era ficar de pé e lutar, mas sair, a menos que pensássemos que poderíamos ter uma vitória estratégica. Ou, como no caso da Ofensiva do Tet, uma importante vitória psicológica.

A entrevista prossegue com o Coronel Vietcong Le Nguk Diep, afirmando:

poucos de seus comandantes permaneceram no Vietnã por tempo suficiente para entender como lutar aqui.

Ele enfatizou que os americanos eram muito dependentes de seus veículos e do apoio ao fogo, e não entendiam o significado do fator humano na guerra. Já o ex-capitão Wo Van Dut afirmou “a América perdeu aqui porque seus comandantes não entendiam o povo do Vietnã, as características locais e a natureza da guerra”.

É difícil de compreender como a maior força militar do mundo cumpre a sua missão, vence as batalhas, mas não ganha a guerra. Evidentemente, já naquela época, havia outros fatores que não foram sequer considerados no planejamento estritamente militar, o que fez com que aqueles conflitos se arrastassem por mais de dez anos, com grandes perdas humanas e materiais. Seria possível que aquelas operações militares tenham se debruçado sobre objetivos errados ou tenham realizado uma abordagem parcial das guerras que conduziram?

AS DIMENSÕES DO AMBIENTE OPERACIONAL E OS FATORES OPERACIONAIS

A fim de organizar o planejamento militar, sem deixar de considerar aspectos relevantes para as missões impostas pelo Ministério da Defesa ou de interesse do Poder Nacional, em face de um cenário cada vez mais ágil, urbano, complexo e de missões “no meio do povo” e sem abrir mão do planejamento militar para a guerra, o Exército Brasileiro adotou a categorização do ambiente operacional (AOP) com base em três dimensões: a humana, a física e a informacional, com seus respectivos fatores operacionais capazes de impactar as operações de qualquer tipo, quer sejam de guerra ou de não guerra, conforme a Figura 2.



Fig 1 - Montagem da foto do Presidente Bush e da imprensa cobrando explicações sobre os mais de 4.000 mortos após o “Mission Accomplished”. Fonte: <https://foreignpolicy.com>, J. SCOTT APPLEWHITE.



Fig 2 - Fatores Operacionais. Fonte: (PPCOT, 2020).

Esses fatores sempre fizeram parte dos combates, mas nunca haviam recebido a devida consideração formal por parte do planejamento militar. Uma iniciativa nesse sentido foi a inserção das considerações civis nos fatores da decisão, o que constituiu o ponto de partida para a formalização da análise da atuação ou reação de elementos não militares em face das operações.

Em um cenário de guerra ou de não guerra, com uma velocidade cada vez maior das interações das nossas forças com o adversário e outros atores, estatais e não estatais, o exame de situação carecia de uma orientação para que fosse aplicado sobre os temas corretos da operação militar com a finalidade de atingir o êxito nas três dimensões apresentadas.

Atualmente, o sucesso da operação militar, além de fincar a bandeira no terreno e desarticular as forças inimigas, deve ser apoiado em um planejamento abrangente, capaz de conquistar a narrativa dominante e o apoio das populações locais e domésticas, fatores que o Exército Brasileiro, ainda que empiricamente, sempre levou em conta, desde a campanha da Tríplice Aliança, passando pela Segunda Guerra Mundial, pelas missões de paz da ONU e nas operações de garantia da lei e da ordem (GLO) que conduz em território nacional.

O TRABALHO DE ESTADO-MAIOR

O trabalho de EM, em nenhum nível de planejamento, pode se resumir a fazer cumprir o que foi inicialmente idealizado, pois a velocidade atual com que todos os atores do espaço de batalha agem e interagem, impõe que a condução das operações militares seja acompanhada 24 horas por dia e 7 dias por semana, e que correções de rota, ou até mesmo mudanças completas de planejamento, tenham que ser implementadas de maneira muito rápida.

Imposta uma missão a uma força militar, o primeiro objetivo do EM deve ser o de fazer girar suas engrenagens, nas dimensões física, humana e informacional, na direção correta e mais rápida que o funcionamento dos centros de decisão adversos. Assim, busca-se a iniciativa das ações e fazer com que os centros decisores oponentes apenas reajam às suas ações. De preferência, de maneira ineficaz, deixando o decisor assessorado sempre em vantagem e com liberdade de ação, ao mesmo tempo em que nega estas oportunidades aos oponentes.

Uma vez tomada a iniciativa e mantida a liberdade de ação, compreendidas com ações nas três dimensões já citadas, o objetivo da equipe de planejamento passa a ser ganhar a maior velocidade possível entre o planejamento, a finalização das ações desencadeadas e o *feedback* de resultados, como forma de colapsar os centros decisores adversos. Dessa forma, as decisões e os atos emanados dos oponentes serão ineficazes ou contraproducentes, deixando as forças adversas sem a necessária orientação correta e sem a adequada articulação entre si, entre a população local e entre a opinião pública.

Essa velocidade dinâmica envolvendo análise de dados, assessoramento de EM decisão e execução coordenada e controlada das ações planejadas por parte das tropas executoras é o ritmo de batalha, que sendo veloz, dinâmico, bem conduzido e na direção correta, levará ao êxito da operação militar.

O componente conceitual do planejamento deve ser aplicado nas operações e nos ambientes operacionais mais complexos e velozes, onde há vários atores e interesses diversos e difusos, como método para evitar que o componente detalhado do planejamento

(exame de situação) perca o foco ou atue em uma direção diversa do estado final desejado (EFD) para aquela operação. Também conhecido por Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE), esse subprocesso está consubstanciado no PPCOT.

Pode-se dizer que a MCOE, articulada por um grupo de trabalho, desbasta toda a área matosa, separando o que não interessa do que realmente tem valor para o planejamento militar e se aprofunda no entendimento desses itens. Dessa forma, a aplicação da metodologia do exame de situação se dará sobre os campos selecionados que podem apresentar algum impacto na operação, levando em conta as três dimensões do AOP já apresentadas.

A MCOE destina-se a deixar bem claro para os escalões de planejamento (EM) dos níveis subordinados e para os escalões executantes (tropas) o EFD pelo comandante (Cmt), assessorado pelo EM que a executa, para aquela operação militar e o caminho visualizado para se chegar ao EFD.

A NARRATIVA INICIAL E O DIAGRAMA DE RELAÇÕES INICIAL

O papel do Cmt é crucial para o êxito das operações terrestres. Com sua experiência, visão, capacidade de adaptação e entendimento da missão ele deve orientar os trabalhos da MCOE. Dessa forma, os verbos afetos ao Cmt no componente conceitual são: entender, visualizar, descrever e controlar, de acordo com o PPCOT (2020).

a ele compete compreender o problema militar, visualizar uma forma de abordá-lo, descrevendo-o aos seus subordinados e, por fim, controlar a execução das ações, aplicando seus atributos de liderança e continuamente avaliando o curso das operações.

O “entender” inclui a situação, o AOP e o problema militar como um todo, podendo os fatores operacionais das dimensões física, humana e informacional serem utilizados como uma ferramenta extremamente útil para essa análise. Assim, a situação, o ambiente e o problema podem ser analisados sob os prismas político, militar, econômico, social,

informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo (PMESIIAT).

Para a compreensão da situação e do AOP posto ao Cmt, seu EM deve levantar a maior quantidade de dados referentes aos fatores operacionais que lhe seja possível e organizá-los no sentido de responder a seguinte pergunta: como isso impacta ou poderia impactar as operações nas três dimensões do AOP? Como existem dados logísticos, operacionais, de proteção e de outras funções de combate, essa tarefa se estende a todos os integrantes do EM incumbidos da MCOE, e não apenas à inteligência, como, às vezes, pode parecer.

Para essa atividade, é importante a utilização do pensamento crítico e criativo, pois os atores presentes no AOP ou com a capacidade para influir nele não raciocinam e não agem da mesma forma, possuem capacidades, *backgrounds* [2], objetivos e anseios diferentes. Até mesmo os combatentes, EM e tropas de lados opostos pensam e agem de maneira diferente, de acordo com as características da formação militar de cada país.

Por melhor que seja a equipe militar imbuída da compreensão do problema, ela já parte da formação comum no seu país, razão pela qual devem ser empregados militares que tenham realizado cursos no exterior ou cursos civis de interesse para a compreensão do problema posto ao EM. Esses militares podem abordar as mesmas situações sob outras perspectivas, ampliando o escopo de abordagens possíveis, contribuindo para o entendimento mais amplo da situação.

Para entender a situação e o AOP, é primordial compreender os pontos de vista e os anseios dos outros atores envolvidos, sejam eles aliados, hostis ou neutros. O comando considerado pode valer-se de especialistas de outras áreas, inclusive civis, como psicólogos, sociólogos, cientistas políticos, economistas, linguistas etc., desde que isso não signifique quebra do sigilo das informações.

Para a formalização do entendimento completo do AOP, duas boas ferramentas previstas no PPCOT são a **Narrativa Inicial** e o **Diagrama de Relações Inicial**. No primeiro, descreve-se a situação atual de maneira escrita, textualmente citando os atores, suas áreas de influência, capacidades e possibilidades, de maneira a captar todas as interações que existem ou possam surgir no curso das operações, inclusive as condições

climáticas e o terreno, se for o caso de uma região muito fria, muito quente, de montanha ou de selva, por exemplo.

As interações entre os atores podem ser de vários tipos, tais como apoio, hostilidade, neutralidade, ressentimento, influência, financiamento, laços familiares etc., dependendo do que foi levantado e inserido na narrativa inicial. A partir da análise das ligações entre os atores, extrai-se, inicialmente, quem são os mais relevantes, os que exercem maior influência sobre outros elementos em presença no AOP e de qual tipo. Uma vez atuando-se sobre esses atores, entidades secundárias ou terciárias perderiam a potência necessária para dificultar as ações da força que realiza o estudo, indicando frentes onde seria possível economizar forças.

Não há um modelo fixo para o **Diagrama de Relações**, dependendo de cada situação-problema e da criatividade do EM que o realiza, mas setas indicando quem influencia a quem e de que forma, bem como a utilização de cores diversificadas auxiliam muito o

entendimento da situação atual em apenas uma imagem.

Um exercício simples e prático de realizar é fazer o Diagrama de Relações de sua unidade e suas interações com os escalões superiores, com as demais unidades militares, com os órgãos de segurança pública da área e outras instituições governamentais, órgãos de imprensa e influenciadores locais, as associações de moradores do entorno, os atores hostis, como organizações criminosas locais, e demais atores com possibilidade de interagir, influenciar ou serem influenciados pela OM.

A montagem da Narrativa Inicial e do Diagrama de Relações Inicial auxiliam EM a jogar luz sobre atores e relações pessoais ou institucionais que, de outra forma, não seriam abordadas pelo Exame de Situação, abrindo o leque das capacidades possíveis de serem empregadas pela força que o realiza. Dessa forma, o Cmt já pode visualizar o emprego de capacidade que efetivamente possui e outras que deverá solicitar ao escalão superior.

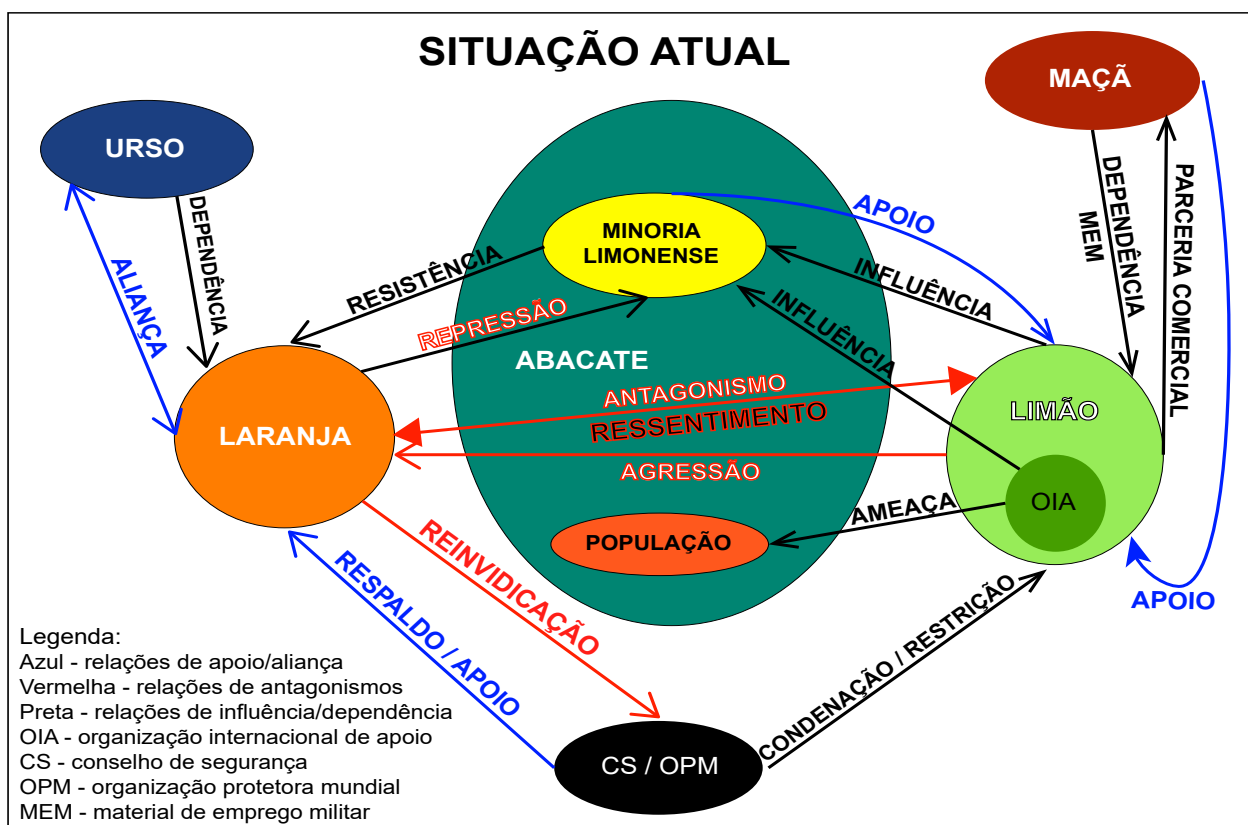


Fig 3 - Exemplo de Diagrama de Relações Inicial. Fonte: (PPCOT, 2020).

DIAGRAMA DE RELAÇÕES FINAL, NARRATIVA FINAL E EFD

Compreendida a situação inicial, os atores em presença e aqueles com maior capacidade de influenciar no AOP, o Cmt e seu EM estarão em condições de iniciar a formulação do EFD que irá exprimir qual a situação visualizada para o AOP, após a atuação da força militar.

O ponto de partida para a formulação de um EFD é a visualização do Cmt do escalão encarregado de conduzir a operação militar, desde o nível batalhão até o corpo de exército, incluída a Força Terrestre Componente (FTC) a partir de qualquer escalão que seja designado com essa incumbência. Conforme o PPCOT (2020) “O Cmt visualiza a situação atual e imagina um conjunto de condições desejadas, que representa o estado a atingir ao final da operação”.

Dono do entendimento da situação atual, sob as perspectivas de cada ator em face dos fatores operacionais, o Cmt deve estabelecer as condições que visualiza atingir ao final da campanha, da operação, da fase, da batalha ou do combate no qual o seu escalão esteja incumbido, de maneira abrangente, elencando as três dimensões consideradas.

Convém recordar que essa visualização do resultado idealizado para a operação já deve orientar a montagem das capacidades que se vislumbram como necessárias ao cumprimento da missão, dividindo-as entre aquelas que estão à disposição do comando que planeja e aquelas que devam ser solicitadas aos escalões superiores, de acordo com cada missão ou operação, no que comumente tem sido chamado de “efeito LEGO” [3].

Em uma campanha militar, para os níveis mais elevados, ou situação de combate, para o nível de tropa, uma **proposta de EFD** poderia ser assim definida:

- terreno - conquistado e sob controle das nossas forças (dimensão física);
- inimigo - destruído, com a maioria do seu material blindado e de alta tecnologia, em funcionamento ou não, transportado para o território nacional (dimensões humana e física);
- população - majoritariamente apoiando a Força e suas ações (dimensões humana e informacional);
- opinião pública - narrativa majoritariamente favorável à Força e à sua atuação (dimensão informacional); e
- agências locais - em condições de iniciar a reconstrução e favoráveis às parcerias com a Força e com outras agências do nosso país (dimensões física, humana e informacional).

Para uma missão de GLO, envolvendo a atuação na segurança prisional, por exemplo, um EFD poderia ser: estabelecimentos prisionais em funcionamento e em ordem no mais curto prazo (fatores infraestrutura, ambiente físico e tempo); funcionários treinados e reequipados com material mais moderno (fatores social, econômico e tempo); celulares, armas, drogas e material ilícito dos detentos apreendido (fatores político, social, militar e informação); identidade dos integrantes da tropa empregada resguardada (fatores militar, social e informação); e, opinião pública e população repercutindo o aumento da sensação de segurança (fatores social, político e informação).

Como se pode perceber, não há uma padronização na formulação do EFD. Ele decorre de cada situação, do tempo disponível para o planejamento e do nível de conhecimento e experiências do Cmt e do EM que o realiza. Devendo apontar no sentido de uma visualização de “onde se pretende chegar ao final da empreitada”.

Outro aspecto a ser considerado é a possibilidade de abrangência do EFD nas três dimensões do AOP ou de seu aprofundamento nos fatores que se interpenetram e se complementam. O sucesso da empreitada militar dependerá do êxito nas três áreas, definidas por seus fatores componentes. Na Figura 4 observa-se um modelo imagético do EFD que considera a atuação da força militar no sentido de alterar uma situação inicial.

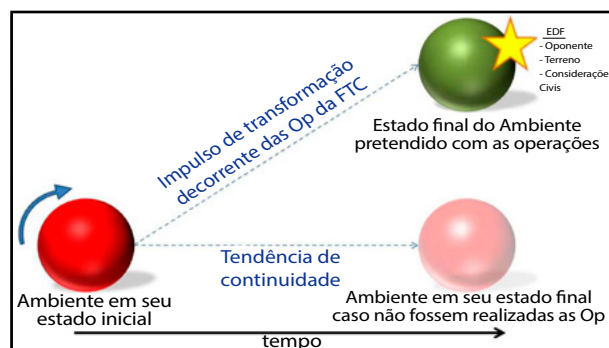
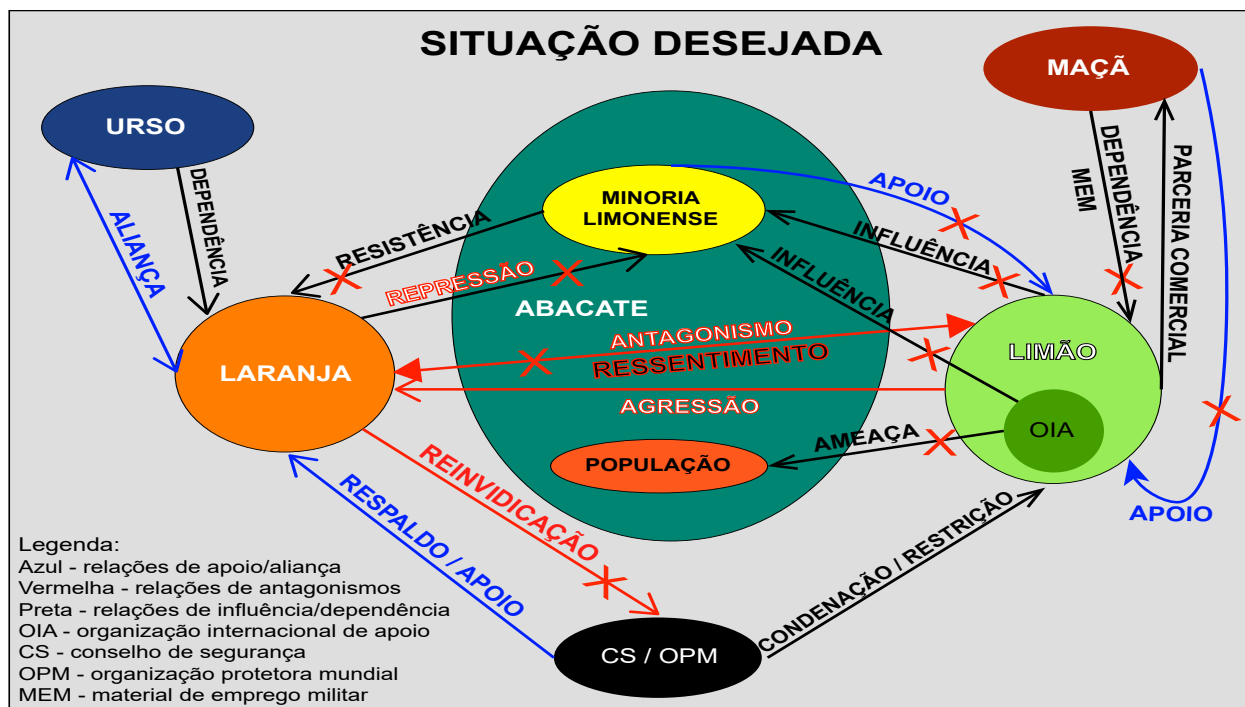


Fig 4 - Modelo imagético do EFD. Fonte: (PPCOT, 2020).

A partir da definição do EFD, o EM tomará para si a tarefa de detalhar melhor essa situação conclusiva, produzindo a **Narrativa Final**, onde deve constar de forma escrita a situação final visualizada para cada ator relevante, levantado no entendimento da situação-problema, bem como produzir o **Diagrama de Relações Final**, Figura 5, onde devem constar as ligações e interações, depois da atuação militar.



nessa identificação, o CG não é limitado às forças militares inimigas, podendo ser físico ou moral. Os CG com características físicas são relativamente fáceis de serem identificados, engajados, atingidos, protegidos e influenciados exclusivamente por meios militares. Já os CG morais não possuem essa facilidade. [...] O CG identifica o elemento sobre o qual deve ser emassado o poder de combate e os esforços da operação, bem como permite a identificação de elementos secundários, sobre os quais pode ser realizada a economia de meios. Em contrapartida, uma análise errada do CG do oponente pode levar o escalão designado [...] a dispersar poder de combate (PPCOT, 2020).

Basicamente, existem três formas de atuar sobre o CG oponente identificado para

uma operação: torná-lo irrelevante, negar o suporte necessário e explorar fraquezas sistêmicas. Para tanto, uma forma adequada é decompor o CG em suas capacidades, suas vulnerabilidades e seus requisitos críticos. Ao mesmo tempo em que a força analisa os possíveis CG adversos, deve preocupar-se em identificar e proteger os seus, sob pena de tê-los como alvos dessa mesma análise.

Digamos que em uma operação militar de guerra, após a análise das Narrativas e dos Diagramas Iniciais e Finais, chegou-se à conclusão de que o ator que impede determinada força de cumprir a sua missão e de chegar ao EFD é a força oponente (definição do problema) e que seu CG são suas duas brigadas blindadas. Na Tabela 1, é apresentada uma proposta de **análise deste CG**, para este caso específico.

Centro de Gravidade	Capacidades Críticas
<p>Brigadas blindadas do inimigo, compostas por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Main Battle Tank (MBT): Leopard-2A7;</i> - <i>Infantry Fight Vehicle (IFV): Puma;</i> - <i>Artilharia: Paladin M109A6 155mm;</i> - <i>Antiaéreo: Flakpanzer Gepard;</i> e - Demais apoios necessários de engenharia, logística e saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Deslocar-se rapidamente (exceto por terrenos impeditivos e restritivos) com alto poder de fogo. - Proteção blindada contra armamentos de até X calibre. - Infligir grandes choque e destruição, em virtude de seu poder de fogo.
Requisitos Críticos	Vulnerabilidades Críticas
<ul style="list-style-type: none"> - Combustível em grande volume por dia de operação. - Mecânica de manutenção especializada em veículos blindados (pessoal, peças, oficinas), em volume considerável e de alta tecnologia militar. - Cobertura aérea. - Necessidade de comunicações rádio terra-terra e terra-ar. - Guarnições bem treinadas e experientes. - Manutenção de boa relação com o país Y, dono de toda a tecnologia e vendedor de suas duas brigadas completas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Transporte de grande volume de combustível para as áreas de retaguarda das brigadas, diariamente. - Necessidade de pausas para reabastecimento ou de ultrapassagens constantes por outras forças blindadas, a fim de manter a impulsão de suas ações. - Defesa aérea apenas contra baixa altura e dependência direta de sua Força Aérea. - O País não é produtor dos blindados que utiliza, não possui grandes reservas de peças, nem possui blindados sobressalentes para substituição. - Todo o sistema de comunicações das brigadas blindadas é importado do país Y. - O País oponente leva três anos para formar e certificar as guarnições de cada tipo de blindado que opera e, praticamente, não possui reservas mobilizáveis capazes de operar novos meios porventura recebidos. - A natureza da tropa não tem pendor para o trato com a população, nem a necessária seletividade para atuação em área urbana.

Tabela 1 - Modelo de Análise de CG.

“ Ao longo da montagem da abordagem operativa, dois aspectos devem ser constantemente revisitados: as capacidades com as quais o Cmt e o EM podem contar ou que possam ser requisitadas aos escalões superiores e os fatores da decisão. ”

Após a definição da situação-problema e do CG inimigo, e de suas características, começam a surgir as ideias de como a equipe encarregada do planejamento poderá interferir no CG oponente com eficiência, retirando dele a capacidade de influir na situação, retirando seus apoios mais necessários ou golpeando-o em seus pontos mais vulneráveis, de maneira que este deixe de ser um obstáculo ao atingimento do EFD.

Para a efetivação da interferência no CG oponente por parte das forças do escalão planejador, é necessário ter em conta as capacidades das forças postas à sua disposição e outras capacidades que possam ser requisitadas aos escalões superiores.

O exemplo apresentado pode trazer à tona algumas das seguintes ideias para interferência sobre o CG oponente: golpear de maneira inclemente os meios blindados do inimigo e suas tripulações, sabendo de suas limitações quanto à reposição de pessoal e material qualificado; atuar junto às populações e às mídias locais no sentido de ressaltar os danos humanos e materiais dos civis em virtude da atuação das duas brigadas

blindadas; desmoralização dos Cmt das forças oponentes junto à opinião pública local e doméstica de seu país; solicitar ao escalão superior a priorização junto à Força Aérea Componente (FAC) de “alvos-tipo” caminhões-tanque, à retaguarda das brigadas blindadas; solicitar ao escalão superior que encaminhe ao nível político a necessidade de obtenção de rádios iguais aos que foram vendidos ao inimigo e outras medidas que não estejam ao alcance da força mas, caso obtidas, representarão enorme vantagem no enfrentamento da ameaça.

A elaboração de hipóteses de interferência no CG inimigo dependerá da experiência e da criatividade do Cmt e do EM que realiza o estudo. Estas chamadas “interferências” serão as ações táticas em forma bruta que deverão descer para os elementos subordinados, de acordo com suas capacidades esperadas, após trabalhadas a fundo pelo Componente Detalhado do Planejamento (exame de situação).

ABORDAGEM OPERATIVA, CAPACIDADES NECESSÁRIAS E FATORES DA DECISÃO

A abordagem operativa, também conhecida como desenho operacional, é o subproduto mais importante da MCOE, pois ela irá representar de maneira gráfica como o comando considerado planeja sair da situação atual e chegar ao EFD, mediante o emprego de suas possibilidades de atuação. Para sua confecção, é necessário o emprego dos elementos da arte operacional, conforme consta do PPCOT (2020).

Ela será a razão direta das capacidades das nossas forças e daquelas que possam ser recebidas, no confronto com a situação-problema, sempre com foco nos CG levantados para cada AOP. A Abordagem Operativa é a ponte que levará a situação de “onde estamos” para “onde queremos chegar”, aproveitando o apoio dos atores

e fatores favoráveis e suplantando os obstáculos representados pelos atores hostis à nossa atuação.

uma abordagem operativa eficaz descreve, de forma geral (genérica), – o quê, quando, onde e, de forma sumária, como – o Cmt pretende empregar o poder de combate para cumprir a missão, segundo a intenção do escalão superior (Esc Sup). Uma diretriz abrangente dá ao EM e aos Cmt subordinados uma maior flexibilidade para desenvolver opções a fim de atingir o EFD. [...] A abordagem operativa se constitui na base do conceito da operação e serve como elo entre os planejamentos conceitual e detalhado. Fornece a base para o conceito da operação sem ditar os detalhes do plano final. [...]. Os planejadores determinam as ações táticas a serem realizadas para o cumprimento da missão, organizando-as no espaço e no tempo (PPCOT, 2020).

A sequência de ações mais adequada para o desenvolvimento de uma abordagem operativa está representada no anexo G do PPCOT (2020). Na sequência, apresenta-se uma versão resumida para um entendimento rápido.

Cientes da situação atual (Narrativa e Diagrama de Relações Iniciais), do “aonde” se pretende chegar (EFD, Narrativa e Diagrama de Relações Finais), esses itens devem ser lançados na abordagem de maneira resumida. Como já foram levantados os obstáculos mais relevantes que se impõem ao cumprimento da missão (atores hostis mais influentes e respectivos CG), o Cmt e o EM dedicam-se a delinear uma forma de cumprir a missão, dividindo o prazo disponível por etapas ou fases nas quais se visualiza o emprego das forças.

Depois disso, levantam-se as ações táticas necessárias, nas dimensões física, humana e informacional do AOP, para mudar o estado atual no sentido de concretizar o EFD visualizado. Note-se que os eixos que constituirão as linhas de operações (L Op) ou as linhas de esforço (L Esf) a serem selecionados não seguem um padrão, dependendo da campanha, das missões determinadas, das ações e operações necessárias, das tarefas deduzidas, do conhecimento do EM sobre as capacidades disponíveis e, até mesmo, da experiência do Cmt e de seu EM na condução desse tipo de planejamento.

Os pontos decisivos (PD) representarão o ápice destas ações, sejam eles objetivos no terreno ou no oponente, efeitos desejados da população ou da opinião pública, devidamente mensurados ou outros itens que simbolizem a conquista das metas fixadas para cada ação levantada. A definição dos PD depende dos mesmos fatores citados para as L Op e das L Esf e é importante ressaltar que, atrás de cada triângulo significando um PD, haverá muito trabalho a ser desencadeado no componente detalhado do planejamento, tais como ordens de operações, coordenações variadas, mudanças na constituição de forças etc.

Os PD devem ser, em sua maioria, voltados para atingir direta ou indiretamente o CG identificado (vulnerabilidades críticas, requisitos críticos e capacidades críticas) de maneira a melhor explorar as capacidades operativas das nossas forças, empregadas de maneira coordenada e controlada pelo centro decisor, em estreita ligação com os centros decisores dos escalões superior e subordinado. Quando a tarefa se alongar mais no tempo, ao invés de triângulos, se empregarão trapézios na representação gráfica.

Especial atenção deve ser dada quando se elegerem CG diferentes para cada fase de uma mesma operação, a fim de que

todos os escalões subordinados tenham esse conhecimento e possam, dessa forma, alterar o emprego ou a intensidade de uso de suas capacidades de acordo com o plano do escalão superior.

A diferença entre as L Op e as L Esf residem em sua natureza física, em que seja necessário o emprego da força ou lógica, onde não há necessidade do emprego de tropa, respectivamente. As ações e PD levantados serão classificados segundo esta categorização e, tomando por exemplo uma GLO, haverá várias ações ocorrendo ao mesmo tempo como a instalação de pontos de bloqueio e controle de estradas (PBCE), entrevistas coletivas, panfletagem e propaganda sobre a operação que se conduz, realização de prisões e apreensões, e muitas outras, de acordo com a abordagem operativa desenhada para aquela operação específica.

Conforme já afirmado, não há uma padronização para a definição das linhas a serem empregadas na abordagem operativa, dependendo muito mais da natureza da operação (guerra ou não guerra), da análise do AOP e da imaginação e experiência do Cmt, bem como seu EM tanto em operações quanto nessa forma de planejamento.

Após isso, os PD e outras tarefas menores levantadas, serão encadeadas de maneira lógica no tempo e no espaço, de acordo com cada fase, sempre voltadas a atingir os CG visualizados para cada fase no menor prazo possível, como forma de conquistar e manter a iniciativa, de maneira que os atores hostis e os centros decisores adversos apenas reajam ao emprego das capacidades da nossa força, nas três dimensões do AOP.

Ao longo da montagem da abordagem operativa, dois aspectos devem ser constantemente revisitados: as capacidades com as quais o Cmt e o EM podem contar ou que possam ser

requisitadas aos escalões superiores e os fatores da decisão.

Na medida em que se levantam as ações, tarefas e os PD, a equipe incumbida do planejamento deve ter consigo um banco de capacidades disponíveis, bem como de capacidades que possam ser requisitadas, ainda que temporariamente, ao escalão superior, sob pena de não possuir poder de combate ou a técnica necessária suficiente para executar o que planeja.

Esse período em que todas as capacidades à disposição do EM planejador estejam empregadas deve ser evitado ao máximo. Ele constitui-se no Ponto Culminante (PC) a partir do qual será necessária uma pausa operacional a fim de que as forças possam recobrar suas capacidades operativas a um nível mínimo para que possam ser empregadas. A realização dessa “pausa” pode representar a perda de impulsão nas operações e significar a perda da iniciativa das ações, o que pode ser fatal à operação militar.

Já os Fatores da Decisão (Missão, Inimigo, Terreno e Condições Meteorológicas, Meios e apoios disponíveis, Tempo e Considerações Civas - MITeMeTeC) servem como filtro constante para cada elemento da Arte Operacional que for incluído na abordagem em construção, ajustando a capacidade mais adequada a ser empregada, o momento certo de seu emprego e, até mesmo, de sua retirada de cena, se for o caso.

Ao final, restará um desenho sequenciado que resume em uma imagem, apenas a visualização da campanha ou da operação militar planejada, pelo Cmt e de seu EM para a resolução do problema militar posto àquela equipe de planejamento. Restará, portanto, aplicar o Componente Detalhado do Planejamento, realizando o Exame de Situação para a aplicação das capacidades disponíveis sobre elementos bem mais trabalhados e conhecidos que antes da aplicação do Componente Conceitual.



Fig 6 - Exemplo de Abordagem Operativa. Fonte: (PPCOT, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas constantes missões em que o EB tem sido empregado, com materiais adequados à guerra e ao pessoal treinado para essa atividade, em cenários cada vez mais complexos, junto das populações e exposto à opinião pública imediata, faz-se necessário que toda força empregada possua uma forma unificada de planejamento de suas operações, sejam elas de guerra ou de não guerra.

A execução do Trabalho de EM, empregando apenas a metodologia do Exame de Situação, cartesianamente dividido e sequenciado em várias fases longas e detalhadas, pode ser demorado e pode conduzir a força a atuar em problemas que já nem existam mais

ou que estejam mais agravados que o planejado, devido à natureza extremamente volátil, incerta, complexa e ambígua das operações militares atuais.

O Componente Conceitual do Planejamento não é uma mera “mesma coisa com nomes diferentes”. É uma parte importante do processo de planejamentos mais complexos, com a finalidade cada vez mais necessária de orientar e canalizar todos os esforços despendidos pelas forças e agências de um mesmo lado no sentido de buscar a solução do problema posto à operação militar no mais curto prazo possível, com o mínimo de perdas e da maneira mais eficiente e eficaz nas dimensões física, humana e informacional.



Fig 7 - Planejamento em três dimensões nas missões de GLO.

Esse planejamento em três dimensões fica mais bem simbolizado por um jogo de xadrez tridimensional, onde cada movimento em um tabuleiro produz efeitos nos demais.

O fator população sempre esteve presente nas operações militares, entretanto o Componente Conceitual e as Considerações Civas foram incorporadas ao planejamento militar a fim de formalizar estes atores, bem como a opinião pública, cada vez mais presente e imediata, visto que cada cidadão pode ser um emissor de mídia instantânea, em nossos dias.

Era necessária uma mudança na abordagem unilateral dos problemas militares, incluindo-se a empatia para compreender os outros atores e o que é importante para cada um deles no AOP, de maneira a reforçar a nossa posição e a dos parceiros na operação, e atacar os oponentes naquilo que lhe seja mais valioso e a fonte de seu poder.

A técnica de reduzir os produtos da MCOE a simples imagens facilita a compreensão e agiliza o entendimento da situação por parte de todos os envolvidos. Entretanto, por trás de sua confecção existe um enorme esforço de busca e coleta de dados, e um trabalho intelectual, a fim de tornar de fácil entendimento situações e missões cada vez complexas.

Ao término da MCOE, o Cmt expedirá sua Diretriz de Planejamento (DIPLAN), formada por sua Intenção, pela Abordagem Operativa, pelas Necessidades de Inteligência (NI) e por outras orientações.

É interessante que os outros produtos da MCOE, tais como a Narrativa Inicial, o Diagrama de Relações Inicial, a Identificação e Análise do Centro de Gravidade, a Narrativa Final, o Diagrama de Relações Final e o Estado Final Desejado, também sejam encaminhados para os escalões subordinados, a fim de subsidiar os planejamentos dos níveis mais baixos ou de, pelo menos, fazê-los compreender todo o desenho visualizado pelo escalão superior para aquela operação militar.

Entretanto, não cabe aos escalões subordinados apenas copiar o trabalho dos escalões superiores e “baixar o escalão”. Há necessidades prementes dos níveis mais elevados do planejamento que inexistem nos escalões mais simples e vice-versa. Assim sendo, cada Cmt e EM incumbido de um planejamento conceitual deve partir de suas próprias condições e conclusões, e não apenas copiar o escalão superior.

As necessidades levantadas ao longo da MCOE devem ser encaminhadas aos escalões superiores com intuito de obter as condições favoráveis ao cumprimento da missão e fornecer capacidades mais amplas para que o Componente Detalhado do Planejamento possa fazer o seu trabalho.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Exército. **Manual de Campanha EB70-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT)**. 2. ed. 2020.
- CLINE, Seth. **US News. The Other Symbol of George W. Bush's Legacy**, 1º maio 2013. Disponível em: <<https://www.usnews.com/news/blogs/press-past/2013/05/01/the-other-symbol-of-george-w-bushs-legacy>> Acesso em: 19 dez. 2020.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. **Lego**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/lego>. Acesso em: 19 dez. 2020.
- Fuller, J. F. C. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2002.
- LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **A Guerra Além dos Limites – Conjecturas Sobre a Guerra e a Tática na Era da Globalização**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House. 1999.
- Jr, H. S. **Introdução para On Strategy: A Critical Analysis of the Vietnam War (New York: Random House, 1982), p. 1**. Conversa entre o Cel Harry G. Summers Jr., Chefe da Divisão de Negociações, da delegação dos EUA, e o Cel Tu, Chefe da delegação norte-vietnamita, 25 abr. 1975.
- Online Magazine. **Por Que Perdemos No Vietnã? Veterano do Vietnã entrevista senhores da guerra do Vietnã e do Vietnã do Norte**. Disponível em: <<https://cv.ww2facts.net/21728-why-did-we-lose-in-vietnam.html>> Acesso em: 19 dez. 2020.
- SEHGAL, Ujala. **The Atlantic. Eight Years Ago, Bush Declared 'Mission Accomplished' in Iraq, 1º maio 2011**. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/national/archive/2011/05/mission-accomplished-speech/350187/>> Acesso em: 19 dez. 2020.

NOTAS

- [1] O incidente do Golfo de Tonkin, ocorrido em agosto de 1964, representou a escalada de uma crise política-militar complexa, que remonta às lutas de libertação colonial na Indochina, iniciadas após o término da Segunda Guerra Mundial (nota do editor).
- [2] *Background*: o termo é usado para referir-se à experiência de um profissional na área em que atua ou qual é sua formação acadêmica. Conjunto das condições, circunstâncias ou antecedentes de uma situação, acontecimento ou fenômeno.
- [3] LEGO: marca registrada dinamarquesa de brinquedos compostos por peças de plástico que se encaixam umas nas outras e que permitem fazer vários tipos de construções.

SOBRE O AUTOR

O Coronel de Infantaria Gerson da Silva Velasques é o Chefe da Seção de Inteligência do Comando Militar do Sul (CMS). Foi declarado aspirante a oficial, em 1996, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e especialista em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Realizou os Cursos Básico e Intermediário de Inteligência. Participou da Missão de Paz da ONU, no Timor Leste, em 2000, e como Observador Militar na Missão da ONU, no Sudão, em 2009 e 2010. Foi Assessor de Infantaria na Cooperação Militar Brasileira no Paraguai, no biênio 2017/2018 (velasques.gerson@eb.mil.br).



CORONEL IVAR
Oficial Veterano do Exército
Brasileiro.

A MISSÃO DA IGPM NA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO EB COM AS PM/CBM

O artigo 22 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) menciona que compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares (PM/CBM). Em atenção a tal previsão e em face à ausência de norma posterior regulando a matéria, o Decreto-Lei (DL) N° 667, de 2 de julho de 1969, foi recepcionado como Lei Ordinária Federal, continuando a valer após a nova Constituição e regulando tudo aquilo que não a contraria.

A necessidade de centralizar e de padronizar assuntos de interesse do então Ministério da Guerra relativos às PM/CBM levou o governo federal, por força do DL N° 317, de 13 de março de 1967, a reorganizar aquelas corporações militares. E como órgão central de assessoramento, o mesmo decreto criou a Inspeção-Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (IGPM), cuja chefia seria exercida por um oficial-general.

Após a CF/88, decorreu um processo de afastamento entre o Exército Brasileiro (EB) e as 52 corporações, fruto de mudanças na Carta Magna referentes às relações institucionais entre as Forças, fato que reduziu, sobremaneira, a influência da IGPM e do EB.

A capacidade de interferência do EB nas corporações está restrita aos diplomas legais. Nesse sentido, a IGPM, amparada

nessas legislações, tem condições de controlar/acompanhar os efetivos, a organização, a articulação e o material bélico das PM/CBM e os demais produtos controlados pelo Exército (PCE).

Cabe lembrar que compete ao comando do Exército estabelecer a dotação do armamento e da munição de uso restrito, dos capacetes, dos escudos e dos coletes balísticos, de acordo com a legislação em vigor. A Portaria N° 1/Reservada, do Comando de Operações Terrestres (COTER), de 21 de outubro de 2019, aprova a tabela de dotação de armamentos, munições, capacetes, coletes e escudos balísticos das PM/CBM.

Com a criação do COTER, em 1990, a IGPM passou a ser subordinada a esse órgão de direção operacional (ODOp) a partir de 1991. Cabe ao COTER, por intermédio da Inspeção, estabelecer diretrizes para regular as atividades dos comandos militares de área (C Mil A) juntos às corporações de sua área de responsabilidade. Assim sendo, as inspeções e visitas de orientação técnica (VOT) realizadas por esses grandes comandos operacionais proporcionam ao Exército o conhecimento da situação e das possibilidades das PM/CBM, a fim de permitir a avaliação da capacidade operacional daquelas corporações, tendo em vista seu emprego sob o controle desses grandes comandos.

Além do EB, no âmbito federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP), é o órgão normativo a nível nacional que tem influência nas PM/CBM, por intermédio das secretarias estaduais de segurança, principalmente, as dos estados menos favorecidos, fruto dos recursos financeiros que gerencia e repassa a esses estados. No entanto, não representa as corporações estaduais e não possui poder político suficiente para mudar a legislação vigente que constitui o marco legal das corporações.



Fig 1 – Moeda Comemorativa dos 50 anos da IGPM.

SÍNTESE HISTÓRICA DA IGPM

A IGPM foi criada pelo DL Nº 317, de 13 março de 1967, subordinada ao Departamento-Geral de Pessoal (DGP), em nível de Diretoria, quando foi criado o cargo de Inspetor-Geral das Polícias Militares, exercido por um general de brigada.

O DL Nº 667/1969, revogou o DL Nº 317/1967 e reorganizou as PM/CBM, fazendo com que a IGPM integrasse o Estado-Maior do Exército (EME), subordinando-a no mesmo nível das demais subchefias.

Em 1983, pelo Decreto Nº 88.777, de 30 de setembro, foi aprovado o Regulamento para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares (R-200), atendendo a um anseio das próprias corporações.

A Portaria Ministerial Nº 067/Reservada, de 12 de dezembro de 1990, organizou o COTER e a IGPM passou a ser subordinada ao mesmo, a partir de 1º de abril de 1991, mantendo o cargo de Inspetor-Geral privativo de general.

Em 1998, a IGPM passou a ser uma seção da 2ª Subchefia, atual Chefia do Emprego da Força Terrestre, do COTER, chefiada por um coronel, subinspetor, sob orientação do 2º subchefe, Inspetor-Geral, tendo sua atuação restrita a trabalhos meramente burocráticos, não fiscalizando, não coordenando e não

controlando as forças auxiliares, limitando-se a acompanhar as atividades das mesmas, por força de dispositivo constitucional e mesmo por decisão do escalão superior.

Em 2003, o Comandante do Exército delegou competência ao Comandante de Operações Terrestres para a prática de atos administrativos, no que diz respeito: a definição de características e dotações de material de emprego militar de PM/CBM; ao estabelecimento das tabelas de aquisição e dotação de material de emprego militar de PM/CBM; e expedição de diretrizes para avaliação de policiais militares a serem selecionados para as missões de paz.

Com a criação da 3ª Subchefia do COTER, em 2005, a IGPM passou a integrar a mesma, mantendo na sua estrutura, duas subseções: a primeira, desenvolvendo atividades de acompanhamento e controle da organização, dos efetivos, da legislação e das atividades dos policiais militares no exterior; a segunda, acompanhando a administração de material bélico e da mobilização daquelas corporações, de acordo com o preconizado pela CF/88. Atualmente, a IGPM equivale a uma divisão da Chefia de Missões de Paz e Aviação/IGPM, do COTER, antiga 3ª Subchefia, com todas as atribuições previstas na CF/88 e legislação que regula a sua atuação.

RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE AS INSTITUIÇÕES

As PM originam-se da Divisão da Guarda Real de Polícia, no Rio de Janeiro, pelo Decreto de 1º de maio de 1809, e, mais concretamente, com a promulgação do Ato Adicional à Constituição de 25 de março de 1824. A Divisão da Guarda Real de Polícia foi constituída para garantir a ordem pública da Corte e evoluíram para formar as forças policiais das Províncias, que, após a promulgação da República, deram origem às PM estaduais.

Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934, a União possuía competência privativa para legislar sobre sua organização, instrução, justiça e garantias, tal como condições gerais da sua utilização em caso de mobilização ou de guerra. Ao colocar as PM como reservas do Exército, deu início a uma série de transformações nas corporações policiais militares.

Nas Constituições de 1946 e de 1967, as PM continuaram a ser consideradas como forças auxiliares e reservas do Exército, possuíam as mesmas vantagens atribuídas ao EB, quando mobilizadas a serviço da União em tempo de guerra externa ou guerra civil. Da mesma forma, foi mantida a prerrogativa privativa à União de legislar sobre organização, instrução, justiça e garantias das PM e condições gerais da sua utilização pelo Governo Federal nos casos de mobilização ou de guerra.

A preocupação do Governo Federal pós-64 foi tão intensa que, por meio do DL Nº 317/1967, foi criada a IGPM, um novo órgão fiscalizador do Exército, que atribuiu às PM o policiamento ostensivo fardado e determinou a organização assemelhada do EB.

Por sua vez, na CF/88, as PM pareciam ganhar uma nova dimensão e passaram a figurar entre os órgãos de segurança pública (OSP), tendo sido criadas para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A União perdeu a competência de legislar privativamente sobre a instrução militar, mas manteve a competência de instituir normas gerais sobre a organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização.

Segundo a legislação vigente, as PM são consideradas como forças auxiliares do

Exército e são organizadas à semelhança desse, ou seja, com a existência de órgão de direção, de execução e de apoio, sendo subdivididas em pelotões, companhias e batalhões, bem como em esquadrões e em regimento, quando se tratar de unidades montadas. A hierarquia nas PM acompanha modelo semelhante à do EB, ou seja, em dois grupos distintos: oficiais (coronel; tenente-coronel; major; capitão; primeiro e segundo tenente; e aspirante-a-oficial) e praças (subtenente; primeiro, segundo e terceiro sargento; cabo e soldado).

O entendimento de força auxiliar surgiu após a Segunda Guerra Mundial, onde diversas corporações tiveram a missão de patrulhamento das cidades costeiras e do litoral, guarda de pontos sensíveis, custódia e escolta de prisioneiro de guerra para o Rio de Janeiro. Força auxiliar pode ser entendida como o emprego das PM/CBM como forças regulares, em casos especiais.

As PM têm mantido uma função dupla ao longo das constituições federais brasileiras, assim elas são OSP dos estados federados e, ao mesmo tempo, forças auxiliares e reserva do EB. Por serem reservas do Exército, as PM/CBM poderão:

- ser empregadas pelo estado quando for decretada a sua mobilização, em face de guerra ou de conflito armado;
- atuar na defesa territorial (Def Ter) para se oporem às ações de pequeno vulto como incursões, sabotagem e terrorismo;
- vigiar, guardar ou defender áreas e pontos sensíveis como pontes e estradas, guarda de instalações vitais para as cidades, tais como estações de tratamento de água, centrais de distribuição de energia elétrica, centrais telefônicas, depósitos de combustíveis etc; e
- atuar nas ações de controle de danos na zona de defesa (ZD).

Os bombeiros, inicialmente, eram elementos integrados às PM. O DL Nº 667/1969 possibilitou aos bombeiros terem o mesmo *status* das PM. A partir de 1990, os bombeiros militares começaram a separar-se das PM, criando suas próprias corporações. Atualmente, somente os estados de São Paulo e do Paraná ainda têm os bombeiros integrados às PM.

Diante do exposto, as evoluções trouxeram diversas transformações para as PM/CBM,

criando vínculos que aproximam o EB dessas tropas, dentre as quais podemos destacar:

- um estamento militar (*status* jurídico próprio) para as corporações;
- a criação de uma estrutura militar organizacional semelhante à do Exército;
- ensino e instrução militar de acordo com a orientação do Exército até 1988;
- legislação sobre organização, efetivos, convocação e mobilização, garantias e justiça;
- adaptação de uniformes do EB para as PM/CBM;
- postos e graduações iguais aos do Exército;
- implantação nas corporações do Estatuto dos Militares e de regulamentos do EB;
- hierarquia e disciplina militares como pilares da corporação;
- forças auxiliares e reservas do Exército;
- realização de cursos/estágios operacionais e técnicos no Exército; e
- realização de operações de segurança integrada conjuntas.



Fig 2 – Inspetor-Geral realizando revista da tropa da polícia Militar. Fonte IGPM.

A MISSÃO ATUAL DA IGPM

Compete ao COTER, por intermédio da IGPM, estabelecer princípios, diretrizes e normas para a efetiva realização do controle e da coordenação das PM/CBM, por parte dos C Mil A, das regiões militares e demais grandes comandos. No mesmo sentido, de acordo com o DL Nº 667/1969, cabe à IGPM executar, no âmbito do EB, como órgão central, as ações de coordenação e controle das PM/CBM.

O emprego do EB em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), em face das crises da segurança pública nas unidades da federação (UF), aumentou consideravelmente nos últimos dez anos na historiografia militar. Os estados se mostram cada vez mais impotentes por conta de uma insuficiência de meios dos seus OSP, combinado com o aumento da capacidade bélica das organizações criminosas. As sucessivas crises do Sistema de Segurança Pública forçaram as Forças Armadas ao cumprimento do seu papel constitucional de mantenedoras da lei e da ordem.

A IGPM, atualmente, possui uma estrutura adequada para atender aos processos designados pelo COTER, quais sejam: autorização para aquisição de PCE; avaliação e seleção de policiais militares para missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU); coordenação de cursos e estágios para policiais e bombeiros militares nas Forças Armadas; e assessoramento ao COTER no planejamento da convocação e mobilização de PM/CBM, conforme a legislação vigente. As atividades compõem o que se denomina de Sistema de Acompanhamento e Controle das PM/CBM ou, simplesmente, Sistema IGPM [1].

Há alguns questionamentos relevantes nos dias atuais: o que o EB quer das PM/CBM hoje? Interessa à Força Terrestre (F Ter) o controle das corporações? Após definir a reserva e a força auxiliar como será operacionalizada, com instruções e exercícios às PM/CBM, a preparação para atuar nestas situações?

Há também outros questionamentos que diz respeito ao posicionamento da IGPM na estrutura da F Ter: manter a IGPM no COTER, o qual tem por missão, dentre outras, orientar e coordenar o preparo e o emprego, bem como avaliar a capacitação operacional



Fig 3 – Sistema de Acompanhamento e Controle das PM/CBM.

da F Ter; transferir a IGPM para o EME, pois o DL N° 667/1969 estabelece que a IGPM seja subordinada ao EME; transferir a IGPM para o Ministério da Defesa (MD), local mais adequado para conduzir os assuntos das PM/CBM com os demais ministérios e os órgãos governamentais.

De qualquer forma, a IGPM exerce papel reconhecido entre as corporações, pois a identificam como um facilitador de suas necessidades e órgão de interação com a F Ter.

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS PELO EXÉRCITO

O armamento, a munição, o material de motomecanização, as comunicações, a defesa química e de engenharia de campanha, as aeronaves tripuladas e não tripuladas, as embarcações de emprego militar, os equipamentos de proteção individual, que fazem parte do material empregado pelas PM/CBM, além desses, os PCE de uso restrito, constituem material bélico que recebem especial atenção pela IGPM.

Consolidado e atualizado constantemente pela IGPM, o quadro resumo de material bélico (ORMob), permite o conhecimento das capacidades de material de emprego militar de cada corporação, para o assessoramento ao planejamento do emprego por parte dos

comandos operacionais. Esse controle é fundamental para o resultado de pronta, oportuna e eficaz resposta na manutenção da ordem, indispensável para o desenvolvimento das atividades visando o progresso.

A informação da capacidade bélica das corporações para o enfrentamento de anormalidades é de suma importância para que os C Mil A estabeleçam suas diretrizes pertinentes ao emprego e regulem as atividades exequíveis ao potencial das PM/CBM de sua área, em consonância com as diretrizes do Comandante do Exército.

A Portaria N° 1/Reservada, do COTER, de 21 de outubro de 2019, elaborada a partir do conhecimento do efetivo previsto de cada corporação e com base no DL N° 10.030, de 30 de setembro de 2019, o Regulamento de Produtos Controlados tem como foco a adequação e o reaparelhamento das necessidades imperiosas das PM/CBM, para operarem em face das constantes mudanças no cenário da segurança pública e da ordem social nas UF e da indubitável carência da reversão na situação de assimetria quanto aos meios de material bélico dos OSP.

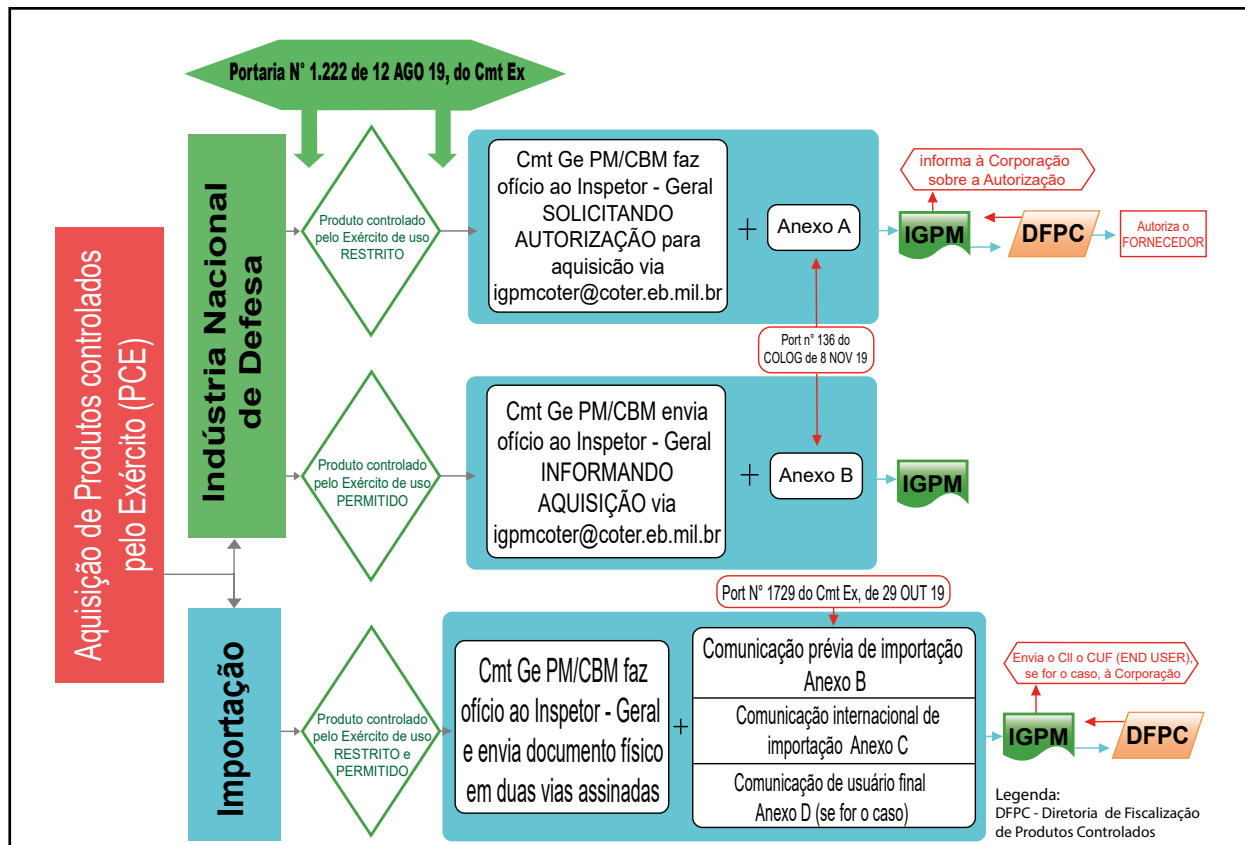


Fig 4 - Processo para aquisição de PCE.

A SELEÇÃO DE POLICIAIS MILITARES PARA MISSÕES DE PAZ DA ONU

A partir de 1991, a pedido da ONU, iniciou-se o envio de PM para missões de paz sob a égide daquele organismo internacional. A atuação das PM brasileiras nessas missões, por diversos países do mundo, tem sido caracterizada como competente, efetiva e exitosa, destacando o Brasil no cenário mundial, fruto de uma acurada seleção do pessoal.

Nesse contexto, o COTER, por meio da IGPM, orienta o planejamento e a execução da avaliação, da seleção, da preparação, do acompanhamento e da desmobilização de policiais militares combatentes voluntários e indicados pelos comandos-gerais das PM dos estados da Federação e do Distrito Federal (DF) para o cumprimento de missões de paz.

Diante disso, destaca-se a participação do policial militar brasileiro no processo de promoção internacional dos direitos humanos, bem como na garantia da paz e da segurança, sendo esses alguns dos objetivos principais das Nações Unidas. Ademais,

ressalta-se que as operações policiais de manutenção de paz são a ferramenta mais utilizada para alcançar tais metas.

O Brasil contribui com números expressivos em participações de policiais militares estaduais nas diversas missões de paz, principalmente, no continente africano, onde os policiais militares foram selecionados pela IGPM, dentro de critérios exigidos pela ONU, e que, após a conclusão do Estágio Preparatório de Missões de Paz, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), sediado na cidade do Rio de Janeiro, os mesmos foram desdobrados nos países daquele continente.

Por fim, o COTER entende que o envio de policiais militares para as missões de paz, além de reconhecimento da capacidade profissional, permite aos mesmos desfrutarem da experiência pessoal e profissional adquirida após a missão, o que redonda em imensurável benefício à própria corporação e, por consequência, destaca o Brasil no cenário internacional.



Fig 5 – Equipe de apoio à seleção e à avaliação/2018 (SAAT, na sigla inglês).

O SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

O início dos conflitos atuais normalmente acontece sem ser antecedido por longos períodos de tensão política, sendo, também, prática usual, nos últimos tempos, o desencadeamento de operações militares sem prévia e formal declaração de guerra. Em consequência e também devido à rapidez com que se processa o desenvolvimento científico-tecnológico, os prazos de mobilização passaram a ser extremamente críticos, exigindo que seja planejada e preparada com eficácia ainda em tempo de paz.

Quando uma situação de emergência, configurada no campo da defesa nacional, caracterizar a necessidade imediata dos recursos e dos meios previstos para a consecução das ações estratégicas, que a logística não tenha suprido ou não possa atender, segundo os procedimentos habituais, bem como de outros adicionais, caberá ao governo acionar as medidas extraordinárias visando à obtenção desses recursos e os meios por meio da mobilização nacional.

A mobilização é realizada para se opor à agressão estrangeira, dentre outros, ameaças ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro

ou às instituições nacionais, ainda que não signifiquem invasão ao território.

A mobilização militar deve ser planejada de modo a assegurar os recursos necessários à rápida transformação estrutural das Forças Armadas, fornecendo-lhes o pessoal necessário com habilitação e em quantidade suficiente para o seu repletamento, além do material e dos serviços na qualidade, na quantidade e nas especificações solicitadas.

O Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) é o conjunto de órgãos que, atuando de modo ordenado e integrado, objetiva planejar e realizar todas as fases da mobilização e da desmobilização nacional. O Sistema planeja as atividades que visam à execução da mobilização nacional, exercitando-as, ao mesmo tempo em que acompanha e que estimula os passos do processo de desenvolvimento, relacionados com a defesa, concorrendo para fortalecer o poder nacional.

A Def Ter consiste no conjunto de medidas militares realizadas em situação de guerra, no espaço geográfico sob jurisdição nacional, não incluído no(s) teatro(s) de operações (TO) ou zona(s) de operações (ZOp), para resguardar o potencial nacional e garantir a segurança interna contra todas as formas de agressão partidas de dentro ou de fora do país.

Na zona do interior (ZI), parte do território excetuando-se o TO, a F Ter terá a seu cargo as ações de Def Ter no âmbito de cada ZD, desenvolvendo operações, isoladas ou combinadas, visando preservar as instalações sensíveis da infraestrutura crítica nacional. A cargo de cada ZD estará, também, o planejamento e a execução das ações de garantia da lei e da ordem, a coordenação da defesa civil e da segurança pública, estas duas últimas consideradas sob a ótica estratégica, isto é, participação nas medidas passivas de defesa - controle e utilização da rede viária; assistência, proteção e controle da população e dos recursos materiais; construção de abrigos, estocagem de suprimentos e dentre outras atividades.

Cabe à IGPM apreciar os quadros de mobilização para as PM/CBM de cada unidade da federação, com vistas ao emprego em suas missões específicas e como participantes da Def Ter. Cabe às PM/CBM atender à convocação, inclusive a mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à F Ter para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da defesa interna e da Def Ter, conforme redação dada pelo DL Nº 2.010/1983.

A Polícia Militar poderá ser convocada, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses: em caso de guerra externa e para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua

irrupção, bem como nos casos de calamidade pública declarada pelo Governo Federal e no estado de emergência, de acordo com diretrizes especiais baixadas pelo Presidente da República.

Deve-se partir do princípio que as PM podem ser empregadas com a sua organização de tempo de paz inalterada, receber alto grau de importância no planejamento das ações de Def Ter, principalmente, no que se refere à defesa pública. As PM/CBM participam das missões de Def Ter, sob a direção superior dos respectivos governadores e sob o controle operacional dos C Mil A, que normalmente as delega aos comandantes das regiões militares/ZI. Assim, as PM/CBM estão aptas para:

- participar, por intermédio dos comandantes gerais, dos planejamentos, a critério dos C Mil A;

- executar atividades de defesa civil e de socorros públicos;

- proteger pontos sensíveis do estado nas ZD, com prioridade aos serviços públicos considerados essenciais;

- controlar e limitar a circulação nos pontos julgados sensíveis;

- proteger autoridades;

- intensificar o policiamento ostensivo prévio das áreas nas ZD;

- estabelecer pontos de controle de trânsito para pedestres e veículos; e

- realizar ações de controle da população.



Fig 6 – Organograma das forças das zonas de defesa.

O APOIO DO EB AO FORTALECIMENTO DAS PM/CBM

O MD, em 2 de maio de 2018, assinou um acordo de cooperação com o recém criado Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MESP), com o objetivo de executar ações para apoiar as PM/CBM durante a sua capacitação. O MD delegou ao comando do Exército a elaboração de um plano nacional de apoio visando ao fortalecimento das corporações e a consolidação da atuação da IGPM na qualificação e no aprimoramento das ações policiais.

O EME emitiu a Portaria Nº 077, de 23 de abril de 2018, que aprovou a diretriz para o estabelecimento do plano de participação do EB no fortalecimento das PM/CBM, com a finalidade de regular as ações necessárias ao estabelecimento do plano de fortalecimento da atuação das PM/CBM na segurança pública e disponibilizar o apoio do EB.

Os objetivos dessa cooperação entre as Forças eram oferecer capacidades às PM/CBM a fim de auxiliá-las a cumprir sua missão constitucional prevista no artigo 144 da CF/88; estreitar vínculos entre o EB e as PM/CBM; proporcionar ao COTER e aos C Mil A o acompanhamento da situação das PM/CBM, tendo em vista o emprego do EB na segurança pública; cooperar com o MESP para o fortalecimento das PM/CBM; e criar condições a fim de facilitar a aquisição de material controlado, bélico ou não, por parte das corporações.

O plano de participação do EB em apoio às PM/CBM foi executado em todos os C Mil A e proporcionou ao EB cooperar para o fortalecimento das corporações nas seguintes áreas de atuação relacionamento institucional; capacitação; pessoal, ligações de comando e ação social; logística; inteligência; operações e comunicação social.

O plano previa a execução de 28 ações nas diversas áreas de atuação e ao final foram realizadas 266 atividades, capacitando 5.845 PM/CBM e beneficiando diretamente todas as corporações.



Fig 7 – Capacitação de Tropas de Operações Especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O EB deve conhecer as capacidades das corporações para que, em caso de convocação e mobilização, possa empregá-las da melhor maneira possível para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza e em caso de conflito armado/guerra. Para tal, a F Ter tem que conhecer o efetivo, a articulação e o material bélico das PM/CBM.

A IGPM centraliza todos os assuntos da alçada do comando do Exército relativos às PM/CBM com vistas ao estabelecimento da política conveniente e à adoção das providências adequadas; procede ao controle (acompanhamento) da organização, dos efetivos, do armamento e do material bélico das PM/CBM; aprecia os quadros de mobilização para as corporações de cada unidade da federação, com vistas ao emprego em suas missões específicas e como participantes da Def Ter; e coopera no estabelecimento da legislação básica relativa às corporações.

A IGPM é importante para o Exército na medida em que não somente controla as PM/CBM, como OSP, mas como forças auxiliares e reserva do Exército.

A IGPM mantém contato institucional direto com as PM/CBM por intermédio de visitas, distribuição de vagas em cursos das Forças Armadas, que sejam de seu interesse, bem como de indicações de policiais militares para missões da ONU.

Apesar do esmaecimento da IGPM como órgão central de coordenação em todos os estados da Federação, essas corporações ainda mantêm um ótimo relacionamento e uma forte integração com

os comandos e tropas locais do EB, apoiando-se mutuamente, principalmente, nas ações de GLO ou na faixa de fronteira, situações vividas na atual conjuntura nacional.

A IGPM deve ajustar-se a essa nova realidade, buscando alternativas que lhe reconduza à posição de liderança junto as PM/CBM, de órgão normativo e de orientador de procedimentos para os comandos da F Ter nos estados e no DF, em relação às corporações policiais e aos bombeiros militares. Deve assumir uma nova postura em face da realidade atual do país, isto é, promover a integração e a união entre as

PM/CBM e dessas corporações para com o Exército, sendo esse o novo farol da IGPM.

O Exército ainda tem grande credibilidade e respeito junto aos governos estaduais, ao Congresso Nacional, à sociedade e às PM/CBM, guiada pelo ordenamento institucional e jurídico do país. Dentro desse contexto, a IGPM vem zelando pela missão constitucional do EB junto às forças auxiliares, propondo o estabelecimento de princípios, diretrizes e normas para a efetiva realização do controle e da coordenação das PM/CBM por parte do comando do Exército, juntamente com seus C Mil A, regiões militares e demais grandes comandos.

REFERÊNCIAS

- AZKOUL, Marco Antonio. **A Polícia e sua Função Constitucional**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- BRASIL. ATOS DO PODER EXECUTIVO. Decreto Nº 10.030, de 30 de setembro de 2019. **Aprova o Regulamento de Produtos Controlados**. Brasília-DF, 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Doutrina Militar de Defesa MD33-M-04**. Brasília-DF, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria Nº 1/Reservada, do Comando de Operações Terrestres (COTER), de 21 de outubro de 2019, aprova a tabela de dotação de armamentos, munições, capacetes, coletes e escudos balísticos das PM/CBM.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria Nº 242-COTER, de 28 de fevereiro de 2018. **Aprova o Regulamento do Comando de Operações Terrestres EB 10-R-06.001**. Brasília. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria Nº 1.700-Cmt Ex, de 8 de dezembro de 2017. **Delega e subdelega competência para a prática de atos administrativos e dá outras providências**. Brasília-DF, 2017.
- BRASIL. Portaria Ministerial Nº 067/Reservada, de 12 de dezembro de 1990, a organização do COTER.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-Lei DL Nº 317, reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, de 13 de março de 1967.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-Lei Nº 667, de 2 de julho de 1969. **Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal**. Brasília-DF, 1969.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Brasília-DF, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. **Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares R-200**. Brasília-DF, 1983.
- CARNEIRO, Sérgio Moraes Ramos. **O Emprego da Força Terrestre por Ocasão de Crises dos Sistemas de Segurança Pública nas Unidades da Federação, na Atualidade**. Rio de Janeiro: Trabalho de Conclusão de Curso na ECEME, 2018.

NOTA

[1] O Sistema de Acompanhamento e Controle das PM/CBM, funciona para proporcionar ao COTER e ao Comando do Exército as informações oportunas para o planejamento do emprego das PM/CBM, bem como, a interação com os C Mil A e está interligado com o Sistema Operacional Militar Terrestre - SISOMT.

SOBRE O AUTOR

O Coronel de Infantaria Fábio Ivar Cavalcante de Albuquerque, à época da confecção deste artigo, era o Chefe da Inspetoria-Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (IGPM), do Comando de Operações Terrestres (COTER). Atualmente, encontra-se na reserva. Foi declarado aspirante a oficial em 1990, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É mestre pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Realizou curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME). Possui os cursos de Operações Aeromóveis, Avançado de Operações Psicológicas e de Análise de Risco em Grandes Eventos. Foi instrutor do Curso de Infantaria e da Seção de Emprego e Coordenação Doutrinária das Armas, Quadros e Serviços (SECODAS) da EsAO (ivar.fabio@eb.mil.br).



MAJOR CORRÊA
Ajudante de Ordens do
Comandante do Exército.

O PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DA 82nd AIRBORNE DIVISION

A 82nd Airborne Division (82nd ABN DIV, na sigla em inglês) prepara suas tropas de pronto emprego para cumprir suas missões dentro e fora do território dos Estados Unidos da América (EUA). Para melhor compreensão, este artigo explorará o processo de preparação da 3rd Infantry Brigade Combat Team (3BCT, na sigla em inglês), 82nd ABN DIV, desde a formação e o adestramento de suas frações até a avaliação operacional dessa grande unidade (GU), no Joint Readiness Training Center (JRTC, na sigla em inglês), no ano de 2021. Importante ressaltar que as grandes unidades do Exército americano obedecem ao mesmo processo, porém as tarefas de adestramento planejadas (Plj) e propostas pelo United States Army (US Army, na sigla em inglês) diferem de acordo com a natureza de cada tropa.

A ORGANIZAÇÃO DO US ARMY

Os EUA estão presentes nos principais conflitos mundiais, sendo frequentemente protagonistas nessas ocasiões. Sua experiência em combate refletiu diretamente na evolução de suas tropas, principalmente, no tocante à doutrina de emprego, no desenvolvimento de material de tecnologia bélica e no aprimoramento de seus recursos humanos.

O US Army possui uma complexa estrutura composta por diversos tipos de organizações militares que conceitualmente podem ser divididas em:

- unidades operacionais (*operating*

force) - caracterizadas como unidades de combate (*combat units*), apoio ao combate (*combat support units*) e administrativas (*combat service support units*); e

- unidades de geração de força (*generating force*) - caracterizadas como unidades capazes de gerar as capacidades necessárias às operações. Estas capacidades incluem atividades como recrutamento, instrução, ensino, pesquisa, entre outras.

O U.S. Army Forces Command (FORSCOM, na sigla em inglês) é composto por três corpos de Exército:

- I Corps, localizado na Base Conjunta Lewis – Mc Chord, Washington;

- III Corps, localizado no Fort Hood, Texas; e

- XVIII Airborne Corps, localizado no Fort Bragg, North Carolina.

O US Army possui dez divisões na ativa e uma no componente da reserva, subordinada ao I Corps. Entre as dez divisões da ativa, uma delas permanece desdobrada na Coreia do Sul, sendo subordinada ao U.S. Pacific Command (USPACOM, na sigla em inglês), ativado dentro da Área de Responsabilidade do US Army Pacific (USARPAC, na sigla em inglês).

O XVIII Airborne Corps é constituído pelas seguintes divisões de exército:

- 10th Mountain Division, Fort Drum, NY;

- 101st Airborne Division, Fort Campbell, KY;

- 82nd ABN DIV, Fort Bragg, NC; e

- 3rd Infantry Division, Fort Stewart, GA.

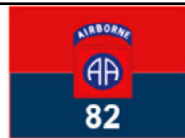
As brigadas do US Army são divididas em três categorias: brigadas de combate (*brigade combat team - BCT*, na sigla em inglês), brigadas multifuncionais e brigadas funcionais.

Todas as brigadas de combate são padronizadas de acordo com o seu tipo, ou seja, são organizadas com o mesmo número de soldados e tipos de equipamento, facilitando o Plj e a constituição de forças efetivas rapidamente.

A BCT é a unidade básica de armas combinadas do US Army e compõe-se de uma força tática, autossuficiente e padronizada.



Sob demanda, a 82nd ABN DIV(-) rapidamente se desloca, através de uma Operação de Entrada Forçada Aeroterrestre (se assim solicitada), para conduzir missões específicas em Apoio ao Comando subordinado para cumprir os objetivos da política nacional norte-americana.



Gladies



Cia Cmnd

Cia Intlg Sinais

Escola Avançada de Pqdt

Banda de Música

Destacamento Cmdo Plj Mis e Op

Devil

Falcon

Panther

Pegasus

Cannonball

Provider

1^a Bda Inf Pqdt

2º Bda Inf Pqdt

3^o Bda Inf Pqdt

82° Bda Av Cmb

82nd Art Div

82ª Rda Long



3



1-504° BIPqdt
2-504° BIPqdt
2-501° BIPqdt
3-73° R Cav Pqdt
127° B Eng Pqdt
307° B log Pqdt

1-325° BIPqdt
2-325° BIPqdt
2-508° BIPqdt
1-73° R Cav Pqdt
37° B Eng Pqdt
407° Bloq Pqdt

1-505° BIPqdt
2-505° BIPqdt
1-508° BIPqdt
5-73° R Cav Pqdt
307° B Eng Pqdt
82° Blog Pqdt

1-17° RC
1-82° B Av Rec
2-82° B Av Atq
3-82° B Av Log Geral
122° B Av Log
OG/Cia Cmdo
82ª BdaAv Cmb

QG/Bia Cmde 82nd Div Art
1-319th GAC Pqdt (Ap Dir)
2-319th GAC Pqdt (Ap Dir)
3-319th GAC Pqdt (Ap Dir)

82° BLog
189° B Ap

QG/Cia Cmde
P.O. Box 1000

Combatendo como uma Divisão

O *US Army* possui três tipos de *BCT*:

- ✓ brigadas de infantaria (*infantry BCT*) com efetivo de 4.285 militares;
- ✓ brigadas blindadas (*armored BCT*) com efetivo de 4.244 militares; e
- ✓ brigadas *stryker* (*stryker BCT*) com efetivo de 4.439 militares.

A 82nd ABN DIV, Guardiã da Liberdade Americana, possui a organização conforme a Figura 1.

A 3BCT/82nd ABN DI participou de uma rotação no JRTC, no ano de 2021, teve como finalidade ser avaliada em suas capacidades operacionais e estar credenciada para incorporar a *immediate response force* (IRF, na sigla em inglês) ou ser desdobrada em missões além-mar (*overseas*).

Conforme abordado, serão apresentados alguns conceitos que permitirão visualizar o caminho percorrido pela *3BCT* até sua qualificação no *JRTC* em 2021.

Importante ressaltar que uma companhia de fuzileiros paraquedista (Cia Fuz Pqdt) brasileira integrou um dos Btl da *3BCT*. Foi a primeira vez em que o Brasil e o EUA integraram uma força-tarefa (FT) e foram avaliados em um centro de treinamento de combate norte-americano.

As operações conjuntas de entrada forçada (*joint forcible entry operation – JFE*, na sigla em inglês), são operações de conquista e de manutenção de objetivos contra forças armadas inimigas. Normalmente, são realizadas em locais com instalações capazes de receber os escalões de acompanhamento do assalto principal. Esse tipo de operação pode ser realizado por tropas de diferentes naturezas, conforme demonstrado na Figura 2.

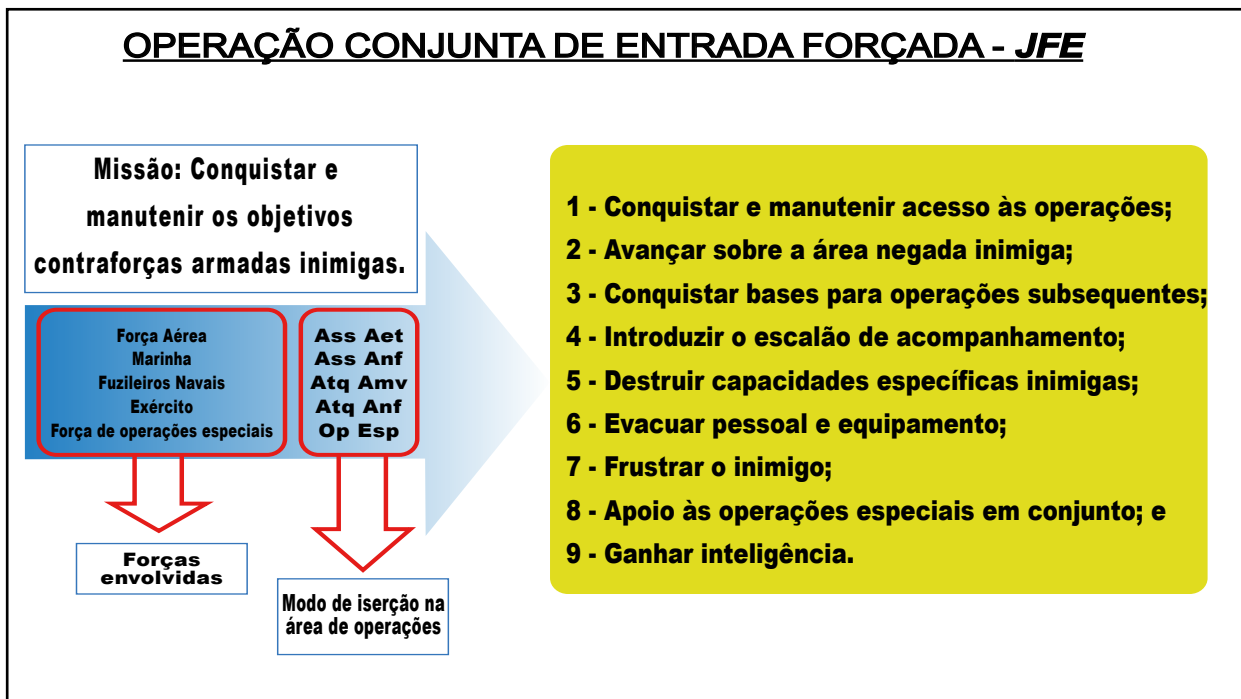


Fig 2 - Conceito de JFE. Fonte: Adaptado do JP 3-18, CH 1.

Este artigo refere-se às tropas aeroterrestres americanas, mais precisamente da 82nd ABN DIV. Nele, serão abordadas as fases de uma JFE, por meio de um assalto aeroterrestre (Ass Aet). Nesse contexto, infere-se que para a realização de tal operação a força será estruturada em três escalões: escalão (Esc) ALFA (assalto), Esc BRAVO (reforço das forças de entrada) e Esc CHARLIE (forças de acompanhamento e forças de apoio). Segundo o manual *Joint Forcible Entry Operations JP 3-18 (JFE)*, as fases caracterizam uma operação conjunta de entrada forçada, conforme Quadro 1.

Fase	Atividade
I	Preparação e envio das tropas
II	Assalto
III	Estabilização e ocupação do objetivo
IV	Introdução das forças de acompanhamento
V	Encerramento da operação e início das operações de transição

Quadro 1 - Fases de uma JFE.

A Fase I inicia-se a partir do momento em que o Departamento de Defesa Norte-Americano (*Department of Defense – DoD*, na sigla em inglês) opta por empregar as tropas da 82nd ABN DIV em uma JFE. Essa fase destina-se à concentração dos meios e à preparação para o *deployment* da

força de resposta imediata (*immediate response force – IRF*, na sigla em inglês).

A Fase II começa quando a primeira aeronave (Anv) que transporta os elementos do Esc de assalto *IRF* decola da base intermediária (*intermediate standing base – ISB*).

Após a conquista da cabeça de ponte aérea (Conq C Pn Ae), inicia-se a Fase III. Nesse momento, a *IRF* concentra seus esforços na segurança do objetivo e na reestruturação do aeródromo. Elementos da Força Aérea norte-americana (*United States Air Force – USAF*, na sigla em inglês), inseridos na *IRF 82nd ABN DIV*, passam a operar o espaço aéreo na região.

O Esc BRAVO, reforço das forças de entrada, é inserido na área de operações (A Op), quatro horas após o primeiro paraquedista do Esc de assalto ter abandonado sua Anv. O Esc CHARLIE, com as forças de acompanhamento, acessa o aeródromo em até 48 horas após o Ass Aet. Ambos Esc BRAVO e CHARLIE são inseridos na A Op por meio de pouso de assalto.

A Fase IV permite que as primeiras evacuações aeromédicas sejam realizadas, além disso nesse momento, é inserido no terreno o Sistema de Artilharia de Foguetes de Alta Mobilidade (*High Mobility Artillery Rocket System – HIMARS*, na sigla em inglês) proporcionando maior proteção ao objetivo conquistado.

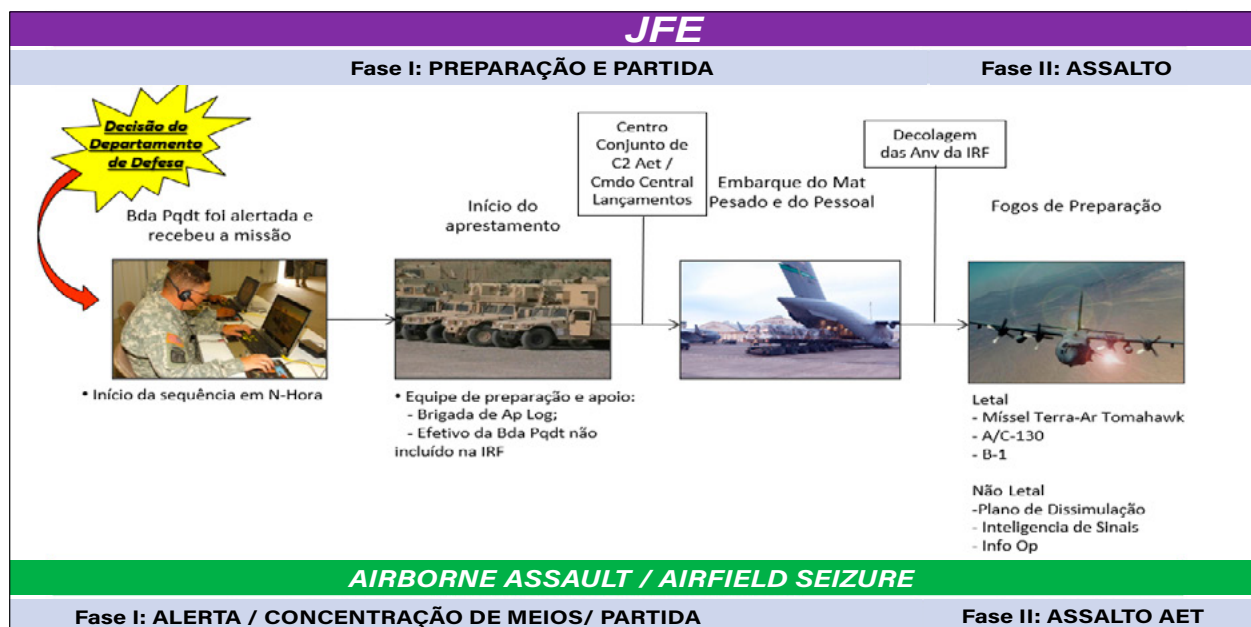


Fig 3 - Fase I – JFE. Fonte: Adaptada G3/82nd ABN DIV.

Durante a Fase V, considera-se encerrada a JFE e a IRF passa a aguardar ordens para as operações de transição ou prosseguir em missões subsequentes.

A título de conhecimento sobre a logística envolvida durante esse tipo de operação, os três escalões da IRF são apoiados em média por 177 surtidas de Anv tipo *Air Force C-17 Globemaster III* (102 PAX). O Esc ALFA dispõe de 37 Anv, em um único Ass Aet. O Esc BRAVO dispõe de 55 sortidas de Anv, enquanto o Esc CHARLIE de 85 surtidas.

No que tange à quantidade de paraquedistas envolvidos, o Esc ALFA envolve mais de 2.500 militares, o Esc BRAVO 1.800 militares e o Esc CHARLIE mais de 4.300 militares. Vale ressaltar que, segundo Plj da 82nd ABN DIV, os Esc BRAVO e CHARLIE suportam a operação com viaturas, com meios de apoio de fogo indireto, com Anv de asa rotativa, com *unmanned system vehicles* (UAVs, na sigla em inglês), dentre outros meios.

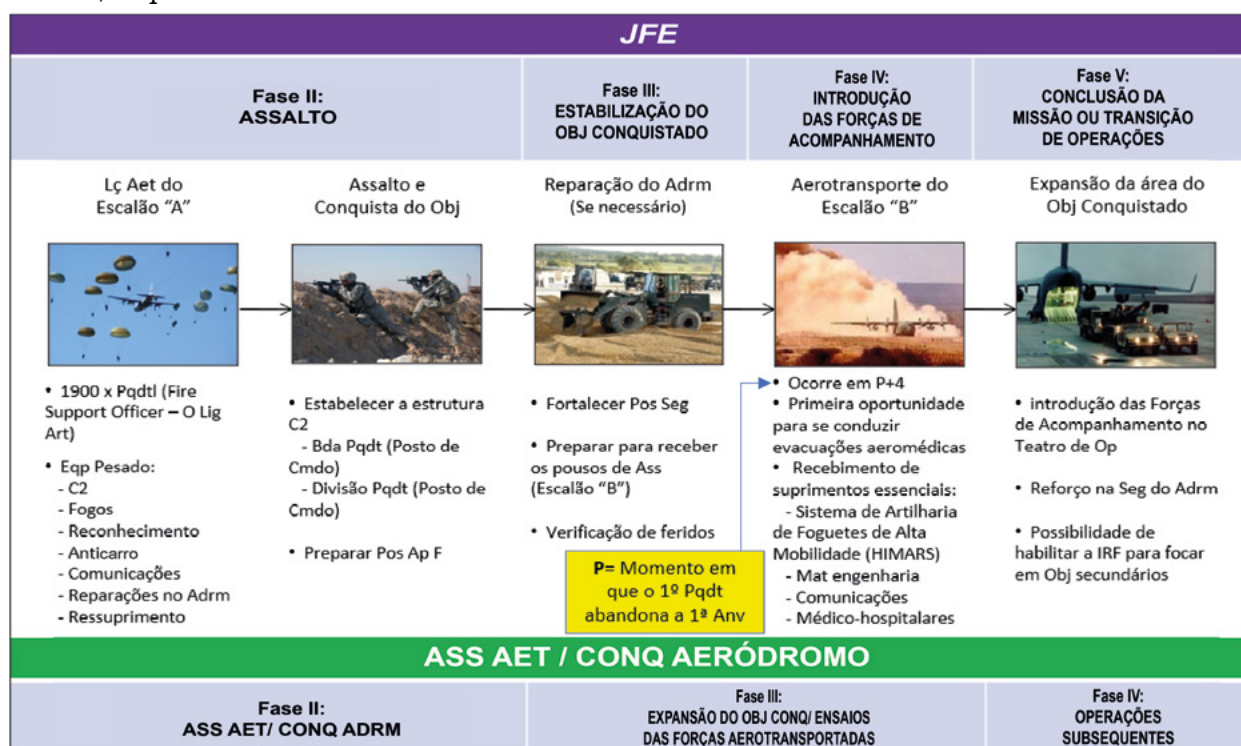


Fig 4 - Fases JFE. Fonte: Adaptada G3/82nd ABN DIV.

MISSION ESSENTIAL TASK LIST - METL

O comando (Cmdo) do Exército norte-americano (*FORSCOM*, na sigla em inglês) determina periodicamente as tarefas essenciais a serem trabalhadas por cada tipo de tropa da Força Terrestre, desde os corpos de exército até as companhias operacionais. Essas tarefas essenciais são conhecidas por *METL*, na sigla em inglês.

Baseadas nas tarefas essenciais determinadas pelo alto Cmdo, os Btl e as companhias direcionam os adestramentos individuais e coletivos de seus recursos humanos. Essas tarefas são Plj para o desenvolvimento da proficiência das tropas. A proficiência é atingida quando se adestra o soldado inserido diretamente nas habilidades de sua unidade, executando tarefas específicas em missões complexas. O treinamento individualizado da proficiência é medido por meio dos tópicos:

➤ tarefas individuais específicas (*military occupational specialty – MOS*, na sigla em inglês);

➤ treinamento básico de combate (*warrior tasks*); e

➤ qualificação individual de armamento.

A lista de tarefas direcionadas para as frações nível esquadra, grupo de combate e pelotão são conhecidas por *individual and collective tasks*.

PROGRESSÃO DO ADESTRAMENTO

Os comandantes de unidade selecionam o tipo de treinamento ou a combinação entre eles, baseados em objetivos específicos com o intuito de atingir as *METL* propostas, empregando os recursos disponíveis.

As atividades executadas seguem uma graduação de complexidade, onde os primeiros adestramentos possuem um nível baixo de realismo, com poucos recursos empregados, enquanto os últimos exercícios, mais complexos, aproximam-se do combate real, dispondo do máximo de recursos possíveis. O Gráfico 1, baseado em duas variáveis, realismo e nível de recursos, exemplifica como esse processo ocorre.

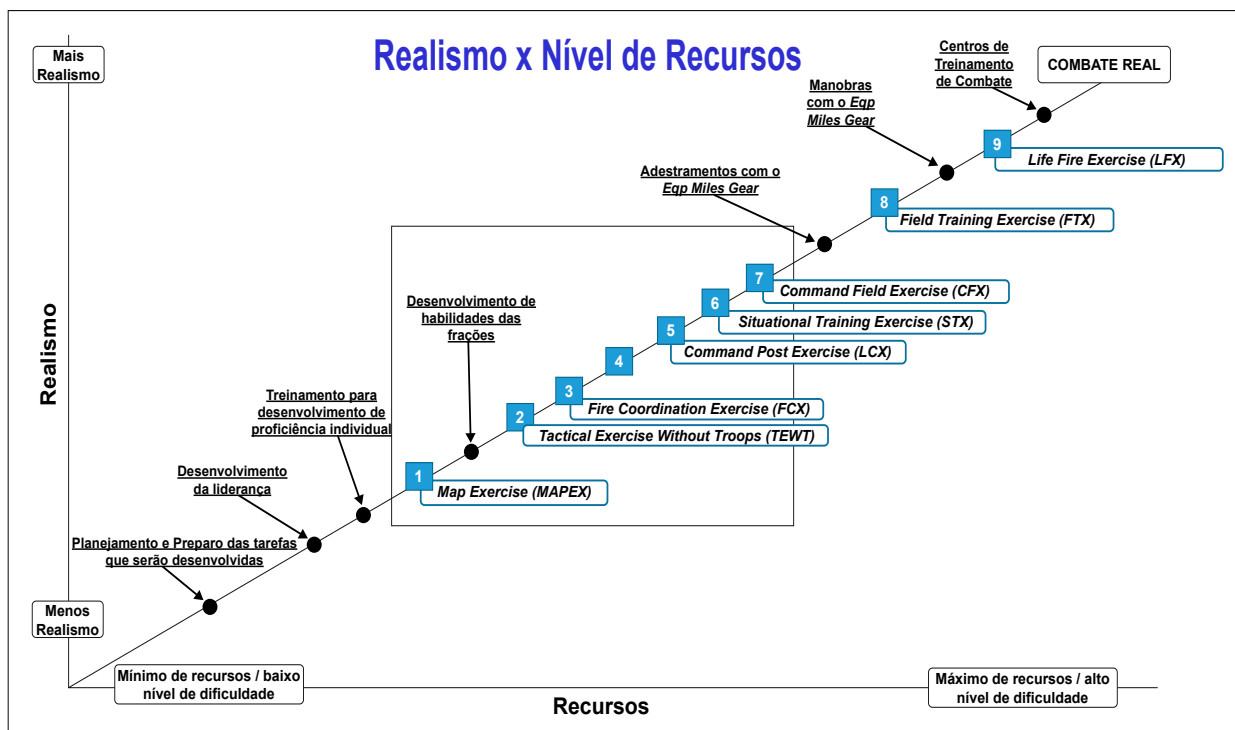


Gráfico 1 - Progressão de Adestramento – Realismo x Recursos. Fonte: Adaptado do *FM 25-101, Fig C-1, p. C-2*.

Principais conceitos a serem observados:

➤ *map exercise (MAPEX)* - exercício de *Staff* que pode ser conduzido do nível pelotão ao nível divisão de exército. É uma excelente ferramenta para trabalhar o Plj, a coordenação e executar operações simuladas em cartas, simuladores e caixões de areia. É indicado realizar tal atividade antes dos outros tipos de adestramentos, uma vez que o *MAPEX* não exige muitos recursos e poderá orientar o desenvolvimento das demais tarefas.

➤ *tactical exercise without troops (TEWT)* - é realizado no terreno pelos comandantes de fração e o *staff* da organização militar (OM), permitindo que uma força tarefa (FT) Btl, por exemplo, treine seus líderes. A essência dessa atividade está na análise, Plj e na apresentação das manobras que podem ser conduzidas em determinado terreno. Semelhante ao exercício de postos de observação realizado no Exército Brasileiro, o *TEWT* é conduzido internamente, outra ferramenta com baixo custo, e serve para trazer o trabalho do *Staff* da OM no terreno.

➤ *fire coordination exercise (FCX)* - é usado para treinar o emprego de frações de armamento coletivo e a sincronização do Ap F no campo de batalha. O exercício pode usar alvos e terrenos em escala reduzida para simular situações de combate. O *FCX* pode ser usado do nível pelotão até o nível Btl.

➤ *command post exercise (CPX)* - é voltado para adestrar os postos de Cmdo em combate. O *CPX* pode ser conduzido na própria guarnição ou no terreno. O principal objetivo do *CPX* é o desenvolvimento do comando e controle (C2) em operações por meio de sistemas táticos de comunicações. Semelhantes aos jogos de guerra executados no EB, os postos de Cmdo durante o *CPX* apresentam distâncias reduzidas e se valem de simuladores para trazer situações de combate à atividade. Companhias e Btl podem integrar um *CPX* sendo parte de um amplo exercício de nível brigada, divisão ou corpo de exército.

➤ *logistical coordination exercise (LCX)* - é voltado para adestrar as unidades logísticas da força. Essa atividade pode ser executada atrelada a outro tipo de adestramento, a fim de combinar a manobra e trazer mais realismo ao exercício. Tal atividade é relevante, uma vez

que evidencia os pontos chave do fluxo logístico das OM, permitindo também desenvolver os *standard operating procedures (SOP)* da tropa.

➤ *situational training exercise (STX)* - é o desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas com tarefas que também exigem um trabalho de liderança. O *STX* está diretamente relacionado à *METL* propostas para cada OM. Esse tipo de exercício busca a padronização de procedimentos à luz da doutrina, orientados pelas missões essenciais propostas pelo Cmdo da força. As atividades executadas durante o *STX* normalmente buscam expor os comandantes (Cmt) de fração e seus soldados às situações inesperadas, favoráveis ou desfavoráveis. Os treinamentos podem ser realizados durante o dia, durante à noite ou sob condições meteorológicas adversas, tudo com o intuito de trazer maior realismo à atividade e desenvolver os atributos da área afetiva nos militares envolvidos.

➤ *command field exercise (CFX)* - exercício de estado-maior (EM) situado em um nível entre o *CPX* e o *FTX*. A disponibilidade de recursos irá definir a escala de um *CFX*. Esse exercício pode ser usado como um *back up* de um *FTX*, caso esse não possa ser executado por algum motivo, como condições meteorológicas, fatores externos etc. O *CFX* é executado com todos os meios necessários para prover o C2, as comunicações e os sistemas logísticos. Costumam ser menos dispendiosos que exercícios que simulam distâncias reais entre as tropas e os postos de Cmdo. Esse tipo de atividade aprimora habilidades das unidades nas seguintes áreas: inteligência, apoio de fogo, logística, defesa de área de retaguarda, Cmdo, controle, comunicações e inteligência (C3I).

➤ *field training exercise (FTX)* - é conduzido no terreno simulando as mesmas condições de um combate real e empregando todas as funções de combate. O *FTX* abrange treinamentos de habilidades de combate, adestramentos das diversas guarnições e a execução de *STX* para reforçar o treinamento individual e o coletivo das tropas. Esse exercício também exige um trabalho por parte dos Cmt OM, dos EM, das OM subordinadas e dos elementos específicos.

➤ *live fire exercise (LFX)* - a intenção desse exercício é replicar as condições do combate real da maneira mais fiel possível.

O *LFX* oferece à tropa uma experiência real de perigo, confusão e ritmo do combate. Por esse motivo, esse tipo de atividade desenvolve a confiança e o espírito de corpo das tropas.

Essa atividade exige um nível mínimo de proficiência dos participantes, desde o mais baixo até o mais alto Esc. São utilizadas munições reais e são adotados os mesmos procedimentos de Plj, preparação e execução do combate real.

OS CENTROS DE TREINAMENTO DE COMBATE

O *US Army* realiza seus treinamentos com a finalidade de desenvolver proficiência nas *METL*, nos sistemas de armas, como também a integração de emprego entre eles. Esses componentes de treinamento integram uma base sólida para o desenvolvimento das tropas de pronto-emprego da Força, prioridades do Exército americano.

Os diversos treinamentos preparam a tropa para executar missões onde se moldam ambientes operacionais, previnem conflitos e conduzem um combate terrestre em larga escala contra ameaças dotadas de armamentos químicos e nucleares. As unidades do *US Army* devem estar organizadas, treinadas e equipadas para enfrentarem os desafios do mundo. Para atingir esse objetivo, a Força Terrestre americana provê suas tropas de um treinamento duro e com o máximo de realismo possível.

O *US Army* dispõe de unidades de treinamento que oferecem as ferramentas necessárias para uma excelente preparação e avaliação. Essas OM são conhecidas por *CTC*.

Existem três *CTC* que estão permanentemente adestrando e certificando tropas para o nível de preparo e excelência exigidos pelo *FORSCOM*:

➤ o *JRTC* e o *Fort Polk* estão localizados na região central do estado norte-americano de *Louisiana*. Esse local abriga o principal *CTC* do *US Army* e as múltiplas formações de combate que são desdobradas em todo o mundo. A missão do *JRTC* é treinar as *IBCT* para que elas estejam aptas a conduzir operações de combate em larga escala face às ameaças encontradas nas diversas A Op. Além disso, o *Fort Polk* permite que as unidades de Cmdo da força possam desenvolver sua capacidade de pronta resposta. Esse centro de treinamento é desenvolvido para oferecer aos soldados, aos Cmt de fração e às *IBCT* um rigoroso e exigente ambiente de combate.

➤ *National Training Center (NTC)* - esse centro de treinamento e o *Fort Irwin* estão localizados no *Condado de San Bernardino*, Califórnia. A missão do *NTC* é realizar a rotação dos treinamentos de unidades de maneira conjunta, interagências ou com parceria multinacional, a fim de construir e prover capacidade de pronta resposta. O *NTC*, normalmente voltado para as *ABCT* e *SBCT*, prepara as tropas do *US Army* para combater em operações de larga escala. Os exercícios desenvolvidos nesse centro replicam uma situação de combate real, complexa e com ameaças híbridas, empregando forças oponentes e sistemas de treinamentos adequados.

➤ *Joint Multinational Readiness Center (JMRC)* - Está situado na região de *Oberpfalz – Bavaria*, seu Quartel-General está localizado na Área de Treinamento de *Hohenfels, USAG Bavaria*. O *JMRC* oferece uma grande variedade de recursos que são indispensáveis para o *US Army* e para os exércitos aliados europeus. Esse centro possui uma ampla capacidade de treinamento móvel para adestrar Cmt de fração, *Staff*, unidades nível *BCT* e aliados multinacionais, a fim de conduzir operações terrestres unificadas (*Unified Land Operations – ULO*, na sigla em inglês) em qualquer lugar do mundo. Esse centro de excelência é o único *CTC* do Exército norte-americano que está situado fora do continente americano. A região oferece mais de 1.300 estruturas capazes de simular o ambiente de combate real. Além disso, o *JMRC* possui um pequeno aeródromo, o que permite a rápida mobilização das tropas e o adestramento com o emprego de meios aéreos de asa fixa e/ou rotativa. Importante ressaltar que o *JMRC* apoia exercícios de outras agências norte-americanas e organizações não militares estrangeiras.

A PROGRESSÃO DE ADESTRAMENTO DA 3BCT ATÉ O JRTC 21-04

Como já abordado, a *METL* é estabelecida de acordo com a natureza de cada tropa. A 82nd *ABN DIV* constitui o núcleo da *IRF*, estando pronta para se desdobrar para qualquer local do mundo, dentro de 18 horas após seu acionamento. Além disso, a Divisão propicia aos EUA capacidade de projeção de poder com capacidade efetiva de operar em ambientes sem acesso ou em áreas de acesso negado.

Possui habilidade de desdobramento rápido, conquista de acesso e combate em áreas geográficas controladas por potenciais adversários. Tais áreas

servem como apoio à estratégia de defesa dos EUA fornecendo uma verdadeira opção militar. Todas essas capacidades estão diretamente relacionadas ao vetor aéreo proporcionado pela USAF.

Paralelamente aos adestramentos de combate em solo, realizados pelas tropas de *Fort Bragg*, existe um plano de exercícios para o desenvolvimento das técnicas aeroterrestres. A Figura 5 mostra os três tipos de operações aeroterrestres (Op Aet) praticadas pela 82nd ABN DIV.

A *Predictable Iron Week (PI Week)*, apoiada por duas Anv C-17 ou duas Anv C-130, é Plj para adestramentos nível companhia. Os saltos, normalmente administrativos, sem fardo de combate e armamento, possuem o objetivo de realizar a manutenção operacional da subunidade (SU), por esse motivo não estão inseridos em um contexto operacional.

A *Battalion Mass Tactical Week (BMTW)*, apoiada por três Anv C-17 e três Anv C-130, é idealizada para realização de adestramentos a nível Btl. Diferentemente da *PI Week*, a *BMTW* busca desenvolver a proficiência da OM por meio de saltos armados e equipados e de lançamentos com equipamentos (fardos, *container delivery system* - CDS e lançamentos pesados). As atividades realizadas nessa semana seguem o contexto operacional de uma *JFE*.

As operações *Storm Series*, apoiadas por seis Anv C-17 e seis Anv C-130, concebem um exercício amplo, envolvendo toda uma GU. A exemplo do que é realizado durante a *BMTW*, durante as operações *Storm Series* ocorrem saltos armados e equipados, lançamento de fardos, CDS e lançamentos pesados. A operação segue o contexto de uma operação Plj pelo Cmdo 82 ABN DIV.

Importante ressaltar que existem pré-requisitos mínimos, tanto da USAF quanto do US Army, para a realização das *Storm Series*. Nessa oportunidade, ambas as forças adestram seus efetivos no contexto das *JFE*. Existe uma preocupação muito grande na integração dos elementos envolvidos e por essa razão esses eventos possuem extrema relevância no âmbito da Divisão. Essa última operação, realizada em *Fort Bragg*, é o adestramento que antecede a certificação nos CTC.

Para melhor explorar o processo de adestramento da 3BCT, será apresentada a linha do tempo (*timeline*) dessa GU e suas OM subordinadas. Todas as atividades discriminadas na Figura 6 foram extraídas do calendário anual de atividades da Divisão. Esse calendário é conhecido por *Long Range Training Calendar (LRTC)*, na sigla em inglês) e obedece ao ano fiscal de Plj.

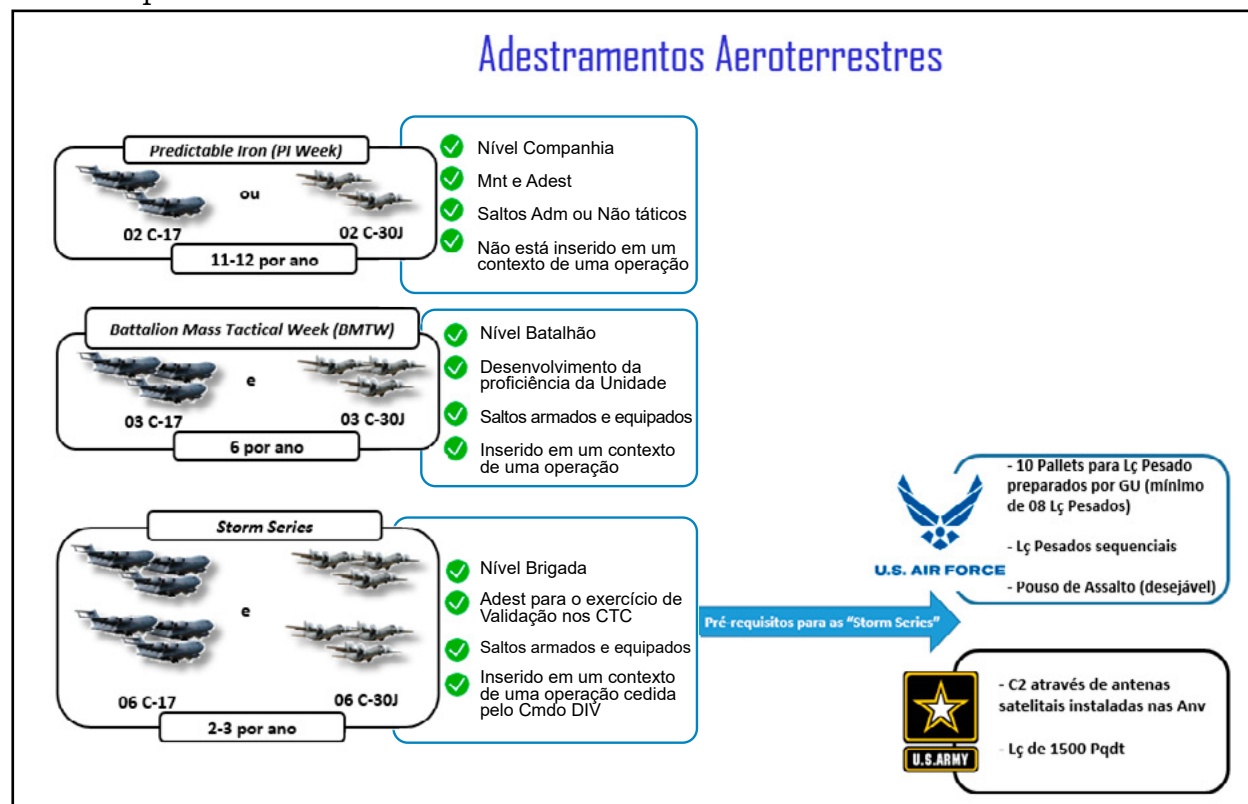


Fig 5 - Adestramento Aeroterrestre.

O *LRTC* apresenta as atividades desde o *XVIII Airborne Corps* até os *Btl* que constituem as brigadas da divisão. Por meio desse documento é possível observar o que cada OM realizará em determinada semana de treinamento (ST). O *US AMRY* emprega o ano fiscal (*Fiscal Year - FY*) para estabelecer suas atividades, iniciando no mês de outubro e encerrando no mês de setembro do ano seguinte. A *timeline* da *3BCT* foi baseada no *LRTC, FY20 e FY21*.

Pode-se observar que o ciclo de preparação obedecido pela *3BCT* possui 28 semanas, sendo que 19 semanas são destinadas especificamente à preparação, ao adestramento e à execução da rotação no *JRTC 21-04*.

As primeiras três semanas de treinamento (ST) 01 e ST 03 foram destinadas às atividades de adestramentos individuais e coletivos, nível esquadra, grupo de combate e pelotão – *individual and collective training*.

Nas ST 04 e ST 05, as companhias da *3BCT* realizaram o exercício no terreno nível companhia, também conhecido por *Co FTX*. Durante esse período foi trabalhado o *STX* nível grupo de combate, bem como o *LFX* dos armamentos coletivos.

Antes de cada rotação em um *CTC* existe uma atividade conhecida por *leaders training program (LTP)*. No caso da *3BCT*, esse evento ocorreu na ST 07 e foi trabalhado o *Staff* das OM, bem como

apresentados os detalhes do exercício que foi realizado na rotação *JRTC 21-04*.

As ST 08 e ST 09 foram destinadas à execução dos exercícios no terreno âmbito *Btl*. No *Battalion (BN) FTX* foi realizado também o exercício combinado com munição real (*Combined Arms Life Fire Exercise - CALFX*, na sigla em inglês), obedecendo a evolução do adestramento das semanas anteriores.

As semanas de adestramentos seguintes (ST 11 e ST 12) foram destinadas à preparação e à execução da *Op Panther Storm*. Como já abordado anteriormente, as operações *storm series* são exercícios complexos, nível brigada, realizados dentro da área de instrução do *Fort Bragg* e que normalmente antecedem as certificações nos *CTC*.

Após a realização da *Operação Panther Storm*, a *3BCT* dispôs de quatro semanas de treinamento (ST 21, ST 22 e ST 23) para preparar, embarcar e deslocar todos os meios da brigada para *Fort Polk*. Esse período é fundamental para o sucesso na operação de certificação.

Por fim, durante cinco semanas a *3rd BCT* preparou, adestrou e executou a rotação *JRTC 21-04*, o exercício propriamente dito foi realizado em 14 dias. Cada rotação tem sua peculiaridade e por esse motivo a proposta de *Plj* desse exercício, combinado com a *Cia Fuz Pqdt* brasileira, será abordada separadamente.

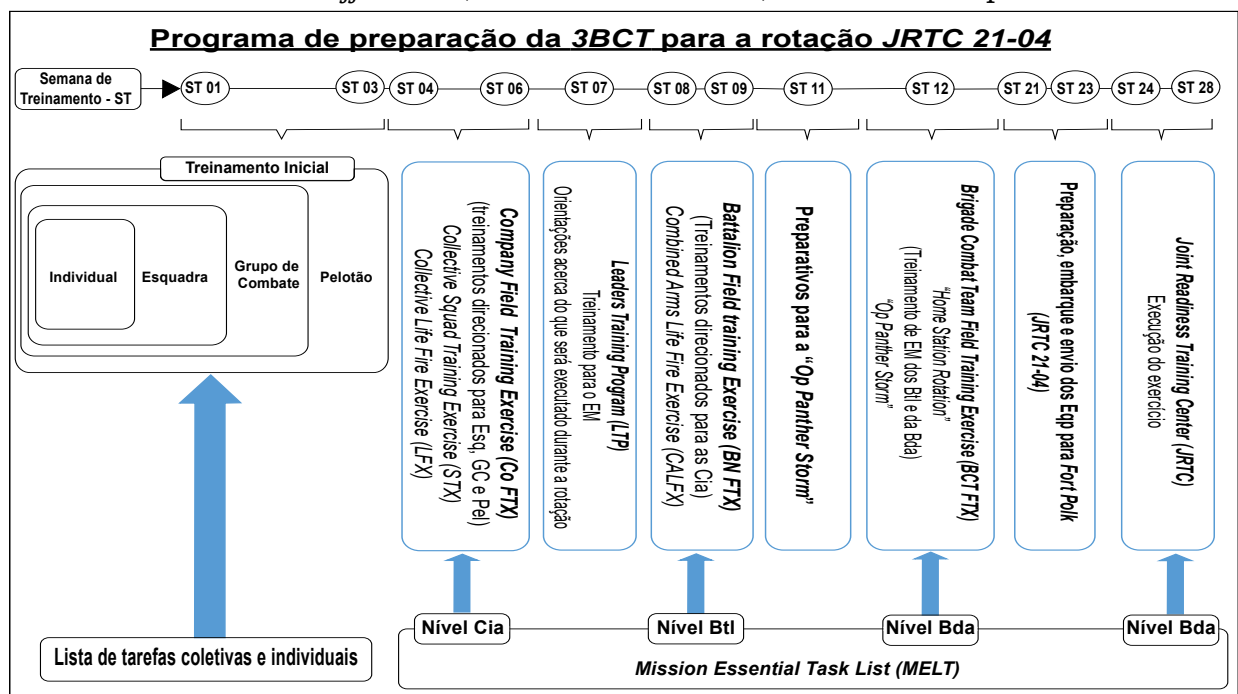


Fig 6 - *3BCT Time Line*.

A PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DA ROTAÇÃO JRTC 21-04.

As atividades realizadas durante os exercícios nos CTC envolvem Plj e diretrizes do FORSCOM. Para a rotação JRTC 21-04, o Cmdo 82nd ABN DIV, juntamente com o Cmdo JRTC/Fort Polk e o Cmdo US Army decidiram a METL a ser buscada durante o processo de certificação. Essa reunião ocorreu oito meses antes do exercício e as decisões tomadas naquela ocasião orientaram o preparo da 3BCT. É necessário abordar alguns conceitos e a Figura 7 ajudará a compreender o conceito da operação:

- ✓ a tabela onde constam os dias do mês de fevereiro identificam os dias de treinamento (DT).

- ✓ a tropa paraquedista se deslocou de Fort Bragg para uma base intermediária também conhecida por ISB. Para esse exercício, a ISB foi denominada de ISB Alex. Nessa base intermediária, a 3BCT embarcou nas Anv, pacote Storm Series, e realizou o Ass Aet na zona de lançamento (ZL)/aeródromo (Adrm) gerônimo.

- ✓ a rotação JRTC 21-04 esteve inserida no contexto de uma JFE, onde a 3BCT e seus Btl procederam na conquista e manutenção (Conq Mnt) de uma C Pn Ae, realizaram uma marcha para o combate (Rlz M Cmb) e por fim realizaram um ataque coordenado (Atq Coord).

- ✓ essas atividades foram realizadas durante os dez primeiros dias de exercício efetivo

no JRTC. As tropas portaram o equipamento de simulação viva conhecido por Miles Gear.

- ✓ no 11º dia de exercício, as OM receberam uma ordem fragmentária (O Frag), devendo realizar um novo Plj e emitir novas ordens. Essa O Frag seria utilizada por ocasião da realização do LFX. Infelizmente, por conta das péssimas condições meteorológicas, temperaturas negativas e presença de neve na área do exercício, não foi possível realizar o LFX conforme Plj.

- ✓ o LFX da rotação 21-04 foi Plj para ocorrer em três dias. O primeiro dia seria destinado à realização de ensaios sem qualquer tipo de munição. A tropa executaria exatamente o que praticariam durante o LFX com munição real. O segundo dia seria destinado à prática de ensaios com munições de festim. O terceiro e último dia coroar a o exercício de validação da 3BCT com a realização da manobra Plj empregando munições reais.

- ✓ importante frisar que todos os armamentos orgânicos da 3BCT e a Cia Fuz Pqdt brasileira deveriam ser empregados com munição real no momento do LFX.

- ✓ durante o LFX os militares não portaram qualquer tipo de equipamento de simulação viva.

- ✓ o LFX encerraria as atividades operacionais no JRTC e caracterizaria a validação da 3BCT como tropa de pronto emprego da 82nd ABN DIV.

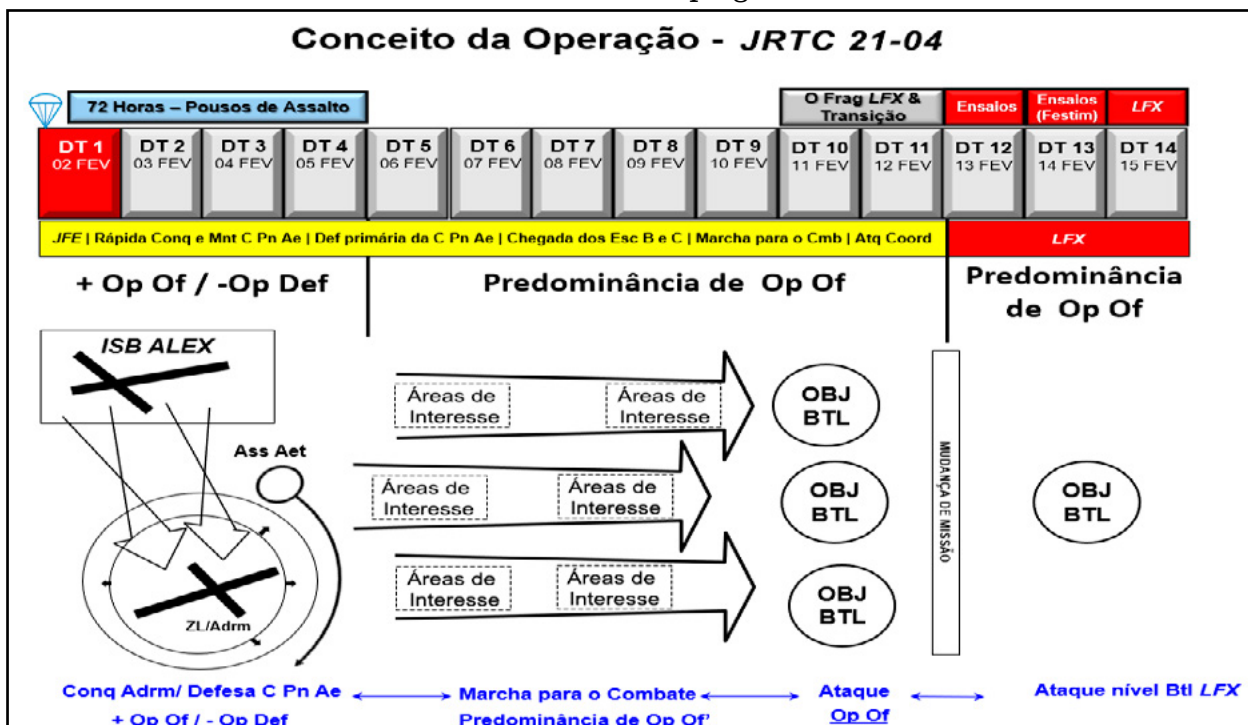


Fig 7 - Conceito da Operação JRTC 21-04. Fonte: Adaptada G3/82nd ABN DIV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *US Army* preza pelo estado permanente de prontidão de suas tropas. A estrutura criada para desenvolver a capacidade de pronto emprego das unidades da Força Terrestre americana promovem um ambiente muito próximo ao combate real.

As listas de tarefas com missões essenciais (*METL*) fornecidas pelo *FORSCOM* direcionam os adestramentos da força, orientando o desenvolvimento das tarefas coletivas e individuais das pequenas frações. Esse sistema é capaz de integrar o mais alto Esc do *US Army* com a mais básica formação do soldado.

Existem diversos tipos de exercícios de adestramentos que, quando combinados, geram o aumento gradativo da complexidade das atividades até a mais fidedigna simulação de combate.

Os *CTC* possuem como missão precípua a certificação das diversas unidades do Exército norte-americano. Além disso, esses centros permitem que o *FORSCOM* visualize o nível de adestramento de suas tropas e a capacitação de seus líderes.

Para lograr êxito ao final da rotação *JRTC 21-04*, a *3BCT* seguirá um plano de treinamento que abrange exercícios individuais e coletivos e as *METL* propostas para as *IBCT* da *82nd ABN DIV*. A progressão obedecida pela *Panther Brigade* está alinhada com a missão principal da Divisão Aeroterrestre, a *JFE Operation*.

A proposta da rotação *JRTC 21-04* contemplou a execução de uma *JFE* clássica com a Conq Mnt da C Pn Ae, a execução de uma M Cmb e, por fim,

um Atq Coord. Coroando o exercício, militares brasileiros e americanos iriam executar o *LFX*.

Importante destacar que anualmente todas as *GU 82nd ABN DIV* realizam esse tipo de certificação nos *CTC*. A constante busca pela simulação do combate real e o acompanhamento dos níveis operacionais das tropas são pontos a serem destacados. Sabe-se que o Exército Brasileiro iniciará um procedimento semelhante por meio de seus centros de adestramentos, o que fortalecerá sobremaneira o desenvolvimento da operacionalidade da Força Terrestre brasileira.

Outro ponto importante a ser evidenciado é a disponibilidade de meios do *US Army*. Para fortalecer sua capacidade de pronta resposta, desdobrar suas tropas para qualquer parte do globo terrestre em até 18 horas após seu acionamento, a *82nd ABN DIV* dispõe não somente do suporte Log fornecido pela Força Terrestre norte-americana, mas também de Anv de asa fixa da *USAF*. Esse trabalho conjunto permite, por exemplo, o desdobramento de uma *GU*, com todos os seus meios, executando uma operação *JFE*. É evidente o grande potencial militar das tropas americanas e a versatilidade de seus meios.

Por fim, a lista de tarefas essenciais, estabelecida e discutida anualmente pelo alto Cmdo do Exército norte-americano, evidencia a tendência do combate moderno, o que permite afirmar que as OM estão em permanente atualização. Esse tipo de processo pode ser alvo de análise e aplicação no âmbito do Exército Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- EUA. Headquarter. Department of the Army. *82nd Airborne Division Long Range Training Calendar (LRTC) – FY 20 and FY21*.
- EUA. Headquarter. Department of the Army. *ADP 7-0 TRAINING*. July 2019.
- EUA. Headquarter. Department of the Army. *CAASOP ed ii, Common Army Airborne Standard Operating Procedure*. 2019;
- EUA. Headquarter. Department of the Army. *FM 3-99 Airborne and Air Assault Operations*.
- EUA. Headquarter. Department of the Army. *FM 7-0 Train to Win in a Complex World*. October 2016.
- EUA. Headquarter. Department of the Army. *FM 25-101 Battle Focused Training*.
- EUA. Headquarter. Department of the Army. *JP 3-18 Joint Forcible Entry*.
- Relatório. *A Organização das Unidades Operacionais do Exército dos Estados Unidos da América*. Comando de Adestramento e Doutrina dos Estados Unidos da América.

SOBRE O AUTOR

O Major de Cavalaria Daniel Corrêa de Freitas é o Ajudante de Ordens do Comandante do Exército. Foi declarado aspirante a oficial, em 2007, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É aperfeiçoado e mestre pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). No exterior, realizou o curso de *Mando de Unidades Paracaidistas*, no Reino da Espanha, foi instrutor de paraquedismo na Força Aérea Paraguaia, no ano de 2015, e exerceu a função de Adjunto do Oficial de Planejamento Aéreo da *82nd Airborne Division, Fort Bragg*, Carolina do Norte – Estados Unidos da América, no ano de 2020. Durante sete anos, exerceu a função de comandante de destacamento e oficial de operações na Companhia de Precursores Pára-quedista, no Rio de Janeiro-RJ (correa.freitas@eb.mil.br).

Passagem de Comando do COTER - Mar 22



Passagem de Chefia do C Dout Ex - Abr 22



Passagem de Chefia do Prep F Ter - Abr 22



Aceite o desafio de escrever!

Assuntos de interesse

Ações Subsidiárias e Missões de Paz
Sistemas de Armas e Equipamentos
Inteligência e Comando e Controle
Forças Militares Estrangeiras
Manobra, Fogos e Logística
Administração e Liderança
História Militar e Tática
Organização e Doutrina
Política e Estratégia



**Colabore com o desenvolvimento doutrinário,
envie sua proposta de artigo para dmtrevista@coter.eb.mil.br
A Doutrina do Exército precisa da sua opinião!**